UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Hilma de Pinho Souza

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Legislação e Ação afirmativa para o Negro

Taubaté – SP

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Hilma de Pinho Souza

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Legislação e Ação afirmativa para o Negro

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Formação Docente para a Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Inclusão e Diversidade Sociocultural.

Orientadora: Profª Drª Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Taubaté – SP

2016

HILMA DE PINHO SOUZA

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO E AÇÃO AFIRMATIVA PARA O NEGRO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano, da Universidade de Taubaté, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Formação Docente para a Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Inclusão e Diversidade Sociocultural.

Data: 29 de março de 2016.

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª: Suzana Lopes Salgado Ribeiro - Universidade de Taubaté

Assinatura S. L. S. Ribeiro

Profª Drª: Suelene Donola Mendonça - Universidade de Taubaté

Assinatura

Profª Drª: Roseli Albino - Universidade de Taubaté

Assinatura

Profª Drª: Andrea Paula Santos - Universidade Federal do ABC

Assinatura Andrea Paula dos Santos

Profª Drª: Fabiola Holanda Barbosa Fernandes - Universidade de São Paulo

Assinatura

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela – 1995

AGRADECIMENTOS

À SEDUC/RJ pela concessão da licença para os estudos sem a qual esse projeto não seria possível.

À SME - Barra Mansa pela redução da minha carga horária de trabalho e também pelo pronto atendimento quanto à autorização para a coleta de dados assim como a demonstração do interesse pela pesquisa.

Aos entrevistados "colaboradores" que com acolhimento e generosidade me receberam e dividiram comigo seus conhecimentos, possibilitando a realização desta pesquisa e também aos que por motivos alheios a minha compreensão não o fizeram.

Aos professores do Mestrado Profissional em Educação - MPE/2014 - que souberam, com suas críticas e contribuições, apontar os caminhos para a realização deste estudo.

Aos amigos do MPE/2014 - pelo companheirismo e ajuda mútua durante este período em comum na qual compartilhamos conhecimentos, frustrações, angustias, choro e, acima de tudo, muitas alegrias.

À querida Alessandra, secretária do Programa de Pós-Graduação que desde o primeiro contato para a inscrição no processo seletivo me recepcionou com seu sorriso cativante de boas-vindas e assim foi com suas orientações administrativas ao longo de todo o percurso desse Mestrado.

Às Profas. Dras. Maria Aparecida Campos Diniz de Castro e Maria Teresa de Moura Ribeiro presenças avaliadoras e incentivadoras desse trabalho nos sofridos, porém, enriquecedores Seminários I e II.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Profª. Drª. Suzana Lopes Salgado Ribeiro – com sua valiosa contribuição e sabedoria admirável - que elaborou comigo essa pesquisa.

Por fim, e não menos importante, meus agradecimentos às Profas. Dras. Andrea Santos e Suelene Regina Donola de Mendonça membras nas bancas de Qualificação e Defesa pelas valiosas considerações e apontamentos necessários para a finalização desse trabalho.

Sou grata!

“Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos com linhas duplas todas as feridas abertas”

Lygia Fagundes Telles

Dedico esse trabalho inicialmente ao Todo poderoso, pois “tudo posso naquele que me fortalece”, meu mantra diário;

À minha querida mãe Maria **Lúcia** (*in memorian*), que me gestou e deu à luz em situações adversas no contexto socioeconômico cultural nos fins da década de 60;

Aos meus irmãos Hilton, Ivone (*in memorian*), Ione, Ilson, Nilda, José e Luciano pelos poucos momentos juntos na infância, mas que foram suficientes para nos manter unidos na fase adulta;

Ao Rafael, meu esposo pela compreensão das minhas ausências e apoio incondicional nesse caminhar acadêmico e, principalmente, nesse projeto/sonho de realização do Mestrado;

Ao Thales e Thainá, meus filhos, aos quais ensinei a voar e nos seus voos reaprendi e redirecionei os meus próprios voos;

Ao Davi, meu neto, cuja existência alegra e enriquece a minha;

Ao Lucas e Aricélia, agregados (genro e nora), por estarem juntos comigo acompanhando essa caminhada ao lado dos meus filhos;

Aos primos que em algum momento da sua infância dividiram seus pais e mães comigo e me ensinaram o valor da relação humana familiar;

Aos demais familiares e amigos, pelo incentivo e compreensão das ausências durante este período do Mestrado;

Enfim, a todos que estiveram comigo desde a infância, cuidando, apoiando, incentivando... Em sua maioria, mulheres: tias, avó materna, vizinhas, amigas, **professoras** que seguraram a minha mão e com suas orientações me conduziram pela vida. Em destaque aos tios Paulo e Joaquim (ambos *in memorian*) e Fernando que também me acolheram com desprendimento de pais em alguma fase da minha vida;

Aqueles que *passam por nós, não vão sós*, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

Antoine de Saint-Exupéry

Sou eternamente grata!

RESUMO

Com a presente pesquisa propõe-se a fazer uma reflexão sobre a importância de se trabalhar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. O estudo se justifica frente a História Brasileira que mostra a exclusão do negro *no* e *do* processo educativo. A exclusão do negro ainda é questão importante a ser trabalhados no ambiente escolar na qual ainda percebe-se haver estigmas, preconceitos em relação à própria cultura negra deixando de reconhecê-la na história e na formação da sociedade brasileira. Assim, o trabalho tem como escopo apontar a importância da implantação de uma legislação que vem proporcionando mudanças no currículo escolar ao longo das últimas três décadas. Em especial destaca-se a lei 10.639/03, que conferiu à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira maior especificidade no tocante ao ensino de História e Cultura da África e do afro descendente. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental de leis objetivou-se investigar os obscuros caminhos da formação da inferioridade ideológica do negro, as formas de resistência em busca de sua emancipação, bem como suas lutas em favor de uma educação equânime e de qualidade, voltada à demanda plural de nosso país. A expectativa deste trabalho é verificar – por meio de entrevistas temáticas de História Oral – como os sujeitos da educação, orientadores pedagógicos, vivenciam este processo e articulam a efetivação da Lei 10.639 no cotidiano escolar, na formação de alunos do Ensino Fundamental II. Este trabalho concebe a educação formal como um meio de ruptura das desigualdades raciais no Brasil. A importância desse estudo se relaciona com a ideia de que o trabalho pedagógico fundamentado em um currículo que contemple a diversidade, dotado de consciência política, vinculado à ação de educadores capacitados para a articulação didática na perspectiva das ações afirmativas contribuem para o fim das tensões raciais e com a supressão dos conteúdos eurocêntricos, por muito desarticulados com a realidade em sala de aula. Esta pesquisa aponta para a necessidade de os educadores compreenderem a importância desta Lei, para que conhecendo a história e cultura dos negros se possa construir uma sociedade que respeite as diversidades sem hierarquizá-las, preparando-se para o convívio com a igualdade de direitos frente as diferenças social e cultural. Uma sociedade em que haja uma real valorização da cultura negra, a fim de minimizar o preconceito racial existente construído ao longo, de certa forma, do próprio ensino da história.

Palavras-chave: Educação Básica. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Inclusão sociocultural. Diversidade. Legislação e Ação Afirmativa.

ABSTRACT

With this research proposes to make a reflection on the importance of working the Teaching of Afro-Brazilian culture and African in Basic Education. The study can be justified Brazilian History shows that the exclusion of the black and in the educational process. The exclusion of the Negro is still important issue to be worked in the school environment in which even realize is there stigmas, prejudices regarding their own black culture failing to recognize it in the history and formation of Brazilian society. Thus, the work is scoped to point out the importance of implementing legislation that has been providing changes in the school curriculum over the past three decades. In particular there is the Law 10.639 / 03, which gave the Guidelines and Bases of Brazilian Education Law greater specificity regarding the teaching of history and African culture and african descent. Through literature search and document analysis of laws aimed to investigate the shady paths of formation of ideological inferiority of black, forms of resistance in search of their emancipation and their struggles in favor of an equitable and quality education, focused the plural demand of our country. The expectation of this work is to verify - through thematic interviews of oral history - as the subject of education, mentors, experience this process and articulate the effectiveness of Law 10.639 in the school routine, the training of elementary school students II. This work conceives of formal education as a means to break the racial inequalities in Brazil. The importance of this study relates to the idea that the reasoned pedagogical work in a curriculum that addresses diversity, endowed with political consciousness, linked to the action of trained educators for teaching coordination in view of affirmative actions contribute to the end of racial tensions and the elimination of Eurocentric content, however inarticulate with reality in the classroom. This research points to the need for educators to understand the importance of this law, to know the history and culture of black people can build a society that respects the diversity without hierarchize them, preparing for socializing with equal rights front the social and cultural differences. A society where there is a real appreciation of black culture in order to minimize the existing racial prejudice built over, in a way, the very teaching of history.

Keywords: Basic Education. Teaching History and Afro-Brazilian Culture and African. Sociocultural inclusion. Diversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situando o município de Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro/RJ 51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição das 10 escolas de Ensino Fundamental II que foram parte da pesquisa, em Barra Mansa/RJ.....37
Quadro 2 – Rol de entrevistados 42
Quadro 3 – Cronologia da legislação brasileira.....53

LISTA DE SIGLAS

AEE	–	Atendimento Escolar Especializado
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
FEBAM	–	Fundação Educacional de Barra Mansa
HO	–	História Oral
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PLE	–	Projeto de Leitura Escolar
RJ	–	Rio de Janeiro
SEED/PR	–	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEEDUC/RJ	–	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SME	–	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE	–	Unidades Escolares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 O Projeto de Leitura Escolar - Sala de Leitura 15
1.2 Problema 17
1.3 Objetivos 18
1.3.1 Objetivo Geral 18
1.3.2 Objetivos Específicos 18
1.4 Delimitação do Estudo 19
1.5 Relevância do Estudo 20
1.6 Organização do Trabalho 21
2 REVISÃO DA LITERATURA 22
2.1 A Legislação Brasileira: Processo Histórico de Inclusão do Negro 22
2.2 Diversidade e desigualdade social 24
2.3 Currículo e diversidade: as Ações Afirmativas 26
2.4 Educação e o Preconceito 31
3 METODOLOGIA 35
3.1 Tipo de pesquisa 36
3.2 População e amostra 37
3.3 Instrumentos 38
3.4 Procedimentos para coleta de dados 39
3.5 Caracterização dos colaboradores 41
3.6 Procedimentos para análise de dados 45
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 51
4.1 Conhecendo o município de Barra Mansa/RJ e seu processo histórico 51
4.3 Eixo I - Aceitação da diversidade humana 56
4.4 Eixo II - Ações compatíveis com a Escola inclusiva 62
4.5 Eixo III – Negação do preconceito 65
4.6 Eixo IV- Negritude 72
4.7 Eixo V- As ações afirmativas e o Atendimento Especializado 74
4.8 Eixo VI- Limites e Possibilidades da legislação e das práticas educativas 76
4.9 Eixo VII- As Ações Afirmativas e a Formação Continuada 85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 88

REFERÊNCIAS 92
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 95
ANEXO II – OFÍCIO À INSTITUIÇÃO 96
ANEXO III – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 97
ANEXO IV – LEI Nº 10.639 100
ANEXO V – ENTREVISTAS 101
ENTREVISTA E-01 101
ENTREVISTA E-02 105
ENTREVISTA E-03 116
ENTREVISTA E-04 121
ENTREVISTA E-05 126
ENTREVISTA E-06 131
ENTREVISTA E-07 135
ENTREVISTA E-08 140
ENTREVISTA E-09 141
ENTREVISTA E-09 144
ENTREVISTA E-10 147
ANEXO VI – GRADE CURRICULAR DE ÉTICA E CIDADANIA 148

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui a finalidade de investigar os processos de inclusão para o negro e afrodescendente na escola pública por meio de um estudo da legislação vigente no Brasil nas últimas três décadas e da realização de entrevistas com sujeitos envolvidos no processo de ensino, os orientadores pedagógicos. Entende-se que este processo envolve a inclusão de novos sujeitos – negros – no ambiente escolar, mas também o trabalho com novas temáticas como, por exemplo, o desenvolvimento de saberes referentes à história e cultura africana e da cultura negra no Brasil. Assim, este estudo se debruçará sobre o levantamento da legislação contra o racismo e as ações afirmativas de inclusão, dos alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), diante do desafio contemporâneo da convivência com a diversidade etnicorracial.

A escolha do tema dessa pesquisa foi motivada pela observação derivada da experiência de vinte anos como professora (inicialmente no Ensino Fundamental I, passando pelo Fundamental II, Ensino Médio e curso Normal) e, mais recentemente, frente a organização de atividades como Agente de Leitura da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ. Nesta última função pedagógica foram feitos diagnósticos das manifestações dos alunos afrodescendentes, seus conflitos, sua postura em relação aos demais alunos ao seu redor no município de Barra Mansa/RJ, na região do Médio Paraíba, ao Sul do Estado do Rio de Janeiro.

Desta observação ao longo dos anos resultou a elaboração de uma hipótese de que os alunos negros se sentem isolados, sem referenciais étnicos positivos no cotidiano escolar. Assim, este projeto de pesquisa é resultante da preocupação com a falta de empenho de algumas unidades escolares e de profissionais de ensino para o desenvolvimento de estratégias que se proponham a superação da exclusão do negro no universo escolar.

Partindo de discussões e levando em conta os relatos dos alunos sobre o racismo e a discriminação sofridos por muitos em nossa sociedade e no ambiente escolar, pude perceber em minha experiência na Sala de Leitura a baixa-estima apresentada por uma maioria de negros e afrodescendentes. Em decorrência desta constatação, em 2013 elaboramos o projeto “O jovem e sua história de vida”, com continuação do mesmo Projeto em 2014 com o

objetivo de elevar a autoestima dos jovens e ampliar-lhes a visão de mundo, incentivando-os a investir nos seus sonhos e ideais superando seus limites iniciais.

A lei n. 10639/2003, foi o impulso necessário ao tornar obrigatório o estudo da História e Cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial. Esta preocupação ganha relevância frente à história do município de Barra Mansa que presenciou os vários ciclos econômicos do país. Portanto, sua população é composta por uma grande parcela de descendentes africanos.

Inicialmente esta pesquisa pretendia trabalhar projetos desenvolvidos em escolas estaduais, entretanto por questões burocráticas não conseguimos a autorização da SEEDUC/RJ a tempo para a coleta dos dados nas escolas da rede estadual. Desta forma, foi necessário fazer uma adequação e a pesquisa passou a estudar as escolas municipais por meio de entrevistas a seus gestores, na maioria, orientadores pedagógicos.

Nesta instância municipal fomos prontamente recebidos pela Secretária de Educação que de pronto autorizou a coleta de dados, indicou algumas escolas que realizam trabalhos com a temática e iniciamos as entrevistas.

Entretanto, o projeto da Sala de Leitura estabelecido pela Secretaria Estadual continuou como referencial inicial para nossa pesquisa. Principalmente, dado o fato da Secretaria Municipal não apresentar uma diretriz ou um encaminhamento específico às escolas para o trabalho com a educação do afrodescendente, frente à história do município que data do século XVIII e, portanto, é formado por uma população miscigenada.

O que se apurou é que há um contato como parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal Etnicorracial e uma proposta curricular que prevê o componente de Ética e Cidadania, instituído na rede municipal de Barra Mansa/RJ, a partir de 2012.

O presente trabalho está organizado a partir de uma base teórica, a qual dá o suporte para a pesquisa cujos sujeitos são os orientadores pedagógicos do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Ensino de Barra Mansa/RJ. Inicialmente, são apresentados o Projeto de Leitura da Rede Estadual de Ensino, que foi o pontapé inicial para o presente estudo, assim como a revisão da literatura, na qual se realizou o levantamento da legislação relativa ao combate à discriminação e ao preconceito racial nos últimos 30 anos.

Nesse contexto destaca-se a Lei 10.639/03, que conferiu à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira maior especificidade no tocante ao ensino de História e Cultura da África e do afrodescendente bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, entre outras.

Por meio da pesquisa bibliográfica e da análise documental das leis objetiva-se a apropriação dos conceitos e dos processos inerentes à inclusão para o negro, escopo desse estudo. Com base nesta fundamentação teórica, foi desenvolvida a parte empírica do trabalho, por meio de entrevistas realizadas com base na metodologia de história oral, contendo questões relacionadas ao objeto de estudo. Os dados obtidos foram submetidos à análise por meio das palavras-chave, posteriormente, estabelecidos os eixos centrais. Os resultados preliminares deste estudo, considerando os fatores qualitativos, estão apresentados ao final do trabalho.

1.1 O Projeto de Leitura Escolar - Sala de Leitura

O Projeto de Leitura proposto pela SEEDUC/RJ prevê um tema anual multidisciplinar em relação com a proposta do Currículo Mínimo contendo um subtema por semestre nas U.E da rede estadual de ensino. O tema do projeto é escolhido por meio de votação da comunidade escolar em evento, culminância do projeto de Leitura, denominado Circuito do Livro.

Os temas para a votação são estabelecidos pelo Cardápio de Temas: Saúde, Meio Ambiente, Campanha da Fraternidade, Trabalho e Consumo, Pluralidade Cultural e Bullyng. Ou outro tema que esteja sobressaindo premente por discussão que podem ser propostos pelos professores em suas disciplinas em conjunto com os alunos, ou ainda lançados pela equipe pedagógica e Agente de Leitura de acordo com o Projeto Político Pedagógico. Os temas propostos por professores, alunos, equipe pedagógica e Agente de Leitura são encaminhados para a eleição em data determinada e o tema mais votado pela comunidade escolar será trabalhado no ano seguinte. Nesse caso específico, o PLE estava vinculado ao tema do Projeto Político Pedagógico: “Eu, Tu, Ele e Nosso Projeto de Vida”. O PLE é um projeto da Sala de

Leitura e pode estar desvinculado do PPP. Ele deve ser elaborado e trabalhado multidisciplinarmente ao longo do ano letivo após a eleição do tema pela comunidade escolar.

Após todo esse processo de proposta do tema, eleição e elaboração das atividades deu-se o início ao Projeto de Leitura Escolar/2013 com o tema "O jovem e sua história de vida" e como subtemas:

1. Aceitação das diferenças individuais;
2. Respeito à diversidade cultural.

As estratégias utilizadas no PLE foram a Contação de histórias partindo de lendas, músicas, poesias; Oficinas de confecção da boneca *Abayomi*[1] e da Contação de história *Griôt*[2] com o objetivo de valorizar a história e a cultura do povo negro que sobreviveu apesar de toda a opressão sofrida por séculos e para mostrar as várias cores da cultura brasileira, incentivando os alunos e os professores reconhecidamente como negros ou não a ocuparem o lugar no ambiente escolar (ou outro que queiram), entendendo que é seu por direito.

A presente pesquisa percebe que a Lei 10.639/2003 foi o resultado de um processo histórico que vem se desenvolvendo com o protagonismo dos movimentos negros e da população negra que ao longo das últimas três décadas consolidou uma legislação de maneira a ampliar os direitos a educação para esta população. Tal legislação foi identificada, lida e analisada no decorrer da pesquisa.

O estudo do tema dentro da realidade de escolas municipais em Barra Mansa/RJ pretende oferecer sua contribuição favorável ao processo de inclusão da diversidade étnica na escola pública. Com o estudo da legislação, buscamos identificar as políticas de ações afirmativas e as lacunas que ainda existem na realidade da população negra assim como sua real inclusão no ambiente escolar.

---

[1] A boneca Abayomi foi criada para as crianças, jovens, adultos na época da escravidão. As mulheres negras confeccionavam essas belezas com a barra de suas saias, único pano encontrado nos navios negreiros, para acalmar e trazer alegria para todos. A palavra Abayomi tem origem iorubá, e costuma a ser uma boneca negra, significando aquele que traz felicidade ou alegria. (Abayomi quer dizer encontro precioso: abay=encontro e omi=precioso). No Brasil, além de nome próprio, designa bonecas de pano artesanais, muito simples, a partir de sobras de pano reaproveitadas, feitas apenas com nós, sem o uso de cola ou costura e com mínimo uso de ferramentas, de tamanho variando de 2 cm a 1,50 m, sempre negras, representando personagens, de circo, da mitologia, orixás, figuras do cotidiano, contos de fada e manifestações folclóricas e culturais. (ESCOBAR; GOTTERT, 2010).

[2] Os Griots é como são chamados na África, os contadores de histórias. Eles são considerados sábios muito importantes e respeitados na comunidade onde vivem. Através de suas narrativas, eles passam de geração a geração as tradições de seus povos. (BENJAMIM, 1987).

1.2 Problema

O problema que se apresenta é o de como a legislação oficial influenciou a organização do ensino para o negro e afrodescendente no Brasil nos últimos 30 anos? E como as políticas públicas de ações afirmativas de inclusão da diversidade sociocultural se relacionam com as práticas pedagógicas contra o racismo? Em que medida essas novas práticas educativas são iniciativas – preparadas pelos sujeitos da educação - para a mudança concreta da situação do estudante negro no universo escolar?

Diante do exposto quais outras ações são concretizadas para a erradicação da discriminação e do preconceito racial? Quais as providências para a real inserção do aluno negro e o combate ao racismo no universo escolar?

Assim, apontaremos as políticas de ações afirmativas presente nos documentos analisados e, se de fato essas ações afirmativas ocorrem no cotidiano de um grupo, público alvo da pesquisa. Além disso, de que forma essas ações em conjunto com as práticas pedagógicas interferem e contribuem para a inclusão da diversidade sociocultural no universo escolar?

O que nos interessa nessa discussão é averiguar a relação desses e outros documentos oficiais inclusivos e seus reflexos na prática pedagógica. Passados mais de uma década da Lei 10.639/2003 e da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racial e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004, e levando-se em conta alguns projetos isolados, principalmente no mês de Novembro em que se comemora o dia 20 como o Dia Nacional da Consciência Negra (art. 79-B da Lei 10.639/2003), e referendado também na Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 como o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, quais ações tem sido realizadas na prática pedagógica?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar as formas de trabalho realizado pela equipe gestora, representada neste estudo pelos Orientadores Pedagógicos quanto à inclusão do aluno negro no Ensino Fundamental II.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever uma breve trajetória histórica, nos últimos 30 anos, da presença do negro no contexto escolar;
- Analisar a legislação vigente e sua influência em torno dos processos histórico e educacional para o negro e as políticas públicas de ações afirmativas voltadas à inclusão etnicorracial nos últimos 30 anos;
- Identificar de que forma as políticas públicas atuais indicam o favorecimento da inclusão social do negro nas práticas escolares no II Segmento da Educação Básica.
- Ouvir as preocupações (ou não), dos profissionais da educação a respeito da inclusão do negro;
- Contribuir favoravelmente com o processo de inclusão da diversidade sociocultural na escola pública na busca por uma educação cidadã e, efetivamente, inclusiva por meio da devolutiva dos dados analisados à SME. E, assim contribuir na elaboração de estratégias para superação dos limites apontados para que a inclusão etnicorracial ocorra satisfatoriamente na rede municipal de ensino conforme o previsto na legislação investigada.

1.4 Delimitação do Estudo

A investigação para a pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar como aconteceu e, ainda acontece a inclusão do sujeito negro ou afrodescendente nos processos histórico e educacional amparados pela legislação e levados – ou não – a contento por educadores no ambiente escolar de forma a consolidar as políticas públicas de ações afirmativas voltadas à inclusão etnicorracial.

O estudo realizou o levantamento da legislação que influenciou o ensino para o negro e a história de afrodescendente no Brasil e as políticas públicas de ações afirmativas nos últimos 30 anos. Além disso, este estudo será desenvolvido frente a situação vivenciada atualmente nas escolas da rede municipal de Barra Mansa, o estudo realizou entrevistas com um Gestor e sete Orientadores pedagógicos, sobre o seu conhecimento sobre a legislação elencada e a realização e planejamento de atividades que possibilitem esta inclusão. Nessa pesquisa nos referimos a inclusão etnicorracial, especificamente ao negro e afrodescendente.[3]

No início desse século, os debates acerca das políticas públicas de promoção da igualdade das relações etnicorraciais se tornam constantes. Esses debates no Movimento Negro e outros movimentos sociais, tanto intelectuais quanto populares, acarretam em encaminhamentos e o desafio político de atender ao anseio generalizado de parte da sociedade nesse sentido. Esta situação ganha amparo por meio da criação de uma legislação que amplia as possibilidades de acesso e de participação da população afrodescendente no universo escolar.

Dessa forma, o Decreto nº 1.904/1996, relativo ao Programa Nacional de Direitos Humanos, assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país, bem

[3] **Afrodescendente** é aquele **que descende de africano**. A palavra afrodescendente é formada por dois adjetivos: *afro, que faz referência ao africano*, mais *descendente que é aquele que descende de, que provém por geração*, portanto, afrodescendente significa "*descendente de africano*". Estima-se que 200 milhões de pessoas que se identificam como sendo afrodescendentes vivem nas Américas. O Brasil tem o maior número de pessoas de ascendência africana fora de seu continente. (www.significados.com.br acesso em 6/3/2015).

como o Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, institui no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

As ações afirmativas são entendidas como medidas institucionais públicas adotadas para levar adiante propostas de eliminação do racismo e suas formas correlatas.

Essas são reflexões necessárias para o reconhecimento da existência do racismo e do preconceito no espaço escolar e a articulação de estratégias para combatê-los.

Lembrando que a legislação elencada sobre o assunto é recente se comparadas aos três séculos de manutenção do regime escravista e, há mais de um século após a abolição do sistema em 1888.

Nesse trabalho iniciamos com a Lei 7.437 de dezembro de 1985 que inclui, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, [...] dando nova redação à Lei nº 1.390 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

A busca da legislação foi realizada nos sites oficiais via internet seguindo os passos: leitura e fichamento da legislação existente. Análise das principais contribuições da legislação para a elaboração de políticas públicas inclusivas, em seus períodos de elaboração e implementação.

1.5 Relevância do Estudo

A presente pesquisa justifica-se na medida em que, partindo da seleção da legislação e outros documentos oficiais brasileiros sobre o processo de inclusão para o negro e afrodescendente nos últimos trinta anos, procura-se apontar as políticas de ações afirmativas presentes nos documentos analisados e, se de fato essas ações afirmativas ocorrem no cotidiano do público alvo da pesquisa, e de que forma essas ações em conjunto com as práticas pedagógicas interferem e contribuem para a inclusão da diversidade etnicorracial no ambiente escolar.

A realização do levantamento das normas que regulamentam estes processos do reconhecimento do racismo, do preconceito e discriminação no Brasil é um caminho possível para compreender a própria história da educação e de como o Estado brasileiro vem tratando esta parcela significativa do grupo de cidadãos afrodescendente. Assim como a sua inserção no processo de cidadania.

Ao proporcionar a discussão pertinente ao assunto da inclusão etnicorracial destacamos a importância e a necessidade de iniciar um movimento junto aos profissionais da educação a fim de que possam perceber que a discriminação existe e, partindo dessa percepção, possam contribuir com planejamentos e efetivas ações pedagógicas para o processo de inclusão da diversidade visando uma escola inclusiva.

1.6 Organização do Trabalho

No intuito de seguir uma sequência no desenvolvimento do presente estudo, organizou-se o trabalho em três capítulos. Na Introdução do trabalho está compreendida a abordagem do problema, seguida da apresentação dos objetivos do estudo, da justificativa, da delimitação e da sua relevância.

O Capítulo Um fornece o suporte teórico à pesquisa, o qual se procedeu à revisão da literatura. Traz também as fundamentações inerentes à educação e ao preconceito, contendo uma base histórica sobre o negro no contexto educativo, as ações afirmativas do trabalho educativo e uma abordagem sobre o ensino da História da África e as novas bases para a educação formal, no que se refere às preocupações a respeito de temáticas etnicorraciais.

No Capítulo Dois é apresentada a metodologia em História Oral, com seus processos e as condições necessárias para sua aplicação e à apresentação dos procedimentos metodológicos que foram seguidos para o desenvolvimento do presente estudo.

O Capítulo Três traz um pouco da história do município de Barra Mansa/RJ, a cronologia da legislação brasileira nos últimos trinta anos os resultados e as discussões bem como o aprofundamento teórico acerca dos conceitos envolvidos na análise do conteúdo e são apresentados os resultados e as discussões sobre os dados coletados, buscando a sua conexão com a revisão de literatura e com outros trabalhos realizados inerentes ao tema.

Nas Considerações Finais são apresentadas as considerações possíveis, visto que o tema não se esgota nesse presente estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A legislação brasileira: processo histórico de inclusão do negro

De acordo com Fazzi (2004) não se tem exatidão na data em que o povo negro pôde compartilhar o ambiente escolar no Brasil, visto que mesmo antes da abolição, essa era uma prática não regulamentada de poucos senhores de engenho, que permitiam o estudo das crianças negras nas escolas em sua propriedade.

Essa situação se agrava quando se trata do ensino superior, pois diante de tal processo histórico, pode-se inferir que os processos de exclusão vividos pelo negro, desde a definição de sua "raça"[4] como inferior e a consequente suspensão de seus direitos, tornando-o cidadão de segunda classe, admitindo tal circunstância perante a sociedade. No entanto, o acesso e a permanência destes ainda são questões que fazem diferença quanto à etnia. Conforme Sacavino (2012), na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos.

> Uma simples aproximação quantitativa com a produção bibliográfica sobre o tema da discriminação na sociedade brasileira, na década de 1990, evidenciou ênfase na questão da discriminação racial e, mais especificamente, em relação à população negra em íntima articulação com a problemática da exclusão social e com as questões de gênero (SACAVINO, 2012, p. 13).

Assim, no seu cotidiano, a escola necessita contribuir com ações eficazes visando à emancipação dos diferentes sujeitos de direitos desenvolvendo novas práticas sociais contra o preconceito e a discriminação racial.

A Educação de forma geral, desde os primeiros fundamentos até os mais altos níveis de graduação, deve ser à base de um programa para a eliminação do preconceito que se

[4] O termo raça é utilizado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) que o define como construído nas tensas relações sociais estabelecidas entre brancos e negros e é muitas vezes utilizado para informar características físicas como cor da pele, cabelo e não no sentido biológico.

“esconde” na história e até mesmo nas ações que se firmam em prol de uma convivência saudável entre iguais e diferentes; pois no convívio com a diversidade que se instala a opção de se vencer os preconceitos no ambiente escolar para uma verdadeira inclusão sociocultural. Segundo Hall:

> As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdade e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (HALL, 2014, p. 38).

Ao se pensar na concepção de uma educação escolar que considere e valorize o capital cultural afrodescendente, tem-se como objetivo discutir qual a importância da inserção de aspectos da história africana no currículo escolar brasileiro. Isto para se ter uma história brasileira ampla e justa, é necessária a inserção no currículo escolar do ensino da história e da cultura africana, visto que a história da sociedade brasileira resulta da imensa participação de africanos e afrodescendentes, transmitindo e produzindo conhecimento material e imaterial para a cultura brasileira (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Observa-se que, do ponto de vista sociológico de Bourdieu (1998), o capital cultural constitui o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. Sua sociologia se notabiliza, precisamente, pela diminuição que promove do peso do fator econômico, comparativamente ao cultural, na explicação das desigualdades escolares. Em um plano inicial, a detenção de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos escolares, ou seja, o domínio maior ou menor da língua douta, referência cultural considerada culta e apropriada, trazida de casa, facilitaria o aprendizado escolar na medida em que funcionaria como ponte entre o mundo familiar e o escolar. A educação para as crianças provenientes de meios culturalmente favorecidos seria uma continuidade da educação familiar, enquanto para as crianças culturalmente desfavorecidas significaria algo estranho, distante da realidade vivida.

É nesse contexto de ambiente escolar que o capital cultural de um povo é negligenciado e negado às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional, predominante no Brasil, restou como única possibilidade de aprendizado do colonizado. Embora, a memória que é reforçada pelo ensino regularmente não é a do povo colonizado e, sim, a do colonizador.

A história de seus ancestrais é substituída pela história europeia de povos de pele e olhos claros. Aprende-se a língua do dominante para participar, mesmo que minimamente, da vida social, pois a linguagem do colonizado o torna um estranho dentro de sua própria terra.

> A língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos. Se o negro quiser obter uma colocação, conquistar um lugar, existir na cidade e no mundo, deve, primeiramente, dominar a [linguagem] estranha, de seus senhores (MUNANGA, 2005, p. 49).

As discriminações existem e são reais e devem ser encaradas como fatos concretos que precisam ser combatidos e resolvidos, não bastando a mera maquiagem da realidade que por si só é discriminatória e corrobora para o crescimento do preconceito, do racismo, dos estereótipos e das discriminações sociais.

2.2 Diversidade e desigualdade social

Neste trabalho, estabelecemos por base a teoria social de Bourdieu (1992, 1998, 2004) complementando-se com os estudos de Nogueira e Nogueira (2009) e Nogueira e Catani (2013) sobre o próprio Bourdieu assim como na concepção de *negritude* apresentada por Munanga (1996) e Schwarcz (2001, 2012), e também a reflexão sobre a questão etnicorracial proposta por Candau (2012). Esses autores trabalham com a definição dos termos racismo, preconceito, estereótipo e discriminação de acordo com a abordagem também presente no documento lançado pelo Ministério do Trabalho que estabelece o racismo como “a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos”; O preconceito como “uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos”; o estereótipo: “atributos dirigidos a pessoas e grupos, formando um julgamento *a priori*, um carimbo. Uma vez “carimbados” os membros de determinado grupo como possuidores deste ou daquele “atributo”, as pessoas deixarão de avaliar os membros desses grupos pelas suas reais qualidades e passam a julgá-las pelo carimbo”; a discriminação “é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola os direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como: a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros” (CEDDHC, *on line*).

Falando sobre a desigualdade social Bourdieu (1992) aponta que o ambiente escolar é um espaço de reprodução e de reforço das estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra, onde a herança familiar transforma-se em capital cultural, o que segundo ele, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Os alunos tendem a ser julgados pela quantidade e qualidade de conhecimento que já trazem de casa, bem como de seus predicados como a postura corporal e a habilidade de articulação com os outros.

> A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança (BOURDIEU, 1998, p. 46).

Um dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável na escola pública, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto alimenta, ou seja, os próprios pais e alunos menos favorecidos acabam enfrentando a trajetória dos bem-sucedidos como resultado de um empenho recompensado pela própria condição social e desistem da luta para ocuparem o espaço que também lhe pertencem. Nesse contexto, entra em cena a luta simbólica de classes em que o desfavorecido "percebendo" seu aparente desfavorecimento utiliza *instrumentos* para se equilibrar na luta ou, desiste dela. Dessa forma as desigualdades perante ao negro, maioria entre os menos favorecidos, se fortalecem:

> Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU, 1998, p. 45).

Nogueira e Nogueira (2009) esclarecem que Bourdieu presumia a possibilidade de superar-se tal circunstância se as escolas admitissem a bagagem cultural que os alunos trazem de casa e partissem do zero, o que, infelizmente, só causou um aumento em seu pessimismo, pois se passou a enxergar a competição escolar como incontornável.

> Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (BORDIEU, 1998, p. 53).

> Ás diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a re-tradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (BOURDIEU, 2004, p. 82).

Condições essas que se configuram em uma relação de força que muitas vezes são ofuscadas pela legitimidade, o que acaba garantindo o sentimento de liberdade dos dominados.

Nesta perspectiva, a educação na teoria de Bourdieu, perde o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades, que lhe fora atribuído, passando a ser vista como instituição por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais, tratando-se de uma inversão total de ponto de vista (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009).

2.3 Currículo e diversidade: as Ações Afirmativas

A Casa Civil da Presidência da República, em nove de janeiro de 2003, outorgou a Lei nº. 10.639[5], com o intuito de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática de "História e Cultura Afro-Brasileira", estabelecendo-se o estudo da história da África e dos africanos, resgatando a contribuição desse povo nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Assim, institui-se a obrigatoriedade do ensino da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional na Educação Básica de todo o país, onde todas as escolas deveriam se adequar para o cumprimento desta política de reparação no prazo de até um ano, a partir da data da publicação da Deliberação.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR, 2006), pioneira na elaboração de propostas para a questão ora em discussão procuram-se oferecer uma resposta, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata-se, no sentido de políticas de ações afirmativas, de uma política curricular no combate ao

[5] Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003).

racismo e as discriminações fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira.

O povo negro vem lutando há muito pelo seu reconhecimento por meio de movimentos sociais em prol da sua liberdade e reconhecimento da sua cultura. O Movimento Social Negro foi visibilizado a partir de 1995, na Marcha Zumbi dos Palmares empreendida sobre a capital federal. Essa mobilização social buscava políticas de combate ao racismo por meio do estudo das reminiscências africanas no país.

> Em novembro de 1995, no ano das comemorações dos trezentos anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o movimento negro brasileiro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Uma manifestação que conseguiu reunir cerca de trinta mil pessoas, militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais no dia 20 de novembro daquele ano em Brasília. A marcha influenciou os rumos da luta contra o racismo em nosso país. Nos anos seguintes o movimento negro é fortalecido e a questão racial negra passa a ser vista como um dos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um Brasil sem racismo, justo e igualitário (COMITÊ Impulsor Zumbi +10, 2005).

Como resultado da Marcha, é instituído o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça, que debateu e apresentou uma série de propostas para o governo brasileiro nessa época. Em 2005, ocorre novamente a Marcha Zumbi+10 lembrando-se das ações propostas em documento oficial entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesta perspectiva, o que faltava para dar subsídio a esta busca era uma legislação de caráter nacional, e assim após muita luta do movimento popular negro, a Lei 10.639/2003, surge como forma de fazer valer o resgate da história e da cultura do afro descendentes nos ambientes escolares, reconhecendo assim sua identidade étnica, que de acordo com Munanga (1999, p. 18), “a identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência... É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação”.

Desse modo, o advento da Lei n° 10.639/03 foi um grande passo. A seguir, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi uma luta da sociedade e o reconhecimento do Estado para fazer com que a lei acontecesse, possibilitando aos alunos e a população afrodescendente que se assumissem

como cidadãos e fossem aceitos como pessoas “autônomas, críticas e participativas” (BRASIL, 2004).

> Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, são por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2004, p. 3).

Nesse sentido, a Educação assume a importância de fazer valer a Lei, afinal são nos ambientes escolares que irão acontecer os estudos sobre estes conteúdos, fazendo-se imprescindível compreender como os docentes estão sendo orientados para trabalhar com os conteúdos pertinentes à educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Com base na efetivação desta Lei 10.639/2003, todos os professores, sejam negros ou brancos, devem conhecer e estar dispostos a buscar cursos de aperfeiçoamento e materiais que tratam a respeito do assunto, pois a Lei propõe a valorização da cultura e história do negro, valorizando toda a sociedade brasileira. Lembrando que a convivência com a diversidade pode melhorar a vida de todos os cidadãos.

Em contrapartida os professores devem trabalhar os conteúdos da História da África e da presença do negro no Brasil de maneira positiva, sem deixar de retratar seu sofrimento na época da escravidão. Mas, realçando a contribuição do negro na formação social e cultural do país, e assim desmistificar a ideia de negro “coitadinho” presente na sociedade e outras expressões e imagens presentes em livros didáticos, que acabam ridicularizando e rebaixando o sujeito negro.

Nesse contexto afirma Schwarcz:

> Não existem bons ou maus racismos – todo tipo de racismo é igualmente ruim, é preciso pensar nas especificidades dessa história brasileira que fez da desigualdade uma etiqueta internalizada e da discriminação um espaço formalizado (SCHWARCZ, 2012, p. 36).

Desse modo, cabe à equipe educativa planejar o currículo enfatizando os conteúdos pertinentes destacando a riqueza da Diversidade Cultural e a beleza de cada etnia, bem

como se necessita que os afrodescendentes tenham conhecimento de sua história e de sua cultura e possam desenvolver sua autoestima e consolidar livremente suas identidades.

Ao conceituar a identidade e a diferença, Silva (2000) afirma que “a identidade e a diferença são criações sociais”, portanto, nós a produzimos e da mesmo forma podemos produzi-la positivamente pois “A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 74).

Com a valorização do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os alunos negros poderão compreender a importância de seus ascendentes e igualmente assumir sua identidade que nesse trabalho utilizamos o termo negritude em conformidade com Munanga (2012). Afinal, acabam por não se declarar como negros pela vergonha de um povo que é visto na sociedade, devido ao foco apresentado nos livros didáticos, e pela mídia em geral como um povo escravizado e de origem inferior.

Retornando Munanga (2012) sobre a identidade, ele afirma que:

> A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p. 20).

De acordo com Gonçalves e Silva (2004) em texto presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o autor aponta sobre a importância do fortalecimento da cultura negra e o combate ao racismo:

> Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação elaboradas com objetivo de educação étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (BRASIL, 2004, p. 16).

Não se pode deixar de lado, neste contexto, o continente africano, o lugar de origem dos negros que no passado foram escravizados no Brasil, pois ele está carregado de estereótipos ligados a inferioridade estabelecida pelo padrão europeu que a implementação dos estudos sobre a História e Cultura Africana, pretende vislumbrar uma transformação em relação à sua História com a política da inclusão.

A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente, nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Artística. Além dessa obrigatoriedade, a Lei 10639/03 instituiu a data de 20 de novembro no calendário escolar, como "Dia Nacional da Consciência Negra".

No entanto, tornam-se um desafio[6], a preparação por meio de estudos, leituras e pesquisas por parte dos docentes, além de que as escolas devam organizar livros, palestras, filmes e o mais que for necessário para romper o atraso, fornecendo subsídio a estes, pois cabe também aos educadores liderar a luta para que as mantenedoras de estabelecimentos de ensino garantam condições humanas, materiais e financeiras para a execução de projetos que tratem da Educação das relações étnico-raciais.

De nada adianta existir uma Lei específica se para concretizá-la a escola não se dispuser de recursos para tal ensino.

> Não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos (GONÇALVES E SILVA 2004 *apud* SEED, 2006, p. 25).

Dessa forma, a lei não objetivou acabar com o preconceito racial, e sim proporcionar uma educação pela quais todos possam conhecer e valorizar a história e cultura do negro como sujeito pertencente a nossa sociedade, passando a vê-lo em meio aos outros componentes de nossa sociedade como cidadão com seus direitos e deveres que lhe são assegurados. À escola cabe propor formas de ação e estratégias concretas para trabalhar a superação da discriminação e do racismo. Sant'anna (2005), se expressa sobre o assunto:

[6] Desafio, esta é a melhor expressão para definir a responsabilidade de elaborar um marco conceitual capaz de orientar as inúmeras iniciativas – de produção audiovisual, recursos pedagógicos à capacitação de professores – que compõem o projeto a **"A Cor da Cultura"**. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.

> Esse desafio se torna ainda mais expressivo quando nos dispomos a sugerir um marco conceitual para a história do negro no Brasil. Em cinco séculos de história, a experiência de africanos e de seus descendentes foi sendo consolidada nos mais diversos aspectos da sociedade brasileira. Genericamente, a alusão à influência africana na cultura brasileira é sempre ressaltada como uma das mais sólidas demonstrações do quanto seria impossível falar de cultura brasileira sem mencionar as matrizes africanas que a compõe (SANT'ANNA, 2005, p. 3).

Esses pressupostos e desafio é o que buscaremos diagnosticar e avaliar com o trabalho das entrevistas com os orientadores pedagógicos e perceber seus posicionamentos sobre o processo de educação dos alunos negros matriculados em suas escolas.

Para tanto o estudo se apoiou na leitura debate e compreensão das propostas de teóricos como Bourdieu (1992, 1998), Munanga (1996), Schwarcz (2001). Desses autores destacam-se os conceitos de capital cultural, preconceito, negritude e exclusão.

2.4 Educação e o Preconceito

O cotidiano escolar é um espaço de diferentes relações sociais, as quais refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira, como afirma Candau (2003), contexto esse que nos apresenta diversos estilos, crenças, costumes, cores, etnias, pois a escola é um microambiente social, já que as formas de relacionamento com o outro demonstram práticas sociais e mecanismos sutis de difusão do preconceito e estereótipos, ou seja, o ambiente escolar pode tornar-se local de reprodução do preconceito, exigindo-se uma reflexão sobre esses mecanismos que podem favorecer a naturalização desses preconceitos e, sendo considerado natural não é percebido pelos envolvidos na ação.

Schwarcz (2001) assegura que o preconceito racial no Brasil, acontece no nível da intimidade e não no aspecto formal, pois segundo a Constituição Brasileira de 1988, racismo é crime inafiançável, mas como se sabe os apelidos, a seleção de trabalho por entrevistas, currículos que exigem fotos são ações cotidianas que instrumentam e permitem o preconceito.

O Brasil manteve uma permissividade perante a discriminação e o racismo e até hoje são sentidos os reflexos, pois embora, de maneira "sutil" ainda se aja como à época da escravidão relata Ribeiro (2004). O decreto n° 13.331 de 17 de fevereiro de 1854 estabelecia

que não fossem admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

Em se tratando de discriminações, Goffman (2004, p. 4) se refere a estigmas como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” e:

> Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 2004, p. 8).

O autor estabelece três tipos de estigmas: 1) as deformidades físicas; 2) de caráter individual ou comportamental; 3) estigmas tribais de raça, nação ou religião.

> E em todas essas situações encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 2004, p. 7)

Nesse sentido, para promover a releitura da história africana “contaminada” de preconceitos e estigmas, é imperativo que se questionem os conceitos consolidados em seu transcorrer, desconstruindo os estereótipos forjados pelo imaginário do colonizador eurocêntrico do qual compartilhamos sobre a África e seus descendentes, como nos alerta Meneses (2007, p.56), “falar sobre a África significa questionar e desafiar crenças adquiridas, pressupostos afirmados e múltiplas sensibilidades”.

O continente africano foi, inegavelmente, o mais desqualificado pelo pensamento europeu. É notório que o mundo ocidental construiu o seu relacionamento com as populações extra-européias com base em preconceitos de todo tipo. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo do tempo em decorrência de diferentes formas de relacionamento estabelecidas com os seus povos, é indiscutível que este continente tenha sido naturalizado pelo pensamento ocidental com imagens negativas e excludentes, afirma Cunha Júnior (1998).

Quando se reporta ao termo desconstruir Costa (2002) seguindo o caminho proposto por Derrida afirma “que ao contrário do que muitas pessoas pensam desconstruir não significa

destruir. Desconstruir, neste caso, significa uma estratégia de demonstrar para poder mostrar as etapas seguidas na montagem" (COSTA, 2002, p. 140).

Nesse contexto a desconstrução[7] tem possibilitado perceber as relações entre os discursos e o poder referindo-se ao conceito e aos procedimentos da análise do discurso nos moldes adotados por Jacques Derrida, filósofo francês, que iniciou a desconstrução em filosofia nos anos de 1960.

Compreender e contextualizar as informações sobre os aspectos do continente africano é, indubitavelmente, um exercício crítico, aonde existem visões estereotipadas cultivadas contra seu povo e suas regiões. Mais do que qualquer outro, o continente africano, acabou encoberto por um manto de preconceitos, que, ainda hoje, marca a percepção de sua realidade, sendo condenado ao papel de espaço periférico da humanidade.

Serrano e Waldman ainda revelam que o discurso europeu a respeito do continente africano é antigo, onde se pode localizar um variado conjunto de elaborações socioculturais. Na realidade, os mecanismos simbólicos de sua exclusão remontam de muitos séculos, estando profundamente enraizados no legado cultural europeu. É a partir desse passado remoto que se estratificou o preconceito cultivado, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos. (SERRANO E WALDMAN, 2007, p. 40).

O embrião dessas concepções discriminatórias se remete às formulações dos antigos gregos e romanos de que a África compreendia as terras habitadas por povos de idioma berbere[8], referindo-se a povos cujas características são, em alguns contextos, discrepantes entre si, como países da área do Magrebe - Sahara - Sahel: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Níger, Mali, Burkina-Faso e Mauritânia, costumeiramente mencionados nas crônicas e documentos do Império Romano. O termo berbere deu origem à palavra, bárbaro, para identificar as populações cuja língua e cultura eram consideradas inferiores em relação às greco-romanas, consideradas como padrão hegemônico (SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 99), assim como está relacionado grupo considerado "diferente" por não falar o latim.

---

[7] *Desconstrução* deverá aqui ser compreendida como a que pretende mostrar as operações, os processos que estão implícitos na formulação de narrativas tomadas como verdades, em geral, tidas como universais e inquestionáveis.

[8] O termo não designa nenhuma etnia, diz respeito a um grupo linguístico composto de 25 ou 26 línguas e cerca de trezentos dialetos pertencentes à família linguística afro-asiática. São línguas faladas pelos povos berberes que vivem, sobretudo no Norte de África (DAMÁSIO, 2011).

Na modernidade, a humilhação da África relaciona-se intimamente às demandas da sociedade capitalista ocidental, que proporciona ao continente a condição periférica do sistema de produção de mercadorias. Desse modo, se, no período do mercantilismo lhe foi reservado o papel menor de fornecer mão-de-obra compulsória para a monocultura açucareira e para a extração de metais e pedras preciosas, com a hegemonia do capitalismo industrial, o continente é novamente inferiorizado pela condição de manancial de mão de obra barata e de fornecedor de matérias primas para as potências industriais.

Mais uma vez, a África foi alvo da política de exploração econômica imposto pelas expectativas do mundo europeu e, agora, a constituição do discurso desclassificatório voltado a ela é de que não era civilizada, cabendo ao europeu levar-lhe a civilização, sendo assim inteiramente retalhada e distribuída entre as potências coloniais, que reorganizaram o espaço africano aos seus interesses, ignorando todo e qualquer arranjo espacial anterior.

Segundo Serrano e Waldman (2007), com exceção da Etiópia, a totalidade do continente ficou de uma forma ou de outra, sob os interesses econômicos e políticos ou do imperialismo ocidental. Não sem motivo, a África passou a ser conhecida como o continente colonial por excelência, em um mundo desigualmente unificado pela globalização, como todas as desprezadas regiões meridionais do planeta, ainda integrando a periferia de flagelos sociais.

Como se viu, todas as construções formadas sobre a África nunca se distanciaram da pretensão de dominá-la e de configurá-la como contraponto de uma Europa ou uma América do Norte a que se atribuía um papel dominante. Ademais, para submeter o que quer que seja, é necessária, antes de tudo, a iniciativa de concretizar-se no nível do imaginário europeu, habilitando, desse modo, a invasão de uma ideologia de dominação e desvalorização.

Contrapondo a essa visão ideológica de desvalorização por séculos de toda uma cultura de exploração e opressão, a escola precisa encontrar o caminho para a desconstrução das inverdades imposta a respeito da África e refazer novos caminhos para a construção da identidade negra tornando-os sujeitos históricos que transformem sua própria história atual preparando um campo aberto e fértil para que o cidadão afro brasileiro sinta orgulho das suas origens ancestrais e valorizem a sua identidade negra.

3 METODOLOGIA

A metodologia se faz necessária na pesquisa científica, utilizada com rigor a partir do momento da definição do objeto a ser pesquisado. Para esse trabalho foi escolhida a metodologia da História Oral Temática que estabelece o comprometimento com o esclarecimento ou opinião do entrevistado, dito colaborador, sobre algum fato definido. No caso dessa pesquisa os esclarecimentos são sobre "As políticas públicas das ações afirmativas de inclusão" visando dar voz aos sujeitos – orientadores pedagógicos e gestor assim como perceber o seu envolvimento frente a consolidação das políticas públicas voltadas à inclusão etnicorracial. Nessa pesquisa focada na inclusão para o negro. Segundo os autores:

> A História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. A História oral plena exercita a análise fazendo as entrevistas dialogarem. [...] as analises, nesses casos, devem ser sempre comparativas, mesclando opiniões, pontos de vista ou fatos revelados em gravações que contenham redes de entrevistados com características próprias (MEIHY e RIBEIRO, 2011).

Entendemos a História oral como uma narrativa contada pela experiência do sujeito, envolto na sua particularidade, subjetividades, fantasias e realidades. Segundo Thompson (1992), a História oral altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação.

A escolha da metodologia de História Oral também se deu por preferência pessoal da autora, no sentido em que se entende que ao contar histórias é um caminho para a construção de identificações com pontos de vista e superação de preconceitos. Assim a presente pesquisa se dedicou a ouvir as histórias dos gestores e contextualiza-las no que se refere à educação inclusiva para o negro e afrodescendente.

3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa de natureza exploratória, descritiva e de acordo com a abordagem qualitativa.

A pesquisa exploratória foi a fase inicial da pesquisa. Ela buscou o levantamento bibliográfico sobre o tema, com a intenção de identificar informações para assim definir objetivos, problema e os tópicos de referencial teórico. Este tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir das referências teóricas que estão publicadas em documentos (PRODANOV, 2013). Assim, pudemos ao longo de um ano e meio ler e fichar textos que agora são a base para a escrita desta dissertação. Nestas leituras nos familiarizamos com conceitos como: racismo, discriminação racial, questões étnico-raciais, inclusão de afrodescendentes. A partir desses estudos pudemos criar um texto mais estruturado e embasar as análises que serão apresentadas adiante.

Nessa fase do trabalho foram realizados estudos de natureza teórica e consultas nas bases legais identificando as políticas públicas de inclusão para o negro no ambiente escolar nos últimos 30 anos. Assim, destacou-se a importância da legislação na implantação da mudança em relação à inclusão da diversidade sociocultural. Temas que também ganharam centralidade na escrita deste trabalho.

Já a pesquisa descritiva teve o intuito de levantar informações que ajudaram a entender melhor o problema deste trabalho. Para tanto, foram recolhidas informações e criou-se uma hipótese para o desenvolvimento do estudo (PRODANOV, 2013).

No que se refere à forma de abordagem, a pesquisa se classifica como qualitativa. A pesquisa qualitativa foi usada para uma avaliação formativa, pois se tem como objetivo ampliar as informações as quais tivemos acesso com a coleta dos dados realizada. Para tanto, foi necessário selecionar metas assim como orientado por Severino (2002).

A opção pela metodologia se deu a partir da perspectiva de que a pesquisa qualitativa permite um universo de possibilidades e interpretações do que é dito e do não dito, ou o porquê de determinada experiência ser explicitada ou ocultada dentre as possibilidades e variáveis, explorando-se as subjetividades contidas na fala, nas entrelinhas e no silêncio dos sujeitos.

Por motivos de longa demora na devolução do pedido de autorização para a pesquisa junto à SEEDUC/RJ (já explicitados no início desse trabalho), houve a necessidade de mudança de estratégias para a coleta de dados estipulado inicialmente na rede estadual. Assim, os dados para essa pesquisa foram coletados na rede municipal de ensino do município de Barra Mansa, RJ.

3.2 População e amostra

O Município de Barra Mansa/RJ, conta com dezenove escolas de Ensino Fundamental II que atendem a três turnos: manhã e tarde com o Ensino Regular e noturno com a EJA. O nosso olhar foi direcionado às escolas de Ensino Regular que conta com mais ou menos 1.600 professores e 5.440 alunos. Esses dados não exatos foram apresentados por funcionário da Secretaria de educação, no momento da coleta dos dados.

No total, entre Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, o município soma mais ou menos 20.000 alunos, 1.500 professores e 1.100 funcionários da educação.

No Quadro 2 abaixo, são apresentadas as dez escolas em que os entrevistados estavam lotados, seguindo a ordem das entrevistas concedidas. As escolas são assim compostas pelas turmas, os turnos e o quantitativo dos alunos atendidos pelo entrevistado. E o total de alunos atendidos pela escola.

Quadro 1 – Composição das 10 escolas de Ensino Fundamental II que foram parte da pesquisa, em Barra Mansa/RJ

Escola Municipal	Turmas: 6º/9º ano	Turno	Quantitativo de Alunos atendidos pelo(a) Entrevistado(a)	Total de alunos atendidos pela Escola
E.M - 01	8	Tarde	417	417
E.M - 02	26	Manhã/Tarde	386	905
E.M - 03	28	Manhã/Tarde	398	910
E.M - 04	10	Manhã/Tarde	438	438
E.M - 05	10	Tarde	300	300
E.M - 06	10	Manhã	450	650
E.M - 07		Manhã/tarde	Dados não repassados	
E.M - 08	Não autorizada	Manhã	130	250
E.M - 09	5	Tarde	178	178
E.M - 10	Cancelada	Tarde	-------	-------

Fonte: Elaborado pela autora por meio dos dados fornecidos por funcionário (a) das secretarias das escolas em que os colaboradores estavam lotados, junho/2015.

O Quadro acima apresenta o quantitativo de alunos atendidos pelos orientadores pedagógicos participantes da pesquisa e o total de alunos matriculados na escola do entrevistado. Visto que na rede municipal há orientadores que atendem a dois turnos (fazendo o horário móvel na mesma escola) e outras escolas que tem um orientador para cada turno.

3.3 Instrumentos

Nesse trabalho foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados a análise documental e a entrevista semiestruturada composta por uma parte de questionário fechado.

A entrevista semiestruturada foi dirigida ao colaborador num questionário preestabelecido a fim de que o (a) colaborador (a) não se afastasse do tema. Sendo um meio termo entre a gravação da fala única do (a) colaborador (a) e o interrogatório direto da pesquisadora.

A escolha da pesquisa metodológica em História Oral foi definida visando o alcance dos objetivos na medida em que esse procedimento vem de encontro à ideia de que:

> [...] para os que creem que o processo histórico tem liames que tecem o presente determinando-o, a história oral ganha força de transformação. Sendo verdade que o fato de reunir pessoas e as habilitar a um lugar social já é fator de transformação, convém reforçar que a busca de inscrição nos problemas sociais a fortalece como argumento político (MEHY, 2011, p.39).

Assim como acreditamos que é inerente ao trabalho com entrevistas o vínculo com causas sociais que alimentam o movimento e favorecem mudanças (idem, p. 40). Embora essa pesquisa seja considerada de natureza básica, um dos seus objetivos específicos é o de poder contribuir favoravelmente com o processo de inclusão da diversidade sociocultural na escola pública na busca por uma educação cidadã e, efetivamente inclusiva seja pelo movimento iniciado pela própria pesquisa, seja pela leitura posterior do trabalho realizado.

3.4 Procedimentos para coleta de dados

O Projeto de Pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade de Taubaté (UNITAU) em março de dois mil e quinze, sob o número 41068014.6.0000.5501.

Para essa pesquisa, no 1º momento foram realizados o levantamento e análise documental da legislação brasileira dos últimos 30 anos sobre a inclusão e ensino para o negro e a história de afrodescendentes no Brasil.

No 2º momento foram realizadas oito Entrevistas de História Oral Temática (MEIHY; RIBEIRO, 2011), com o objetivo de obter informações do coletivo escolar sobre a inclusão do negro através de Orientadoras e Orientadores Pedagógico (dentre esses um gestor), e seus conhecimentos da legislação e as práticas docente – por eles estimuladas – específicas para a inclusão desse segmento.

O diretor geral e outros três Orientadores Pedagógicos entrevistados foram apontados pela Secretária de Educação Municipal ao autorizar com aparente satisfação a presente pesquisa. Os próprios entrevistados também indicavam algum OP conhecido que desenvolvia um trabalho a respeito do assunto. Ou também indicavam aqueles que sabiam que gostariam de colaborar com a pesquisa.

Portanto, o processo da coleta de dados teve como abordagem um grupo de profissionais que à priori exercem um papel de liderança e de implantação das bases legais: um Gestor e sete Orientadores Pedagógicos concursados que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa/RJ.

A Entrevista semiestruturada foi realizada com o consentimento dos entrevistados e das entrevistadas das escolas apontadas pela Secretária Municipal de Educação. E também os próprios entrevistados indicavam algum colega que desenvolviam projetos com referência às ações afirmativas de inclusão diante da diversidade sociocultural no Ensino Fundamental II da Educação Básica.

Inicialmente, os entrevistados foram contatados em suas escolas, pessoalmente ou via telefone em que se constataram cinco negativas apontando diversos motivos para a não participação, causando desânimo à pesquisadora a cada recusa recebida. Posteriormente foram

contatados pessoalmente por indicação da Secretária de Educação ou por algum entrevistado. Após o aceite as entrevistas foram realizadas com dias e horários agendados.

Vale ressaltar que os profissionais indicados pela Secretária de educação aceitaram prontamente colaborar com a pesquisa, principalmente o diretor geral que se mostrou aberto ao contato sendo o primeiro a conceder a entrevista dando um novo ânimo à pesquisadora.

Foram pretendidas inicialmente dez entrevistas com os profissionais que atuam junto à equipe gestora – os orientadores pedagógicos; mas devido a alguns entraves finalizamos a coleta de dados com o total de oito colaboradores. Utilizamos um roteiro para as entrevistas. Importante notar que esses roteiros foram aplicados deixando um espaço livre para a organização da fala dos entrevistados. Isto permitiu que os argumentos selecionados por eles aparecessem e pudessem ser agora analisados pela pesquisa. Pensamos que assim a entrevista produzida possui uma maior amplitude de dados e que a pesquisa, pode, portanto, ser mais profunda.

Na condução das entrevistas, deve-se dizer que a pesquisadora se posicionou de forma a ouvir os argumentos dos entrevistados e não questionar ou se colocar durante o discurso. Entendemos que a liberdade da construção narrativa é fundamental neste momento, que é um momento do outro (RIBEIRO, 2011).

Em especial, também destacamos que esta prática de escuta atenta (BOURDIEU, 1997) trouxe relevantes informações, mas também trouxe uma possibilidade de análise mais estruturada do discurso desses profissionais da educação, posto que as perguntas foram sendo respondidas em blocos, que na atual fase deste trabalho estão sendo analisadas de forma comparativa.

Realizada as entrevistas gravadas em áudio foi feita a transcrição, que compreendeu a passagem literal do oral para a escrita, incluindo as repetições, vícios de linguagem, expressões regionais e marcadores conversacionais que caracterizaram a oralidade.

Após a transcrição foi realizada a edição textual da entrevista, que foi o trabalho de conferir à entrevista um caráter de texto, de leitura agradável e fluida, inserindo perguntas e respostas em uma narrativa direta e reduzindo o excesso de marcadores conversacionais e possíveis gírias que pudessem prejudicar a compreensão e clareza do texto.

Também foi realizada a conferência, momento em que, a pesquisadora apresentou o texto editado ao colaborador (a).

No momento da entrevista o colaborador recebeu uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, com informações de dados sobre a pesquisa, autorizando oficialmente o uso da entrevista mediante a assinatura do TCLE, conforme modelo anexo. Nessa etapa, o colaborador teve total liberdade de sugerir inclusões, exclusões e/ou modificações na entrevista, pois a partir dela chegamos à versão final do texto. Na realização das entrevistas combinamos o envio dessa etapa via *e-mail*.

Dos nove entrevistados (considerando que a décima entrevista foi cancelada na data agendada), dois não fizeram a devolutiva combinada previamente, e duas colaboradoras não autorizaram o uso da transcrição e participação na pesquisa (embora já tivessem assinado o TCLE). Após maiores informações e troca de e-mails, a colaboradora Tais autorizou a participação e a Mariana manteve a sua decisão de não participar da pesquisa.

Concluída essa etapa de construção do corpus documental foi estabelecida uma nova fase, agora não mais empírica, mas analítica, de reflexões teóricas sobre o material construído e de possível diálogo com a legislação e aporte teórico pesquisado.

Não é objetivo de esse trabalho contrapor o discurso dos entrevistados aos documentos escritos que remontam a história, com o propósito de encontrar "a verdade" ou conferir, por exemplo, as datas de acontecimentos importantes. O que importa para o presente estudo são as experiências de ordem objetiva e subjetiva, expressas por meio das narrativas dos sujeitos da pesquisa – os Orientadores Pedagógicos - responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem da U.E, assim como a responsabilidade de promover as ações que contribuam para a implementação da Diretriz Curricular, das políticas educacionais da SME e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Nesse estudo, direcionado à Lei 10.639/2003 e as ações Afirmativas para a inclusão do negro no ambiente escolar.

3.5 Caracterização dos colaboradores

Nesta parte do trabalho propomos fazer uma pequena caracterização dos colaboradores que, com seus receios e não participação na pesquisa também demonstra a dificuldade que ainda é se expressar sobre o assunto.

Neste contexto, a proposta da entrevista para a pesquisa foi aceita por 10 educadores, sendo reduzida a oito pelos motivos explicitados abaixo. O Quadro três, a seguir, apresenta a função exercida pelo(a) colaborador(a), a duração da entrevista e o tempo na função de Orientador Pedagógico. Os nomes são fictícios. Alguns foram sugeridos pelos próprios colaboradores em momento posterior à entrevista e outros pela pesquisadora utilizando o critério de nomes parecidos com o nome real. A sequência foi estabelecida pela ordem da realização das entrevistas.

Quadro 2 – Rol de entrevistados

Colaboradores	Função/ Tempo na função	Data	Duração
01. Willian	Diretor geral/ 2 anos	05/05/2015	30 min.
02. Ângela	Orientadora Pedagógica/ 2 anos	11/05/2015	52 min.
03. Leo	Orientador Pedagógico/ 20 anos	14/05/2003	25 min.
04. Rosa	Orientadora Pedagógica/ 20 anos	19/05/2003	22 min.
05. Celia	Orientadora Pedagógica/ 20 anos	20/05/2015	22 min.
06. Taís	Orientadora Pedagógica/ 5 anos	03/06/2015	12 min.
07. Elisa	Orientadora Pedagógica/ 24 anos	03/06/2015	20 min.
08. Mariana	Orientadora Pedagógica/ 5 anos	03/06/2015 - Não autorizada	12 min.
09. Ana	Orientadora Pedagógica/ 4 anos	03/06/2015	15 min.
10. Isa e Dora	Orientadora Pedagógica	03/06/2015 - Cancelada na data agendada	---------

Fonte: Elaborado pela autora, junho/2015.

Os encontros para a entrevista revelaram profissionais comprometidos com o fazer pedagógico e sujeitos no processo educativo, dinâmicos e atualizados; profissionais que se autovalorizam e possuem um elevado compromisso com a educação. No entanto, alguns se mostraram receosos e "perdidos" quanto ao assunto da inclusão etnicorracial, chegando a negar que o conflito ocorra em seu ambiente de trabalho.

Os nove entrevistados (incluindo a Mariana que não autorizou a análise posteriormente), possuem pelo menos um curso de pós-graduação *lato sensu* na área educacional ressaltando que esses cursos são da busca de aperfeiçoamento pessoal dos orientadores e não ofertados pelo poder público.

Aqui, relatamos um pouco da percepção inicial e do muito que trocamos nos encontros com os colaboradores entrevistados:

01- Willian – o primeiro entrevistado. Está há sete anos na educação e há dois anos na função de diretor geral. Foi indicado diretamente pela secretária de educação, pois se encontrava em seu gabinete no momento da autorização para a pesquisa na rede

municipal. É licenciado em filosofia e cursa Direito. Aceitou prontamente e agendamos a entrevista para o dia seguinte. Mostrou-se seguro e com seu envolvimento deu novo ânimo à pesquisadora, que se encontrava desanimada com tantas recusas à participação na pesquisa.

02- Ângela, sua escola também foi indicada pela secretária de educação por desenvolver um bom trabalho a respeito da inclusão etnicorracial, segundo a secretária. Ângela está há 27 anos na educação e há 26 anos na orientação pedagógica. Muito expansiva e falante foi a entrevista mais longa e demonstrou muita satisfação em participar da pesquisa. Emocionou-se ao se lembrar do avô negro falecido e chorou necessitando de uma pausa para recomeçarmos o assunto.

03- Leo, sua escola foi indicada por outro colaborador. Foi pego de surpresa, pois a orientadora que havia agendado a entrevista ("já para se aposentar"), o indicou alegando que ele estava mais "inteirado" no assunto. Participou sem receio, embora estivesse há pouco tempo na escola. Tem 8 anos na educação e 2 anos na orientação pedagógica.

04- Rosa mostrou-se muito receptiva. Praticamente, iniciou a entrevista na porta da sua sala, ao me receber. Atuante nos movimentos populares e estudiosa. Segundo ela, participou de mais de 200 cursos entre especialização e de extensão. Orgulha-se de sua negritude e nas palavras dela "sente na pele" a discriminação e o preconceito. No momento, além das atividades de orientação pedagógica ocupa-se do trabalho com a Terapia holística e psicopedagogia. Embora cheia de energia "está para se aposentar", com 32 anos de atuação na educação e 20 anos na orientação pedagógica.

05- Celia também se mostrou receptiva e contente com a participação na pesquisa. Há 30 anos na educação e 20 anos na função atual. Respondeu as questões com tranquilidade, embora acredite que as ações afirmativas deveriam ser direcionadas a pessoa pobre, já que "nós somos um povo miscigenado", pois percebe a questão socioeconômica mais importante que a etnicorracial.

06- Taís mostrou-se receosa. Logo após a devolutiva da transcrição da entrevista também não autorizou a participação na pesquisa. Voltou atrás em sua decisão de participação após conversas via *e-mail* com a pesquisadora em que se sentiu mais

confiante, mas pediu que não fosse divulgada a parte inicial do questionário fechado alegando que poderia ser identificada pelas informações contidas.

07- Elisa deu sua entrevista em um ambiente escolar muito tumultuado. Embora a entrevista tenha sido agendada com o consentimento da direção escolar, a diretora constantemente adentrava a sala com questões urgentes para que a Elisa resolvesse e as interrupções atrapalharam bastante o andamento da conversa, pois a orientadora desconcentrava-se a cada interrupção e começávamos novamente. Nesse contexto registrou que tem muitos afazeres e que sobra pouco tempo para o atendimento pedagógico. "Está para se aposentar", trabalha há 27 anos na educação e há 24 anos na orientação. No início da conversa indagou se precisaríamos de outro encontro, pois só estava aguardando a documentação para a licença prêmio e posterior aposentadoria. Se fosse necessário novo encontro, não concederia a entrevista.

08- Mariana, não autorizou a participação na pesquisa, após a transcrição da entrevista. Muito desconfiada das perguntas e receosa nas respostas, após a leitura da transcrição alegou que as respostas "não tinham ficado boas; estavam sem conteúdo", mas não tinha tempo disponível para outro encontro.

09- Ana, sua entrevista teve como cenário um ambiente escolar tranquilo. Quando cheguei alguns alunos se encontravam conversando tranquilamente nas escadas, me receberam com educação e me indicaram onde eu poderia encontrar a orientadora. Ao nos receber, a orientadora deixou claro que participaria da pesquisa, embora não soubesse responder as questões, pois o assunto era muito difícil. Saía da sala constantemente, possivelmente para pesquisar na internet na sala ao lado. De tantas idas e vindas, o celular apresentou problema na gravação e terminamos as três últimas perguntas escrevendo as suas respostas. Ao final, percebemos o desconhecimento real da orientadora sobre o assunto, pois entre outros pormenores relaciona a questão das cotas nas universidades públicas referindo-se aos seus alunos do Ensino Fundamental II. Está há 18 anos na educação e há quatro anos na função atual.

10- Isa e Dora, a escola de ambas foi apontada tanto pela secretária de educação quanto por outro colaborador. Isa "está para se aposentar". Agendou a entrevista e, no momento, passou a incumbência a Dora (orientadora também há um

> semestre na escola, convocada pelo último concurso público). Dora reagendou a entrevista para o horário noturno e não compareceu ao encontro alegando problema familiar. Vale ressaltar que foi a única escola visitada que apresentava um belo material expositivo realizado pelos alunos sobre o conteúdo da história africana valorizando sua história.

As percepções da pesquisadora aqui apontadas se sobressaem, pois segundo Cavalleiro (2001) o não verbal como gestos, olhares e outras atitudes no cotidiano escolar expressa tanto o tipo de relacionamento aceito e valorizado, quanto o não aceito, não valorizado, não desejado. Uma pessoa não internaliza e expressa apenas o que lhe atinge sensorialmente (como os xingamentos, as agressões físicas), mas também os atos subliminares às vezes imperceptíveis se não estivermos atentos ao contexto em que se inserem.

> (...) na educação, nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção dos preconceitos seja um problema. Dessa forma interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte do nosso cotidiano, mantendo e/ ou disseminando as desigualdades sociais (CAVALLEIRO, 2001, p. 152).

Portanto, podemos inferir que não apenas a sociedade em geral ainda se mostre receosos de se expressar sobre o racismo, a discriminação e o preconceito, mas também os profissionais que deveriam atuar visando à superação dessas atitudes. Mas, em alguns casos, esses profissionais ainda não reconhecem que a diferença exista. E que a escola é um campo fértil onde o conflito racial e discriminatório se estabelece.

3.6 Procedimentos para análise de dados

Após os procedimentos para a coleta de dados e em posse das entrevistas gravadas em áudio e transcritas, iniciamos a análise dos dados.

Nosso interesse central com a gravação das entrevistas era apurar os seguintes aspectos como eixos norteadores iniciais:

1. Qual a formação inicial e trajetória profissional do entrevistado (a)?

2. Qual é a percepção do colaborador sobre a questão etnicorracial na proposta de inclusão?
3. Como a escola através do orientador pedagógico/gestor procede para que a inclusão etnicorracial aconteça?
4. Há um conhecimento sistematizado da legislação específica - Lei 10.639/2003 que altera a LDB 9394/96; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004 e a Lei 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes?
5. A existência da legislação garante as práticas inclusivas da diversidade etnicorracial, sendo nesse estudo direcionado para o negro e afrodescendente?

No decorrer da transcrição, no entanto, surgiram os eixos norteadores que foram analisados. Isto porque, mesmo que as entrevistas tenham sido conduzidas a partir de um mesmo roteiro de perguntas, as respostas resultaram em narrativas que se desdobraram e associaram temas de maneira livre. Desta maneira o conjunto de referências que pode ser interpretado e analisado por este trabalho se ampliou e, a nosso ver, englobam os eixos inicialmente pensados enriquecendo-os. Todos esses temas foram analisados sob a perspectiva teórica.

A primeira ponderação a respeito da realização das entrevistas, e, portanto, sobre o registro das narrativas, é que todas foram gravadas com autorização da pessoa que narrou sua história. Depois de registrada a oralidade, foi preciso realizar o trabalho de transcrição. A entrevista transcrita virou narrativa escrita. Assim, surge um texto que pode ser analisado neste trabalho e que para a história oral é considerado como documento produzido a partir de um processo teórico metodológico (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Refletindo sobre a metodologia utilizada, gostaríamos de lembrar que o trabalho de transcrição foi feito atentando para os aspectos maiores que as próprias falas, ou seja, os silêncios, a entonação, o riso, o choro, transformando-os em comentários e observações nas transcrições.

Todo este trabalho foi norteado pelas sistematizações de pesquisadores que vem trabalhando com História Oral como metodologia, dentre eles Portelli (1997), Meihy e Ribeiro (2011) e Santos (1996).

Iniciamos, pois, a análise dos dados a partir da função das palavras-chave que orientam a análise com base na metodologia de História Oral, destacando os eixos norteadores a fim de planejar, organizar e balizar as entrevistas de acordo com Santos (1996).

Durante o processo de textualização das oito entrevistas, destacamos as palavras-chave para cada uma delas. Essas palavras indicaram os principais temas dos depoimentos, tanto pela frequência com que é empregado quanto pela força expressiva dos acontecimentos e opiniões mais importantes.

Após a seleção das palavras-chave das entrevistas (como segue nos eixos abaixo), procedemos ao agrupamento das que são comuns no discurso dos colaboradores para organizar os eixos de análise no capítulo quatro desta dissertação.

Esse processo de agrupamento de palavras comuns e suas variantes por sua vez, determinaram novos temas centrais ou norteadores riquíssimos, a nosso ver, para a análise e sua contribuição à pesquisa. Assim, decidimos estabelecer novos eixos norteadores, embora eles se misturem, pois no processo de desenvolvimento sobre a inclusão étnicorracial essas partes fazem parte de um todo. Portanto, a análise foi feita a partir desses sete eixos norteadores que seguem:

Eixo I - Aceitação da diversidade – Neste eixo será trabalhado questões relativas ao convívio com a diversidade, levando em conta pensamentos que estabelecem que embora as características físicas sejam diferentes, são iguais enquanto raça humana. Algumas expressões como “aceitação das diferenças”; “reconhecimento das diferenças” foi eleita como palavras-chave e nortearam nossa análise. As reflexões tecidas nesta parte do trabalho articulam a leitura das entrevistas feitas com os escritos dos autores como, Hall (2014), Silva (2000). A questão da aceitação da diversidade está intimamente relacionada também às reflexões de Morin (2001) sobre o reconhecimento da identidade humana.

Eixo II – Ações compatíveis com a escola inclusiva – Esse eixo compreende a afirmativa de que “A escola é de todos e para todos” assim como o direito da pessoa de ser e estar nela incluídos. Assim as palavras chave: “lei”, “legislação”, “garantia de direitos”, “cumpra-se” estão relacionadas ao eixo norteador afirmando “que só a legislação não garante a prática”, assim como o “papel aceita tudo” e a referência às “cotas raciais e suas

contradições". Neste eixo a lei 10.639/2003 será lida frente às proposições dos autores Bourdieu (2013), Schwarcz (2012), Candau (2012). Os diálogos entre documentação legislação e teoria são base para a organização da análise que propõe que sejam utilizadas "formas de ação e estratégias concretas para trabalhar a superação da discriminação na escola, tendo presente sua relação com as diferentes práticas sociais" (CANDAU, 2012, p. 8). E Cunha Junior (1998) ressalta a necessidade do desenvolvimento de novas relações sociais com o ensino da história brasileira e africana.

Eixo III - Negação do preconceito – O terceiro eixo trata sobre o "preconceito racial"; a cor da pele vista como "estranhamento" e "estereótipos". Para tanto Schwarcz (2012), Goffman (2004) serão utilizados como base teórica com suas apreciações sobre "estereótipos" e "estigmas" estabelecidos como marcas identitárias. As cotas raciais ganham espaço de diálogo com análises da Lei 12.711/2012.

Eixo IV – Negritude – Aqui, utilizamos o conceito negritude de acordo com Munanga (2012, p. 15) que considera "mais viável situar e colocar a questão da negritude e da identidade dentro do movimento histórico, apontando seus lugares de emergência e seus contextos de desenvolvimento". Bourdieu (1998) também é referencial teórico para a análise de uma cultura excludente. Assim, destacamos as palavras-chave: "Currículo e conteúdo", "movimento negro", "exclusão"; "história brasileira", "cultura"; "promoção da igualdade racial"; "obrigatoriedade do ensino de História da África". O estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana/2004 tem também lugar neste eixo de análise.

Eixo V – As ações afirmativas e o atendimento especializado – Nesse eixo será esclarecido a nossa percepção e o motivo pelo qual os educadores se referem à inclusão etnicorracial e à inclusão da pessoa com deficiência sem distinção entre uma questão e a outra, pois a "inclusão étnica" e "da pessoa com deficiência" se misturam na visão dos profissionais de ensino assim como na legislação estudada. E também a afirmativa de que há mais conflitos para a inclusão da pessoa com deficiência do que propriamente com a questão racial. Para esse esclarecimento utilizaremos o conteúdo proposto no Programa Nacional das Ações Afirmativas.

Eixo VI - Limites e possibilidades da legislação – Esse eixo um tanto abrangente aborda os limites da legislação: "o professor ou da professora solitários", principalmente "o professor ou a professora de História que normalmente puxam a questão étnica". A "temática

abordada apenas no final do ano (no último bimestre)", em que já não há mais tempo suficiente para uma abordagem efetiva sobre o assunto; a "rotatividade dos professores"; a "falta de tempo para planejamento das ações", assim como a "falta de um planejamento específico tanto da escola quanto da SME".

As possibilidades da legislação: são apontadas "as ações estimuladas ao longo" do ano letivo; também o "livro didático" como "instrumento de trabalho"; os "trabalhos pontuais" e os "trabalhos com projetos"; os "projetos pedagógicos" envolvendo os "valores éticos", a "transversalidade" do currículo e a "importância do trabalho da Sala de Leitura" sobressaem como um conjunto de palavras-chave que serão analisadas à luz teórica da autora Piovesan (2006) e seus apontamentos sobre as Ações Afirmativas e os Direitos Humanos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais/1998 que apresentam os Temas Transversais em questão.

Eixo VII - As ações afirmativas e a Formação Continuada – Nesse eixo abordaremos sobre as ações afirmativas – em destaque o Programa Nacional de Ações Afirmativas - e "que elas possuem tempo determinado". A Formação Continuada é inserida nas palavras-chave como importante para que as ações afirmativas se consolidem através de "cursos de formação"; a "sedução para ensinar" e a cobrança de um "maior empenho da SME" para que as ações afirmativas não fiquem apenas "no papel", mas efetivem realmente. A abordagem foi feita ao estabelecer relação entre a Lei 10.639/2003, que trata sobre os aspectos do ensino da cultura Africana e Afro-Brasileira e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica/2010 que apontam o professor e a Formação inicial e Continuada como princípios definidos para a Educação Nacional. As reflexões teóricas se relacionam as ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos (PIOVESAN, 2006).

Nessas expressões dos conhecimentos e dos sentimentos apresentados pelos colaboradores, assim como algumas críticas e contradições pusemo-nos a buscar elementos textuais que dessem conta de articulações no plano das ideias e das contribuições teóricas apontadas na revisão de literatura, lembrando que um tema central pode ser relacionado a outros subtemas bem como um subtema possa pertencer a mais de um eixo norteador.

Assim, foram realizados a análise e o cruzamento dos dados coletados na pesquisa sobre a legislação e das informações presente nas narrativas dos colaboradores com suporte das palavras-chave destacando o argumento coletivo.

Desta maneira procedemos às leituras, realizamos as entrevistas e a sua transcrição. Realizamos a análise dos dados levantados, partindo a seguir para os resultados e às discussões possíveis no espaço-tempo determinado para esse estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Conhecendo o município de Barra Mansa/RJ e seu processo histórico

Aqui, apresentamos um pouco da história do município de Barra Mansa/RJ que foi palco dos diferentes ciclos econômico brasileiro tendo em sua formação diferentes culturas e, portanto, base para uma população miscigenada e principalmente afrodescendente que é o foco de discussão nessa pesquisa.

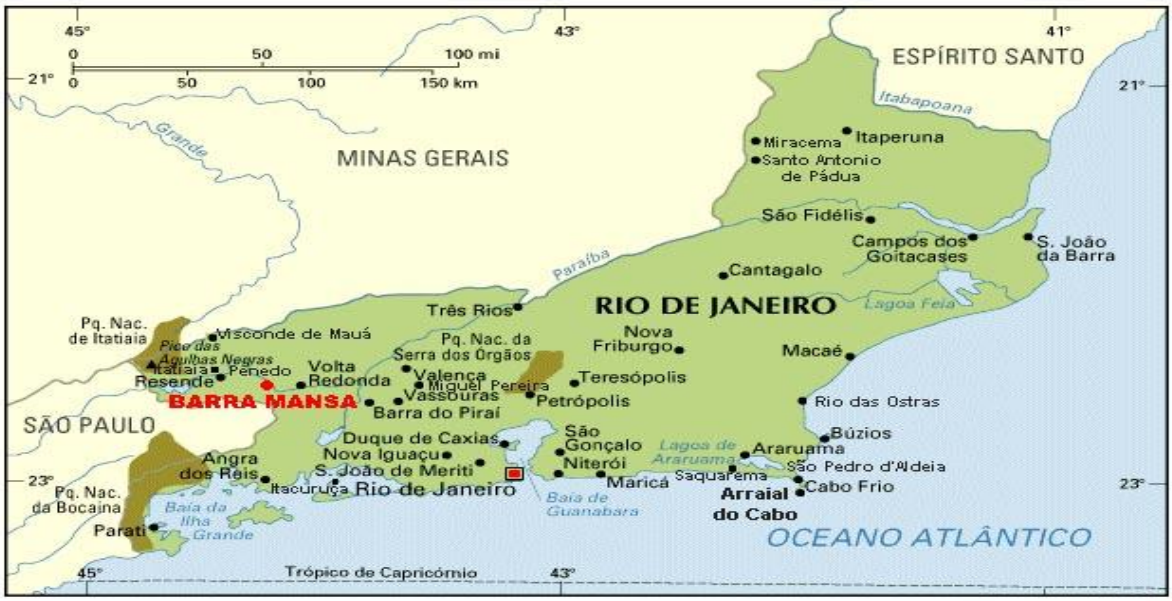

Figura 1 - Situando o município de Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro/RJ
Fonte: pmbm.com.br/mapas geográficos. Acesso: 29/01/2016

A região do Sul do Estado do RJ possui uma rica história, pois sua formação inicial é baseada nos imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães, franceses e sírio-libaneses, ameríndios e da diversidade dos povos oriundos da África.

Em 1764, deu-se o indício do primeiro povoamento com a concessão de uma sesmaria para a fundação de uma fazenda de gado e mantimentos a “Fazenda da Posse”, que servia como ponto de pousada das tropas que desbravavam o interior do país. No início do século XIX, o café despontou como seu principal produto. Nesse contexto de produção de mão de

obra e considerado como próprio bem financeiro, a força escrava esteve presente no município e arredores até sua "libertação" formal em 1888.

Barra Mansa/RJ, teve o território desbravado em fins do século XVIII, formando-se o núcleo original às margens dos caminhos das tropas que demandavam o interior do país. O povoado passou a atuar como base de abastecimento dos fluxos migratórios desencadeados pela mineração. Graças à excelente posição geográfica, o local foi perdendo o caráter de ponto de pousada e passou a expandir as funções comerciais.

A consequente atração de colonos para suas terras, no início do século XIX, fez com que o café despontasse como principal produto.

Em 1832, o governo decretou a criação do município, com desmembramento de terras de Resende.

Em 1857, a vila de Barra Mansa foi elevada à categoria de cidade. A exaustão dos solos mais férteis e a liberação do braço escravo provocaram o declínio da cafeicultura e o êxodo rural.

A cultura do café cedeu lugar à pecuária de corte extensiva, evoluindo posteriormente para a produção leiteira.

No final da década de 30, teve início o desenvolvimento industrial do município, com a implantação de setores ligados às indústrias alimentares.

O grande marco da expansão industrial no Brasil, deflagrada no pós-guerra, foi representado pela instalação, na década de 40, da primeira usina da CSN, em Volta Redonda, na época ainda distrito de Barra Mansa. A indústria metalúrgica e mecânica se estabeleceu na década de 50.

A cidade foi formada na margem direita do Rio Paraíba do Sul e cresceu longitudinalmente ao longo do mesmo. Na década de 40, surgiram soluções verticais e os bairros residenciais alastraram-se e ocuparam vales próximos e áreas distantes.

Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 6 distritos: Barra Mansa, Antônio Rocha, Floriano, Nossa Senhora do Amparo, Rialto e Santa Rita de Cássia[9].

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo Demográfico/2010, o Estado do Rio de Janeiro apresentava 12% de pessoas se reconhecendo

[9] **Fonte:** Barra Mansa (RJ). Prefeitura. 2015. Disponível em: http://www.prefeituradebarramansa.com.br. Acesso em: jan. 2016.

como negras ficando em segundo lugar na classificação do total dos Estados brasileiros; em primeiro lugar, com 17% figurava o Estado baiano. Esses dados apontam que boa parte da população carioca e, interiorana como o município de Barra Mansa, apresente uma parcela considerável de sua população de afrodescendentes. Portanto, essa população necessita de projetos inclusivos para que os sujeitos históricos fundamentais na constituição do Brasil não sejam ignorados e vítimas de discriminação e preconceito.

4.2 A Legislação brasileira a favor do negro

Ao longo dos últimos trinta anos, a legislação brasileira tem caminhado para uma ampliação das possibilidades de acesso e de participação da população afrodescendente no universo escolar. Exemplos disso são esses importantes passos institucionais, construídos ao longo do tempo, como se apresenta no Quadro 1:

Quadro 3 – Cronologia da legislação brasileira

Lei/Data:	Resumo	Sancionada por:
Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985	Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.	Jose Sarney Fernando Lyra
Constituição Federal 1988	Denominada Constituição Cidadã. Reconheceu a prática de racismo como crime no Brasil.	Ulisses Guimarães et al
Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	Jose Sarney Paulo Brossard
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Fernando Collor Bernardo Cabral Carlos Chiarelli Antônio Magri Margarida Procópio
Decreto nº 1.904/1996	Programa Nacional de Direitos Humanos assegura a presença histórica da luta dos negros na constituição do país.	

Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997	Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Fernando Henrique Cardoso Milton Seligman
Parâmetros Curriculares Nacionais /1998	Publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; traz a inclusão dos Temas Transversais como Ética e Pluralidade Cultural com objetivos específicos que os norteiam.	Ministério da Educação e do Desporto-Secretaria de Educação Fundamental – Ministro da Educação Paulo Renato Souza
Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001	Plano Nacional de Educação – aborda as relações étnicas nas escolas	Fernando Henrique Cardoso
Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002	Institui no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas.	Fernando Henrique Cardoso
Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.	Luiz Inácio Lula Da Silva Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República, e dá outras providências.	Senador Eduardo Siqueira Campos Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência
Parecer CNE nº 003/2004, de 10/3/2004, homologado em 19 de maio de 2004	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e traz orientações de como a lei 10.639/2003 deve ser implementada.	Conselho Nacional de Educação
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana.	Roberto Cláudio Frota Bezerra Presidente do Conselho Nacional de Educação
Criação da Secad, julho de 2004	A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), é a mais nova secretaria do Ministério da Educação. Nela estão reunidos, pela primeira vez na história do MEC, temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias.	MEC

Lei nº 11.645/2008	Altera a Lei nº. 9.394/1996, modificada pela lei nº. 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	Luiz Inácio Lula da Silva Fernando Haddad
Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR nº 605 de 20 de maio de 2008	Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003 Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003.	Unesco MEC
Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Conhecido como Lei do Programa Biblioteca na Escola e Lei do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD	Luiz Inácio Lula da Silva Fernando Haddad
Parecer nº 923, de 2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados, consolidando os ajustes redacionais propostos pelo relator na CCJ e aprovados pelo Plenário na sessão do dia 23 de junho de 2010.	Câmara dos Deputados
Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.	Ministro da Educação Fernando Haddad
Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.	Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no dia 20 de novembro.	Dilma Rousseff Mário Lisbôa Theodoro
Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012	Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	Dilma Rousseff José Eduardo Cardozo Aloizio Mercadante Gilberto Carvalho Luiza Helena de Bairros
Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.	Dilma Rousseff José Eduardo Cardozo Aloizio Mercadante Gilberto Carvalho Luiza Helena de Bairros

Fonte: Elaborado pela autora. Junho/2015.

Além da legislação apontada, a autora Candau (2012) destaca ainda três documentos essenciais à fomentação e reflexão sobre a questão étnico-racial em discussão que foram a:

- Declaração aprovada pela Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (ONU, Durban, 2001);
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, Paris, 2001);
- Programa Nacional dos Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2009.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH 1,2,3) foi instituído em 1996 e revogado em 2002 e 2009.

Baseado no levantamento da legislação apontada acima e nos pressupostos teóricos, optamos por ouvir os orientadores pedagógicos diretamente envolvidos no processo educativo tornando-se necessário à medida que são eles os possíveis articuladores das propostas dessa mudança de atitude e que contribuirão conjuntamente com suas articulações e orientações nas práticas pedagógicas na garantia do direito de inclusão e do desenvolvimento de uma educação cidadã voltadas à valorização da diversidade etnicorracial e cultural conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 5).

Após o histórico do município de Barra Mansa/RJ e da exposição da cronologia da legislação brasileira elencada nos últimos trinta anos a favor do negro iniciaremos a discussão dos Eixos norteadores estabelecidos nesse estudo.

4.3 Eixo I - Aceitação da diversidade humana

A Lei 10.639/03 tornou-se um passo institucional muito importante, pois é preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro, e nesta perspectiva não se pode ensinar somente a História da Europa, mas também a História da África. Os livros didáticos de História apenas descrevem a condição do negro nesse lado do Atlântico, e ao se rever os conceitos, um novo paradigma se estabelece, em um conjunto de ressignificações pessoais que deverá conduzir os alunos, por meio do ensino de História da África, a uma

reconstrução de suas identidades, entendendo as diferenças e valorizando a diversidade cultural.

A colaboradora Rosa assegura a importância da discussão e da reflexão do assunto no contexto atual. Participante ativa do Movimento Negro desde o início das discussões, segundo ela por volta de 1986 por intermédio da pastoral católica no município de Barra Mansa/RJ:

> Nós [do Movimento Negro] lutamos pela implementação dessa lei. A promoção da igualdade racial tem sido e é uma das questões que nós avançamos e precisamos ainda reconhecer e ajudar a fazer a releitura da história do Brasil porque ainda temos muitos professores, muitos profissionais que desconhecem a verdadeira história do Brasil [e a contribuição dos africanos na constituição dessas histórias].

O que a orientadora pedagógica faz referência, em sua fala, é que a "verdadeira" história do Brasil deve compor as contribuições da população negra, e que esse é um processo ainda a ser construído, mesmo levando em consideração as conquistas e com isso em mente promover avanços em direção à promoção da igualdade racial.

O desconhecimento das histórias e culturas dos povos africanos [e indígenas] contribui para o desenvolvimento de atitudes de desrespeito e preconceito com relação a esses povos. Acreditamos que o conhecimento estimula atitudes de valorização da diversidade étnica e de respeito ao outro.

Interessante a fala do Leo destacando também a importância da pesquisa e a valorização da cultura negra no ambiente educativo:

> Esse assunto da inclusão para o negro é pertinente e atual e se faz necessário de trabalhar porque a nossa cultura é também a cultura do negro. Então, aos poucos nós vamos nos reconhecer [e] valorizar o que é nacional. A gente sempre acredita que a cultura do outro é mais importante e não nos reconhecemos como cidadãos e que temos direitos. E como reconhecer isso? Conhecendo-nos. Toda vez que nos conhecemos nós podemos decidir mais. Exigir da mesma forma uma educação melhor. Ter acesso a uma saúde e meios sociais melhores. Tudo isso é pertinente. Essa valorização da cultura nas escolas é fundamental porque é na escola que você inicia essa questão [de reflexão]. Acredito que a escola pode avançar em muitos assuntos, mas ela pode fazer a função que cabe a ela. Eu acredito que investir nessa formação de inclusão para o negro, reconhecer como a exclusão acontece e o efeito que isso causa na sociedade realmente é pertinente para que novas ações possam ser planejadas.

A fala de Leo se destaca, pois, articula as justificativas para o próprio desenvolvimento deste trabalho. Em especial se contrapõe a fala de outros profissionais que se posicionaram de maneira a considerar o tema desta pesquisa como algo ultrapassado (conforme descrito anteriormente).

O Estado brasileiro foi constituído a partir de diferentes matrizes étnicas e culturais formando assim, uma sociedade multicultural. As desigualdades sociais construídas historicamente com base na exploração econômica, violência e escravidão geraram um modo de agir e pensar desiguais que ainda afeta a população negra, notadamente, menos favorecida.

> Neste país de larga convivência com a escravidão, onde o cativeiro vigorou durante mais de três séculos, estima-se, apesar dos dados imprecisos, a entrada de um total 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente: um terço da população africana que deixou seu continente de origem rumo às Américas (SCHWARCZ, 2012, p. 37).

Nesse contexto de legitimação e naturalização da inferioridade do negro toda essa população foi afastada de sua cultura mãe, de seu universo cultural, religioso, linguística e obrigada a ocultar suas raízes.

Sacavino *et al* (2012) também salienta a importância do reconhecimento das raízes históricas da discriminação e dos processos de exclusão que estão intrinsecamente internalizados na sociedade brasileira e que apenas mudam as formas em que se apresentam. De acordo com a autora:

> No momento atual, é possível constatar que mudaram as formas, as linguagens e algumas práticas sociais frente às questões relacionadas à raça, ao gênero e à classe, porém a situação de desvantagem em que os negros vivem mede-se pelas disparidades multidimensionais de que são vítimas e que se atualizam através do encobrimento e da dissimulação (SACAVINO *et al* (2012, p. 16).

Estas reflexões pretendem assinalar algumas questões que despontam na pesquisa realizada e que consideramos importantes para enfrentar a problemática da discriminação e do preconceito no ambiente escolar. Para, além disso, pensamos que tais reflexões contribuem para apontar alguns elementos que possam desenvolver os processos de uma educação inclusiva para o negro.

Considerando a mudança do olhar sobre a valorização da identidade negra, o colaborador Willian observa a importância da deslocação de uma "realidade" social, histórica:

> Esse é um trabalho de desconstrução de algo que foi construído a muitos anos de forma muito agressiva, brutal e que vai demorar tempo pra ser desconstruído, mas que a gente seja persistente nas ações pra que essas ações possam colaborar para a desconstrução do preconceito e pra consciência de uma sociedade de uma única raça [...]. Nós somos de uma única raça, a raça humana. Então, isso é o principal que nós temos que levar em consideração (Willian).

Esta construção histórica à qual se refere Willian nas palavras de Hall (2014), remonta ao Iluminismo e sua forma de pensar os sujeitos.

> O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa como um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia quando o sujeito e com ele se desenvolvia, contínuo ou idêntico, ao longo da existência do indivíduo. Era uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade" (HALL, 2014, p. 10).

O sujeito do iluminismo era usualmente descrito como masculino e branco.

A aceitação de uma mudança na abordagem da identidade – do idem, igual – para identidades – no plural, que evidencie as diferenças e valorize a diversidade – é discussão central para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e, portanto, inclusiva.

Aqui apontamos também as considerações de Neto (2015) sobre o termo desconstrução que são pertinentes nesse diálogo. Importante ressaltar que o termo "desconstrução", neste caso, está sendo utilizado em um contexto filosófico, que é distinto do senso comum (uma pessoa sem formação filosófica pode falar de desconstrução em um sentido diverso do utilizado por Derrida), no caso da fala do Willian acima e a citação do autor Neto (2015) abaixo, se trata do termo desconstrução no sentido dado pelo filósofo Jacques Derrida. E nesse caso, o termo desconstrução é utilizado por ele como uma ideia e não um conceito.

> Desconstruir pode querer dizer perder sua construção. Importante mencionar que a operação de desconstrução, que é ao mesmo tempo destruição e construção, apresenta caráter de *irreversibilidade*: é impossível reconstruir de forma idêntica à anterior. Quando Derrida, de forma metafórica, compara a desconstrução ao desmantelamento de um objeto, sabemos que a operação inversa é impossível, o objeto não poderá mais ser remontado mantendo suas características originais, intactas e inalteradas (NETO, 2015, p. 124).

A introdução do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira" na grade curricular é peça importante nesse processo, pois a sociedade que nos propomos a construir é aquela onde convivam lado a lado pessoas de diferentes religiões, orientações sexuais, origens e etnias. E que a discriminação e o preconceito depois de desconstruídos não tenham mais lugar na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva Morin (2000, p. 47) afirma que na atualidade a educação necessita estar centrado na condição humana, pois estamos em uma "era planetária", onde os seres

humanos “devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”.

Ao tratar da diversidade humana na escola pode-se ter como parâmetro a necessidade de reconhecimento que caracteriza os seres humanos, quem somos como coletividade, ou quem é como indivíduo depende do reconhecimento que nos é dado pelos outros. “Ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele”, nos ensina Habermas (1983, p. 22).

O reconhecimento pelos outros é uma necessidade humana, já que o ser humano é um ser que só existe por meio da vida em sociedade. Um falso reconhecimento é uma forma de opressão. A imagem que a sociedade constrói sobre grupos tidos como subalternos é deprimente e humilhante para estes grupos causando-lhes sofrimento e humilhação, ainda mais por que tais representações depreciativas são construídas quase sempre para a legitimação da exclusão social e política dos grupos discriminados. De acordo com Morin (2000, p. 55):

> Cabe à educação cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. [...] É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno.

Para que haja respeito à diversidade na escola é necessário que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e em direito como sujeito único e ao mesmo tempo coletivo. Mas para não nos restringirmos a uma concepção liberal de reconhecimento, devemos também questionar os mecanismos sociais, como a propriedade, e os mecanismos políticos, como a concentração do poder, que hierarquizam os indivíduos diferentes em superiores e dominantes, e em inferiores e subalternos.

Discursando sobre a formação de uma “cultura nacional”, sobre identidade e diferença, Hall (2014) analisa a identidade cultural na pós-modernidade:

> Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 2014, p. 35).

O próprio Hall (2014, p. 35) se interroga: “seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural”? E ao

mesmo tempo o autor responde: “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural”.

Nessas condições, ao considerarmos que os seres humanos dependem do reconhecimento que lhes é dado, estamos reconhecendo que a identidade do ser humano não é inata ou pré-determinada, e isso deve nos tornar mais críticos e reflexivos sobre a maneira como estamos contribuindo para a formação das identidades e do grupo de pertencimento dos nossos alunos.

Nesse sentido Silva (2011, p. 75) expõe seu argumento de que “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir”, assim como também aponta a relação da identidade com o poder de definir e representar a identidade e a diferença:

> Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...]. A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (SILVA, 2011, p. 78).

Como essas questões de diferença e identidade são construções culturais e sociais há a necessidade de uma educação voltada à aceitação da diversidade. O Orientador pedagógico Leo afirma em sua fala que:

> Essa valorização da cultura [negra] nas escolas é fundamental porque é nas escolas que você inicia esse trabalho. Acredito que a sociedade ainda precisa avançar em muitos assuntos, mas a escola pode fazer a função que cabe a ela. Porque a escola também é social. Então eu acredito que investir nesse processo de exclusão do negro, reconhecer como esse processo acontece e o efeito que isso vem causando na sociedade realmente é pertinente para que novas ações possam ser planejadas e inclusive com outras demandas [questão indígena, gênero...].

Nós, seres humanos, nos educamos em sociedade e nos tornamos quem somos pela cultura recebida em comunidade. E acreditamos que por meio da educação podemos transformar a nossa cultura (racista, preconceituosa e discriminatória), já que a mesma não é estável.

Desse modo, chegamos à importância da escola como responsável pela educação formal e sistematizada, pois apesar dos outros setores como igreja, sindicato, entre outros auxiliarem na questão educativa, cabe à escola a formação e o desenvolvimento integral humano.

Destacamos a relevância do papel do orientador/gestor na liderança das propostas de ação, assim como do professor e da professora nesse eixo no tocante a aceitação da diversidade para o direcionamento de um trabalho inclusivo para o negro. Pois, se a Lei não garante as práticas pedagógicas voltadas contra o racismo e a discriminação, a conscientização dos profissionais que poderá garantir que tais práticas sejam planejadas e executadas na escola.

4.4 Eixo II - Ações compatíveis com a Escola inclusiva

Falar sobre inclusão e acolher os alunos provenientes de famílias concebidas como incluídas no padrão cultural, é natural para a escola. No outro extremo, a exclusão de crianças e jovens é ratificada por não se identificarem com a cultura escolar, ou simplesmente, por não terem "conhecimentos prévios" é a fala mais usual. Esse é o caso da violência simbólica da qual fala Bourdieu (2013) que, além de privilegiar os já privilegiados, convence os demais de sua própria culpa diante dos fracassos e exclusões.

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira a contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais positivas: inclusivas, sem preconceitos e discriminação.

> Primeiro a gente tem que ter uma consciência de que ela [a escola] é de todos independente da maneira que o outro seja. Então, ela é uma escola de todos e uma escola para todos. A gente tem que ter essa consciência; segundo trabalhando que embora tenhamos características diferentes nós somos iguais enquanto raça humana, enquanto seres humanos e o respeito que é devido a um é também devido ao outro (Willian).

O dia-a-dia de uma escola pode ser o meio de dissipação ou dispersão de atitudes preconceituosas. Ressaltamos que a escola deva ser para todos e todas, mas não igual para todos. Assumir a situação, concebendo que a desigualdade existe é a base para uma mudança de atitude e equiparação dos direitos visando à igualdade de condições. Pois historicamente reconhece-se a existência do preconceito, mas em outros contextos temporais. Ele é visto sempre no passado. Como afirma Schwarcz (2012, p. 30): Todo brasileiro parece se sentir, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.

A educação inclusiva propõe compreender e aceitar o outro na sua singularidade. Implica mudança de perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades mais justas. Dessa forma, pode–se dizer que a educação inclusiva é aceita quando se abandona a ideia de que as crianças devem se tornar "iguais" para contribuir para o mundo. Isso requer a superação da tradicional concepção antropológica de seres humanos ideais, pois como afirma Candau (2003) apresentam-se diversos estilos, crenças, costumes, cores, etnias.

Apontamos que a escola inclusiva não deveria fazer a distinção entre os seres humanos. No entanto, vivemos num mundo de padronizações e estereótipos.

O desenvolvimento de novas relações sociais permitirá, como afirma Cunha Junior (1998), perceber que o racismo, o preconceito e a discriminação são os malefícios que existem tanto na escola como na sociedade em geral, muitas vezes, mascarados e naturalizados e, outras vezes, assumidos explicitamente nas atitudes, nos valores e nas normas vigentes, presentes em nosso cotidiano. Essas manifestações são parte de um processo cruel de dominação, que oprime a cultura dos grupos sociais considerados dominados entre nós, como os negros e os indígenas (entre outros). Nestes termos, cabe a equipe escolar como um todo exercitar os preceitos da Lei 10.639/2003, que assegura que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Art. 26-A, §1º).

> O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, é necessário um trabalho pedagógico voltado para a eliminação do preconceito, o fortalecimento e o resgate da cultura negra para que as escolas brasileiras se tornem um espaço público onde haja igualdade de tratamento e oportunidades. Pensamos que desta forma, é que poderá ocorrer de fato a inclusão do negro nos diversos ambientes que lhe pertencem tanto quanto aos demais, independente da etnia, religião e cultura.

Discutir a igualdade e a diferença e reconhecê-las exigem também refletir e entender a intolerância. A intolerância se manifesta contra aqueles concebidos como os de fora, os inadaptáveis, os incontroláveis, aqueles que são denominados como excluídos. Para a construção de uma escola inclusiva é preciso alguns ingredientes: uma gestão voltada para que as ações realmente aconteçam, perseverança, fé, entusiasmo, superação. Não pode haver

nenhum tipo de discriminação ou preconceito por parte dos que se propõe a eliminá-los. A colaboradora Rosa resume da seguinte forma: “é preciso ter vontade, querer e acreditar que pode dar certo. E o mais importante: ter consciência de que muito já se fez e está sendo feito mais ainda é pouco. A escola precisa se adaptar ao novo contexto”.

> Eu acho que todos têm direito a educação. O sol nasce todos os dias pra todo mundo; não nasce só pra mim, só pra você. Eu acho que eles têm direito de estar, sim. Eu acho que o que precisa talvez seja o envolvimento maior das pessoas. As pessoas estão acostumadas a ter tudo muito pronto. E eu costumo dizer que a educação... Ela assim como a educação de filhos ela não tem receita pronta. Só que pra você colocar isso na cabeça dos profissionais hoje é muito difícil. Nós temos um grupo de professores aqui que querem e eles buscam, eles perguntam, eles perseguem e já tem aquele grupo que quer tudo pronto, entendeu, porque já vieram de uma trajetória que se dava tudo mastigado e hoje não é assim. Então, eu acho que a escola ela pode ser inclusiva, ela deve ser inclusiva e a melhor forma dela ser inclusiva é... [através da Lei]. Eu acho que infelizmente, as pessoas só vão entender quando vier assim **cumpra**-se, entendeu? (Ângela)

Em sua fala, Ângela pondera a importância da lei e a resistência dos profissionais da educação em acatá-la. Por vezes a falta de repertório e de conhecimento é articulador de preconceitos e reproduções de estereótipos. Por isso a fala de Ângela a respeito do envolvimento dos professores e da inexistência de receitas prontas é tão importante. Talvez seja importante aqui também refletir sobre a colocação de Ângela, sobre o “cumpra-se”. Mesmo existindo a lei, parece que alguns professores ainda não entenderam que a lei é para ser cumprida. Neste sentido, pode-se refletir sobre uma questão dos costumes brasileiros, em que as leis são desconhecidas, ou não cumpridas. A Ângela complementa e questiona:

> Como eu posso garantir que uma lei seja cumprida ou não? Existe uma fiscalização pra saber se ela está sendo cumprida ou não? Não. Então fica tudo muito no ar, fica tudo muito solto. Vai à cima do bom senso mesmo. De quem está orientando, de quem está na direção da escola. Se acredita, se investe. Então a meu ver ela [a lei] não garante, não. A gente faz por nossa conta porque nós acreditamos.

Por outro lado, o “cumpra-se” remete a uma necessidade de um ato autoritário, vindo de cima para baixo. No entanto, esse não é o caminho esperado para uma educação democrática e cidadã.

Sobre o aspecto da eficácia da legislação, o Leo assegura que a existência da legislação não garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas:

> A lei, ela dá um bom embasamento, mas só a lei não [garante]. Não basta criar uma lei para falar como deve ser a educação, qual o caminho a se fazer. Acredito que o melhor caminho para ser cumprido é através de informação, conscientização. Você [se refere ao orientador pedagógico] mostrar para os profissionais [que] eles fazem parte, ver que aquilo realmente é importante. Se os professores não virem

> significado na lei e porque fazer essa ação, ele não vai fazer. E se for uma coisa muito automática os próprios alunos não vão ter essa consciência. Eu acho que o melhor caminho é a conscientização, é a educação para se reconhecer a importância desse ensino.

A educação inclusiva assinala para a transformação da sociedade. É um processo que se amplia com a participação dos estudantes nesse processo. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos e dos sujeitos que fazem parte de seu cotidiano. Existe grande distância entre o real e o ideal. É imperativo que se perceba que se irá errar muitas vezes e fracassar, mas é necessário ter coragem para reconhecer que errou e seguir em frente. Pois segundo Freire (1989, p. 39) "Todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre. Todos possuem limitações, ninguém é perfeito".

> [...] Desde que as pessoas que nela [escola] trabalham entendam que cada ser humano é único que você não pode padronizar, criar estereótipos para com teu aluno. A partir do momento que a escola entende que a escola existe por causa do aluno e que não existe escola sem o aprendizado e inclusão do aluno, tudo é possível. Eu acho assim... A escola tem que se adequar. Ficar culpando o governo, colocando a culpa no outro, não vai resolver o problema da inclusão. A inclusão existe e os professores têm que fazer a diferença (Léo).

Desejar a inclusão escolar, objetivando também uma sociedade inclusiva, exige a mudança do olhar o ser humano de um modo distinto e pensar com uma lógica diversa da atual, do contrário o projeto de inclusão proposto pela legislação e referendado pelos movimentos de negros pode não acontecer na pratica ou ser realizado pela metade. Sacavino (2012) problematiza sobre "até que ponto estamos socializado não só para tolerar, mas também para aceitar como normais e mesmo endossar as formas existentes de desigualdade racial, o preconceito racial dissimulado e a discriminação velada?" (CANDAU, 2012, p. 17). Quando as lideranças no ambiente escolar não atuam de modo a atacar o preconceito e as discriminações tornam-se coniventes com tal situação.

4.5 Eixo III – Negação do preconceito

No primeiro momento do contato para a realização das entrevistas, alguns sujeitos (cinco orientadoras), se recusaram a participar alegando não concordar com o tema. Frases

como "*isso não é assunto que caiba ao século XXI"* ou "*não sei por que você escolheu esse tema sendo tão inteligente" ou ainda "a valorização deve ser aos Direitos Humanos e não específico para negro, indígena, criança, idoso, mulher. Não concordo com essas divisões".* Esses foram alguns dos argumentos para a não participação. Tais argumentos sugeriam que a discussão estava ultrapassada, superada, e que na contemporaneidade não se havia mais espaços para preconceitos e diferenciações étnicas. Mas, na contramão do que diziam expressamente, esses argumentos por si mostraram à pesquisadora a necessidade de produzir a pesquisa, pois a própria negativa em não participar da pesquisa sobre o tema pode ser percebido como uma negação do racismo, do preconceito e da discriminação presente nas relações sociais.

Em pleno século XXI, há muitos profissionais que desconhecem ou ainda não consideram as diferenças étnicas como fatores importantes para reflexão em sala de aula, ou mesmo como elementos estruturantes para novas práticas docentes; apesar da existência há mais de uma década da Lei 10.639/2003 específica sobre a educação brasileira que acrescenta ao seu currículo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Assunto discutido nessa pesquisa.

Entendemos que o racismo e o preconceito não foram dissipados; por vezes se percebe ainda enraizados estereótipos e ideias preconcebidas, nos próprios educadores como relatam os colaboradores ao ser questionado sobre a Lei 12.711/2012, conhecido popularmente como a Lei de Cotas para alunos afrodescendentes na universidade pública brasileira.

> Eu respeito, mas agora dizer... Eu respeito, sei que é direito, acho que tem que ser... A gente que tem filho que está prestando vestibular, eles não aceita muito. Ele acha que não tem que ser, mas se a gente for analisar a história percebe que é necessário. Não dá pra fazer esse discurso... É o direito deles [do negro] ter a lei, mas... Eu não conheço ela tão a fundo assim. Eu sei que ela existe [e] que efetivamente está acontecendo (Elisa).
>
> Eu conheço a lei de cotas. Já sei dela. Apesar de que eu sou contra. Eu acho que todas as políticas afirmativas em termos de universidade e tal... No Brasil eu acho que a primeira coisa de cota que deveria ser é para a pessoa pobre, que é ela que precisaria independente da cor. Porque se nós formos olhar no Brasil todos nós temos um pé na África (Celia).

Nestes trechos das entrevistas percebemos que se apresenta o preconceito implícito nas falas, embora as colaboradoras tentem ocultá-lo sob a alegação de que "o filho não concorda com a lei de cotas raciais" e a extensão dessa ideia aos demais vestibulandos que "se sentem prejudicados com as cotas para o negro e afro descendente" e a alegação de que "essa Lei deveria ser para a pessoa pobre, independentemente da cor da pele" ou que "se

respeitássemos os direitos humanos não precisaríamos de estatutos ou lei específica para crianças, idosos, negros, mulheres, entre outros". Inclusive, esse argumento sobre a valorização aos Direitos Humanos foi utilizado para a não participação nessa pesquisa de algumas orientadoras contatadas.

Nesse cenário de negação do direito que alguns consideram como privilégio, a autora Piovesan (2006), conclui que:

> A população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (PIOVESAN, 2006, p. 39).

Abaixo, Schwarcz (2012), relata o resultado de uma pesquisa realizada em 1995, refeita em 2011 com os resultados idênticos sobre a negação do preconceito mesmo passados 16 anos entre uma pesquisa e a outra.

> Em 1995, o Jornal *Folha de São Paulo* divulgou uma pesquisa sobre o mesmo tema cujos resultados são semelhantes. Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem tê-lo. No entanto, de maneira indireta, 87% revelam algum preconceito ao concordar com frases e ditos de conteúdo racista, ou mesmo ao enunciá-los. Tal pesquisa foi repetida em 2011, e os resultados foram basicamente idênticos, mostrando como não se trata de supor que os brasileiros desconheçam a existência do preconceito: jogam-no, porém, para outras esferas, outros contextos ou pessoas afastadas [...], ou seja: ninguém nega que haja racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a "outro" (SCHWARCZ, 2012, p. 31).

Percebe-se que o preconceito está implícito no subconsciente, pois o fato das orientadoras serem de forma implícita contra as cotas, nos remete ao desafio necessário para o investimento na Educação Básica, pois as cotas raciais nas universidades públicas na visão das orientadoras não devem ser a solução, não devem ser a principal bandeira governamental para a educação. E que a Educação Básica deve preparar os alunos, independentemente da cor, da etnia para estarem aptos ao ensino superior. Porém, acreditamos que a adoção de cotas para afrodescendente em Universidades seja necessária como Ação Afirmativa para a o reconhecimento da diferença e equiparação da desigualdade.

Considerando as cotas raciais como umas das Ações Afirmativas necessárias à inclusão da diversidade, o colaborador Willian é categórico:

> Nós temos uma dívida histórica com os nossos irmãos que vieram traficados da África e que foram responsáveis pela construção do nosso país. Nós temos dados estatísticos que a grande maioria da população pobre é negra, descendentes desse povo que veio, foi escravizado e depois foi supostamente liberto; mas, liberto pra onde? O que iam fazer da vida porque se antes tinha a senzala pra abrigar agora nem a senzala mais tinha. Eles estavam ao relento. Essa dívida precisa ser paga. Isso é inegável e essas ações positivas como as cotas e outras ações que surgem elas tem a sua importância no mundo pra tentar resgatar... É claro que as pessoas tem muito preconceito pelo senso comum de achar que estão se beneficiando de maneira desnecessária... Não, de maneira nenhuma. As cotas elas tem que ter tempo determinado também. As ações afirmativas tem tempo determinado ate o momento que a gente consiga a paridade que a gente precisa. Nós conseguindo a paridade é claro que não vai haver mais a necessidade das cotas, mas nos precisamos caminhar muito no avanço dessas ações afirmativas para garantir o acesso dessas pessoas a uma melhor qualidade de vida.

Outra questão a ser destacada é que a entrada do negro na universidade por meio das cotas raciais abala a estrutura social como regra, da ocupação do espaço por não negros como um prolongamento natural de suas trajetórias. O mesmo espaço que para o negro foi sempre exceção. E por ser uma minoria negra que conseguia ultrapassar os obstáculos da meritocracia esses não eram considerados ameaça ao espaço de privilégios em que prevalece a exclusão da população negra. E ainda, há todo um discurso na tentativa do apagamento da discussão sobre a questão racial, em favor da questão de classe.

Continuando nesse debate, a Rosa nos chama à atenção com respeito a benefícios sociais que nunca foram antes questionados:

> Existem varias cotas no Brasil que nunca foram questionadas (a exemplo dos militares que deixaram cotas salariais para suas filhas). A cota para os indígenas e a população afrodescendente é muito mais do que legítima porque o direito a educação só foi a partir de 1930 e o que nós da comunidade negra, nós professores - digamos que somos professores inclusos também - abordamos é que o ensinar, o aprender se faz necessário. [E] a gente [deve] aprender (se referindo a si mesma; professora negra), que esse processo de cotas não é um processo de "coitadinho". É buscar dar uma qualidade de ensino igual. Nós ainda temos a necessidade de fazer os nossos pré-vestibulares sociais.

Ressaltando a fala da Rosa, a autora Piovesan, (2006, p. 42), salienta: "Ora, se raça e etnia sempre foram critérios utilizados para exclusão de afrodescendentes em nosso país, que sejam hoje utilizados, ao revés, para a sua necessária inclusão".

Nesse sentido, a cor da pele ainda pode ser vista como motivo de "estranhamento" quando uma pessoa negra por sua formação ou posição ocupa um cargo de certo destaque. Observa-se nas palavras também da Rosa quando ela expressa com muita ênfase:

> [...] Eu sou uma orientadora **negra**, uma orientadora pedagógica **negra**. Assim como eu vejo [eu] sinto a diferença como terapeuta. Trabalho em clínica, uma médica, uma **negra**. E na escola nós temos um número muito interessante de professores **negros** (grifo nosso).

Os grifos na palavra negra são efeitos da entonação da voz da colaboradora e expressam seu sentimento de discriminação sentidos "na pele", como ela afirma. Nessa entrevista a orientadora pedagógica relata a sua prática como terapeuta holística e psicopedagoga na qual muitos pacientes estranham sua negritude. Já na escola, esta situação se torna um pouco menos forte, dado que existem alguns educadores negros. E este estranhamento pode também ser relacionado ao fato da profissão docente não estar entre as profissões de maior destaque social, em nosso país. Ou seja, o negro é mais bem aceito na profissão docente, mas o mesmo não acontece em relação à saúde onde um profissional negro ainda causa maior estranheza do que na área da educação.

Sobre o assunto a entrevistada Ângela se refere emocionada, ao avô:

> Ele era respeitado como Dr. [doutor], muitas das vezes... (pausa, choro) como eu vou te falar... As pessoas se assustavam que esperavam chegar lá [no consultório] e encontrar um homem branco e chegava e encontrava um homem negro. [...] ele foi um homem que deixou história.

A erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados, esteja onde estiver, é o caminho que conduz a valorização da igualdade nas relações. Nesse empenho a escola é um espaço privilegiado para discussões, estudos, convívio, reflexões e difusão dos princípios da diversidade por meio de atividades extracurriculares, acesso a exposições, reprodução de filmes sobre o tema. Essas pequenas ações podem contribuir para a eliminação do preconceito naturalizado pela sociedade excludente a qual pertencemos e que lutamos para reconstruir.

Lecionar, neste ensejo exige clareza de objetivos, metas as quais se quer alcançar importante a todo processo de ensino-aprendizagem. Entretanto não se observam que, no decorrer desse período houve uma grande troca de experiências, situações reais de vivência entre as diferenças. Diferenças essas que, se não forem mediadas num contexto de equidade motivam uma atmosfera de desigualdade, pois como se observa na fala do Willian a seguir:

> A própria escola. Se a gente for olhar o nosso ambiente, o número de professores negros é muito pequeno. O número das pessoas que trabalham na limpeza, que trabalham na cozinha é maior. Então isso mostra pra gente claramente que há uma desigualdade de oportunidades. Não é desmerecendo as outras profissões que eu disse, mas é um dado categórico de pessoas com menos instrução que assumem

> funções que exigem menos instruções, e de pessoas que tiveram mais oportunidades de se qualificar que estão em funções que exige maior qualificação. Isso é visível.

Tanto a fala acima quanto a fala da colaboradora Rosa (p. 62), apresentam realidades do negro na atualidade. Primeiro Willian mostra uma diferenciação entre os cargos ocupados por negros na escola. Depois, de acordo com o colaborador, entre os negros presentes na escola, há menor número de docente e maior número de outros profissionais da educação. Assim, podemos fazer a leitura de que a presença do negro é maior nas profissões que exigem menos qualificação, mesmo no ambiente escolar como muito bem explicitado por ele. A mesma relação foi apresentada pela colaboradora Rosa, em que a professora negra é bem aceita na escola, mas sua "cor" causa estranheza quando ela se relaciona com os pacientes na terapia.

Outro aspecto a ser analisado relaciona-se à questão da localização das escolas. A escola em que a orientadora pedagógica Rosa atua localiza-se na periferia, onde também há maior número de professores e alunos negros e a fala do colaborador Willian, mesmo generalizando o fato de que é visível haver poucos professores negros comparados ao quantitativo dos demais profissionais, essa escola está localizada mais próxima ao centro da cidade.

> A distribuição geográfica desigual representa um fator de grande importância na análise da conformação brasileira. Praticamente metade da população classificada sob o termo parda encontra-se na região nordeste (49,8%), sendo a fração correspondente à branca de apenas 15, 1%. Por outro lado, nas áreas do sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e do Sul acham-se 64,9% da população branca e somente 22,4% da população parda. Essa divisão desigual é, por sua vez, um dos elementos que explicam a difícil mobilidade ascendente dos não brancos, obstaculizada pela sua concentração nos locais geográficos menos dinâmicos: nas áreas rurais em oposição às cidades e, dentro das cidades, em bairros mais periféricos. (SCHWARCZ, 2012, p. 88).

A questão que se coloca é que também o espaço geográfico pode ser apontado como discriminatório e as relações de centro e periferia enfatizam questões de segregação e de classe.

Cada um dos sujeitos dessa pesquisa, a seu modo, demonstra preocupação com a questão da inclusão racial mesmo quando alguns negam que o racismo e o preconceito existam em seus ambientes educativos. As falas das colaboradoras abaixo apontam a percepção (ou a falta da percepção) da negação do conflito étnico no ambiente escolar:

> A escola precisa ser inclusiva. Eu acho que no dia-a-dia a prática dos professores aqui da nossa escola já favorece isso. A gente não tem problema aqui de discriminação. Não trabalhamos assim diretamente esse tema porque não temos nenhum problema relacionado a isso. Os nossos alunos são muito amigáveis, muito parceiros, respeitosos (Ana).
>
> Nós não temos registro de ocorrências com relação a essa situação de exclusão do negro na escola. Então eu acredito que a forma como a gente está fazendo, a forma como a gente vem trabalhando está dando resultado. A partir do momento que a gente começar a perceber que existem situações que precisam ser resolvidas aí sim, o enfoque vai ser maior (Taís).

O destaque às falas é relevante, pois assim como se nega a presença do conflito racial também não há ação para combatê-lo. De acordo com a autora:

> A oportunidade do mito [racial] se mantém, para além de sua desconstrução racional, o que faz com que no Brasil, mesmo aceitando-se o preconceito, a ideia de harmonia racial se imponha aos dados e à própria consciência da discriminação (SCHWARCZ, 2012, p. 8).

Retornando às Ações Afirmativas, elas visam à transformação desse quadro de racismo e da discriminação buscando a igualdade racial dentro e fora dos ambientes escolares. São ações especiais e temporárias constituídas a fim de retirar o estigma da desigualdade relacionado à cor da pele, que as classes dominantes ainda utilizam para o enfraquecimento da atuação do negro na sociedade.

Goffman (2004) reexamina os conceitos de estigma e identidade social, o alinhamento grupal e a identidade pessoal, o eu e o outro, detendo-se em todos os aspectos da situação da pessoa estigmatizada - os que integram a "comunidade dos estigmatizados". O autor esclarece à luz da antropologia:

> Quando conhecida ou manifestada [o estigma], essa discrepância estraga a sua identidade social: ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente à um mundo não receptivo (GOFFMAN, 2004, p. 20)

O reconhecimento de que determinadas frases e atitudes são racistas e discriminatórias parece ser a maior dificuldade das pessoas, tornando-se mais conveniente dizer que não o são; às vezes, até inconscientemente na tentativa de negar a si mesmo uma verdade incontestável.

Na própria questão exposta anteriormente sobre o vestibular e as cotas raciais, a negação tanto do preconceito quanto dos privilégios está presente. As professoras reconhecem o direito do outro até que este direito põe em discussão uma situação de privilégio historicamente construída em torno da comunidade branca. Os estigmas de negro e negritude

que ao longo da história foram utilizados para excluir grandes parcelas de nossa população, não podem agora ser usados para incluir, pois isso exclui quem não é negro e por isso historicamente favorecido.

De acordo com Silva (2000), o processo de classificação é central na vida social e se relaciona ao processo da identidade e da diferença. A divisão entre "nós" e "eles" acarreta na divisão em grupos, em classes. Segundo o autor:

> A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. [...] dividir e classificar significa também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilegio de atribuir valores aos grupos assim classificados (SILVA, 2000, p. 75).

Por isso mesmo ganha centralidade a discussão sobre esses termos de classificação e atribuição de valores de acordo com a identidade estabelecida como privilégio para alguns (branco) em detrimento de outros (negro e demais etnias).

O termo negritude é o assunto proposto para a discussão no próximo eixo de análise.

4.6 Eixo IV- Negritude

Esse eixo foi estabelecido com base nas palavras-chave, movimento negro, exclusão, história e cultura brasileira, promoção da igualdade racial, relacionadas ao currículo escolar e o conteúdo da Lei 10.639/2003 que especifica a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Utilizamos o termo *negritude* em conformidade com Munanga (2012), que argumenta que embora o termo tenha sua origem na pele negra, não é essencialmente de ordem biológica e esclarece sobre a importância da negritude baseada na história comum que liga os grupos humanos: o primeiro grupo, o dominador "branco" que nomeou o segundo grupo de "negros". Estes que foram vítimas de atos de desumanização e tiveram suas culturas negadas por séculos.

> A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. Vista desse ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do

> mundo cujas plenas revalorização e aceitação da sua herança africana faz parte do processo de resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade (MUNANGA, 2012, p. 20).

É preciso realçar a contribuição do negro na formação social e cultural do país, e assim desmistificar a ideia de negro "coitadinho" presente na sociedade e outras expressões, ainda presentes em livros didáticos, que acabam ridicularizando e rebaixando o sujeito negro. Dessa forma, os alunos negros poderão aprender um pouco mais sobre sua ascendência e igualmente assumir sua negritude, afinal, acaba por não se declarar como negros pela vergonha de um povo que é visto na sociedade, devido à imagem estereotipada também apresentada nos livros didáticos, como um povo inferiorizado.

Em equivalência os professores precisam ter um conhecimento sistemático para o trabalho com os conteúdos da História da África e da presença do negro no Brasil de maneira afirmativa, sem abandonar os episódios de tentativas de desumanização da época da escravidão:

> [...] primeiro porque a gente tem que aprender a lidar com o outro nas suas diferenças e segundo porque também nós temos uma consciência de que precisamos ajudar as crianças a conviver com os outros nas suas diferenças (Willian).
>
> Esse é um a tema que a gente tem que trabalhar o tempo todo em todas as disciplinas em todos os conteúdos porque ele está presente no nosso dia a dia. Em qualquer situação que nos chama a atenção tem que ser uma situação de aprendizado. Não só na questão do negro, mas das outras inclusões que a gente precisa lidar (Willian).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destacam que:

> Ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação (BRASIL, 2004, p. 7).

Nesse contexto das desigualdades apresentadas nos dados acima é urgente à luta pela superação desse quadro de invisibilidade do negro e perpetuação do racismo. Para tanto, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode ser o elo para que os

afrodescendentes se apropriem de sua história e de sua cultura para a própria autovalorização identitária.

No Eixo V, trataremos sobre a inclusão da diversidade etnicorracial e o atendimento especializado à pessoa com deficiência, pois na coleta de dados, os assuntos se misturam na visão e nos comentários dos entrevistados.

4.7 Eixo V- As ações afirmativas e o Atendimento Especializado

Percebemos que não é tarefa fácil construir e colocar em prática uma escola multicultural inclusiva. Por várias vezes os colaboradores relacionavam a inclusão etnicorracial à inclusão dos alunos e alunas com deficiência.

A esse respeito, importa dizer que a própria legislação que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas também aponta para a necessidade de proteção aos direitos humanos e as desigualdades oriundas de gênero, raça e as pessoas portadoras de deficiência num mesmo pacote conforme o Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002 em seu Art. 3º:

> VI - promover a sensibilização dos servidores públicos para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as que se vinculam às pessoas portadoras de deficiência;
>
> VII - articular ações e parcerias com empreendedores sociais e representantes dos movimentos de afrodescendentes, de mulheres e de pessoas portadoras de deficiência;

Desta forma, na realização das entrevistas procuramos entender o motivo dos colaboradores, por vezes, se referirem à inclusão de pessoas com deficiência quando o objetivo dessa pesquisa se refere à inclusão para o negro. Foi necessária a compreensão de que o conceito de inclusão do Programa Nacional de Ações Afirmativas abarca tanto as desigualdades de gênero, raça quanto as que se vinculam às pessoas com deficiência. A inclusão diz respeito à convivência democrática e igualitária com os sujeitos que compõem a nossa sociedade, e evidentemente os afrodescendentes é parte do processo de construção de uma escola inclusiva.

Contudo, como esta simplificação do conceito – pessoas com deficiência - é usual e embora não seja nosso foco nessa pesquisa cabe ponderar que, muitas unidades escolares mesmo integrando os alunos com deficiência, não se tornam uma escola inclusiva. A inclusão para pessoas com deficiência também requer mais empenho da equipe educacional assim como do poder público.

O processo de inclusão não importando a qual grupo se destina ocorrerá concretamente quando se conseguir remover as barreiras existentes: preconceitos, medo, comodismo, entre outras. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos sujeitos.

> O direito de todos à escola é importante. A socialização, a convivência, mas não podemos deixar de dar o direito também à diversidade quando ele necessita da especialização. Estar na escola regular é importantíssimo assim como estar nos seus momentos de especialidade. É preciso ampliar o atendimento para essas crianças e não apenas fingir que estamos trabalhando as suas necessidades. A escola pública, laica, para todos é importante, mas é importante que uma criança com deficiência auditiva com necessidade de aprender a linguagem de sinais que o tenha. Assim como a baixa cognição. A psicopedagogia e outros profissionais existem porque eles [os portadores de deficiência] precisam; então é direito deles (Rosa).

Aqui não se está falando em tratar as crianças como melhores ou piores. Mas em levar em conta suas diferenças e especificidades no processo educativo. E nesta vertente, fazer com que a escola reconheça a diversidade com que trabalha para que possa desenvolver o seu trabalho inclusivo.

> Eu respeito a diversidade. A escola não é única. A escola é um todo. Como diz a metáfora do caleidoscópio; ela é formada de pequenos grãos coloridos, lindos, belos, mas diferentes que se complementam (Celia).

A ideia de completar é um tanto romântica, pois por vezes na escola o que se vê é um apagamento das diferenças prevalecendo a valorização das características brancas e dos ditos “normais” em detrimento do negro e da pessoa com deficiência. Por outro lado, a concepção de um quadro em que os diferentes se complementam, parece visualizar uma sociedade harmônica, homogênea e equilibrada. É preciso problematizar tal concepção. Pensamos que por vezes os diferentes não vão se complementar vão apenas ser diferentes. E isto deve ser respeitado, frente ao direito à diferença.

Também não se deseja a uniformização das crianças, ou seja, que sejam todas consideradas iguais, pois cada ser é uno, e merece ser tratado como ser especial realmente único como é. Nesse processo objetiva-se apenas a inclusão de todos, e esta deve ocorrer não só na escola, mas em toda a vida do aluno.

> A primeira questão é que a diferença é a beleza da vida. Se a gente aceita a diferença e aceita todo mundo, todos com direitos enquanto cidadãos, como agente de direito, se justifica. E é difícil manter essa discussão porque às vezes você enquanto equipe técnica tem que fazer a integração entre uma criança e o corpo docente que acha que ali não é o lugar dele [da criança com deficiência]. É delicado, mas é necessário porque é o direito dele. E é o lugar que ele tem que estar. Ele não tem que estar separado (Elisa).

A colaboradora Elisa aponta também, a dificuldade do professor e da professora em lidar com as diferenças, dificultando o processo inclusivo.

No eixo VI, veremos os limites e as possibilidades da legislação e as práticas que são realizadas nas escolas e foram apontadas pelos colaboradores como proposta das ações afirmativas.

4.8 Eixo VI- Limites e Possibilidades da legislação e das práticas educativas

A legislação apresentada nesse estudo destaca a intervenção do movimento social negro e uma conjuntura econômica internacional favorável à instituição de políticas compensatórias. Nesse contexto as políticas afirmativas para a população negra chegam ao Estado Brasileiro e nas condições atuais debatemos os avanços e as contradições presentes no debate das políticas afirmativas.

A Lei 10.639/03, bem como o Programa Nacional das Ações Afirmativas como já foi dito tanto pelos teóricos abordados nesse estudo quanto pelos colaboradores entrevistados são considerados um avanço para a questão etnicorracial. Porém, muito ainda precisa ser realizado para que as situações de racismo, discriminação e preconceito não sejam constantes na nossa sociedade e, consequentemente, no ambiente escolar.

O relato da colaboradora Elisa sobre a legislação, a seguir é muito pertinente:

> Você tem que ter a legislação junto com o debate, com a formação da compreensão da necessidade da legislação. Porque o respeito ele não vem por decreto; não se aprende a respeitar e fazer algo por decreto. Você sabe que tem a legislação, mas você pode ferir [não acatar], mas se você tem a consciência de que o outro tem o direito, o mesmo direito que você tem de estar naquele espaço aí é completamente diferente (Elisa).

A orientadora Elisa traz em sua fala a importância da legislação entrar no universo e no cotidiano escolar. Quando fala em compreensão e consciência se refere a um processo formativo, que deve ter lugar na escola – lugar de aprender - que o ser humano vive em sociedade que prevê deveres para cumprir e direitos para serem respeitados.

Sobre a conscientização da temática em questão, a Rosa fala também da importância da participação do aluno nessa luta: “de sexto ao nono [ano] a gente [orientador pedagógico] tem um trabalho assim muito diferente, de conscientização de representante de turma e é interessante que na verdade eles é que puxam o projeto”. E completa com orgulho “a gente tem conseguido. A gente vai lá buscar o aluno e o professor [à participação]”.

Aqui apresentaremos algumas situações apontadas pelos colaboradores como limites ao cumprimento das ações afirmativas:

a- O professor ou a professora solitária, principalmente o professor ou a professora de História que normalmente motivam os demais para a ação sobre o assunto etnicorracial. Leo destaca a importância do envolvimento de todos os profissionais nesse debate.

> Há um tempo [...] era o professor de história que ficava lutando na escola para se debater esse assunto e os outros professores [das demais disciplinas] realmente não se interessavam em nada por esse assunto. Mais uma vez eu falo sobre a importância de você envolver toda a equipe.

Dessa forma, o envolvimento dos profissionais tanto no debate quanto nas práticas é fundamental para que a inclusão seja de fato realizada.

A Elisa também aponta a solidão de outra forma e denuncia a falta de profissionais para que o orientador pedagógico possa dar a assistência necessária ao cumprimento da sua função:

> É tudo muito difícil porque é uma equipe pequena [para o quantitativo de alunos]. A escola fica muito sozinha pra resolver tudo e o cotidiano da escola não é só você pensar no pedagógico. Eu tenho três crianças passando mal ali. A gente não tem um celular pra ligar. Só tem o telefone fixo. Todo mundo já emprestou o celular aqui.

> Quem está na equipe técnica não faz só um papel e acaba sobrando pouco tempo [para exercer a função pedagógica].

Acreditamos que esse não seja o retrato de descaso apenas referente a escola da Elisa, especificamente, mas o retrato de muitas escolas brasileira. Esse desabafo serve para exemplificar as barreiras cotidianas e os desafios para a implementação de uma política voltada para a igualdade etnicorracial.

b- A "temática racial" apresentada apenas "no último bimestre' quando já não há tempo suficiente para uma discussão aprofundada sobre o tema, privilegiando outros temas considerados "mais" importantes.

> A lei vem dar um amparo para que se faça. Muitas pessoas resistem ainda. Eu já oportunizei trabalhos sobre Hitler, sobre a II Guerra Mundial em projetos. E quando a gente diz assim: no próximo bimestre vamos ter o Dia 20 de novembro [vamos] trazer a temática de história da África, vamos trabalhar Zumbi? E na verdade aquela matéria fica pro quarto bimestre. Ah, não deu tempo porque teve muito feriado (Rosa).

Destacamos que não se trata de desmerecer os projetos com os temas acima citados, mas de ressaltar o funcionamento da questão etnicorracial e seus entraves no ambiente escolar. A Rosa acrescenta que é necessário um engajamento da orientação pedagógica para que a temática racial seja trabalhada a contento nas U.E, como ela afirma:

> se não tiver uma orientadora que seja militante do movimento negro ou que seja uma pessoa que está junto às organizações não governamentais trabalhando a cultura negra, a cultura afro, a cultura indígena as escolas vão fazer simplesmente uma festa. E trabalhar história afro brasileira, afrodescendente e indígena não é só pintar de índio. Não é pintar a criança e fazer comidas típicas. Tem gente fazendo comidas típicas, fazendo festa e dizendo que esta trabalhando a história afro-brasileira.

c- A "rotatividade dos professores" na rede municipal de ensino à medida que a legislação de contrato de trabalho prevê o exercício da função por dois anos consecutivos e um prazo sem o exercício na função para a possível renovação do contrato após, pelo menos, seis meses sem vínculo empregatício. Assim o profissional entra no ambiente escolar às vezes sem noção do contexto em que a escola se insere e quando está integrado nesse contexto, já acabou seu tempo de contrato trabalhista. E, assim, entra outro profissional por contrato de trabalho e o círculo se inicia.

A colaboradora Celia expressa essa dificuldade, assim como os demais colaboradores:

> Os limites... Nós esbarramos sempre na rotatividade dos professores porque não conseguimos dar continuidade tanto na formação do quadro e também na continuidade das atividades. Você faz um projeto, mas no ano seguinte não consegue aprimorar, aprofundar, nem dar continuidade a ele. Essa falta de continuidade na educação, de uma maneira geral, atrapalha muito o trabalho.

d- A "falta de tempo para planejamento das ações", assim como a "falta de um planejamento específico tanto da escola quanto da SME". A colaboradora Rosa fala sobre o tempo para planejamento com desânimo: tempo de planejar dentro da escola nos 200 dias letivos, eu vou falar que é impossível! E continua:

> Nós temos os Tempos de Estudos [Encontros Pedagógicos], mas eles não são fixos e não conseguimos estar com todos os professores. Há uma rotatividade muito grande. Então, nós pegamos no início do ano e elaboramos o que vai ser o norte principal. Esse ano [2015] nós continuamos com o Meio Ambiente por causa do problema da água e aí colocamos como os nossos antepassados africanos, indígenas lidavam com essa água.

E a colaboradora confessa, com pesar:

> Na verdade não existe um trabalho sistemático que seria o projeto do ano da escola, mas alguns professores em alguns momentos voltam em datas cívicas e a gente tem a grande preocupação... Todo mundo lembra-se do dia de Zumbi: capoeira, festa e comida africana e do dia 13. Dia 13 de maio não é nem pra festejar, pelo contrário, não é?

A Elisa também muito atarefada e após várias interrupções para resolver algum assunto urgente, desabafa:

> Você esta falando de qual assunto? Do negro? Não tem uma política, não tem um cuidado. Essa discussão não acontece. Ela acontece como eu te falei. Acontece o preconceito então eu vou resolver isso. São pontuais. Mas não existe uma política da SME pra escola e nem na escola. A gente trabalha a questão do respeito de um pelo outro, mas não específico.

Nesse aspecto de não direcionamento de uma política de promoção da igualdade racial, a autora Piovesan (2006, p. 40) afirma que "a discriminação ocorre quando somos tratados de maneira igual, em situações diferentes; e de maneira diferente, em situações iguais".

Até aqui vimos com pesar alguns entraves que a escola e os colaboradores atravessam para que a legislação saia do papel e seja uma prática efetiva no ambiente escolar. A seguir, veremos **as possibilidades** das ações enunciadas pela legislação e as práticas pedagógicas realizadas:

a- “As ações estimuladas ao longo do ano letivo” e a “crença no potencial transformador” do professor (da educação) são frases que soam a nosso ver, como ação afirmativa. O colaborador Willian fala sobre o planejamento das ações afirmativas:

> Nós temos diversos momentos. O momento desse projeto em conjunto, em grupo que tem sua culminância em novembro que envolve as demais disciplinas, mas nós temos também aquelas atividades individuais onde cada professor no seu cotidiano vê a melhor maneira de abordar o tema.

A Ângela completa com a confiança na ação dos professores sob sua orientação:

> Eu tenho certeza que quando eu passo para os meus professores eu não vou dizer 100%, mas que a maioria executa... Executa. Porque a gente vê o resultado pregado nas paredes do colégio. A gente vê essas ações refletidas nas atividades, no convívio deles. Às vezes no modelo de avaliação que eles entregam.

Segundo a autora Piovesan (2006, p. 41):

> As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade publica decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade.

b- O “livro didático como instrumento de trabalho”. Embora o livro didático seja apontado como uma possibilidade de apoio à prática ainda assim, a informação sobre outros personagens fundamentais para a história e a formação da identidade brasileira não é uma realidade curricular presente no livro didático, conforme observamos no decorrer dessa pesquisa: a maioria dos livros didáticos ainda mostra o negro à margem da sociedade ou retrata sua presença de forma estereotipada. Esse fato acaba por desenvolver constrangimento e fragmentação da identidade e autoestima do aluno negro. Contrariando o que propõe o decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático e as diretrizes dos programas de material didático em seu Art. 3º: II - respeito às diversidades sociais, culturais e regionais.

c- Os Projetos Pedagógicos envolvendo os “valores éticos, “as datas pontuais” e os “trabalhos com projetos” foram apontados em unanimidade pelos colaboradores

como a prática adotada para a discussão do tema etnicorracial". Nas entrevistas, os trabalhos pedagógicos por meio de Projetos se destacam:

> Nós trabalhamos dentro dos projetos. Fazemos um planejamento anual pensando ao longo [do ano] o que cada grupo vai trabalhar, quais serão os projetos desenvolvidos e tem uma culminância final que é uma Feira Integrada onde todos os projetos são apresentados e os relatórios do que foi feito (Celia).

Sobre Projetos a Ângela tem muito a dizer:

> Nós fazemos já há vários anos a Gincana da Solidariedade. Nós trabalhamos com os nonos anos, damos as tarefas pra eles. As outras turmas entram como suporte. Eles recolhem roupas, calçados,... Damos uma premiação para esses alunos. A turma vencedora que leva depois tudo o que foi arrecadado para as instituições. É legal porque é um momento em que as crianças participam como um todo. Não importa se tem deficiência, se é negro, todo mundo participa.
>
> Outra coisa que nos fazemos é a tarde do Show de Talentos. A gente abre espaço pra todo mundo se apresentar.
>
> Todo ano no mês de novembro nos fazemos uma semana com atividades focadas porque entra a Proclamação da Republica, o dia da Bandeira e tal e tem o dia da Consciência Negra. Então nós já fazemos várias ações para a culminância ser nessa semana. O ano passado nos fizemos a Feira Integrada e os professores trabalharam com o túnel do tempo.

Os demais entrevistados também apontam a Semana da Consciência Negra em novembro como a culminância do trabalho desenvolvido no Projeto Etnicorracial.

O concurso de Beleza também é apontado como parte da valorização da pessoa negra. Como afirma o Leo:

> (...) o concurso de beleza era mais pessoas brancas que participavam desses desfiles e eram premiadas as rainhas dos bailes. Não se tinha uma representante negra nesses eventos. Hoje em dia você vê que tem toda uma cultura. Uma cultura bela, uma cultura que é valorizada e os alunos negros não se sentem menos que alunos não negros.

d- A "transversalidade" do currículo - A educação inclusiva deve ser composta de um currículo que possa influenciar a criação de oportunidades igualitárias e promover a valorização da diversidade - componentes fundamentais para uma sociedade mais justa e plural - tendo como princípio uma política curricular de respeito à identidade e à diferença. Nesse sentido, os colaboradores apontam a transversalidade como uma das possibilidades do trabalho com a questão etnicorracial para uma prática bem-sucedida:

> [...] eu chamo de transversalidade porque a partir do momento que esse assunto é trabalhado transversal ele foge da caixinha de cada disciplina. Assim realmente você trabalha de forma mais completa o assunto [e] você pode explorar toda a riqueza do tema. E a escola vem conseguindo isso [discutir o tema] através dos projetos. Através dos projetos esses assuntos são sempre abordados em diferentes épocas do ano. Lógico que em novembro tem uma ênfase especial, mas a intenção é que não se estude apenas em novembro esse assunto e, sim, no decorrer do ano em todas as disciplinas de uma forma integrada (Leo).

Candau (2012) ressalta a importância da discussão do tema racial para o reconhecimento que a discriminação e o preconceito estão presentes no ambiente escolar. A partir de essa constatação desenvolver a conscientização, fortalecerem-se coletivamente os sujeitos na busca pela melhor forma de enfrentamento e da promoção do rompimento do silêncio dos vitimados:

> A importância do falar sobre o tema, de romper com a lógica do silêncio, que em geral predomina nas escolas e funciona como elemento reforçador dos próprios processos de discriminação, precisa ser cada vez mais ratificada. É somente reconhecendo a problemática, explicitando-a e buscando coletivamente as formas mais adequadas para enfrenta-la, que poderemos colaborar para superar as praticas discriminadoras e colaborar para que uma cultura dos direitos humanos penetre nas diferentes dimensões da dinâmica escolar (CANDAU, 2012, p. 41).

Ainda de acordo com Moreira e Candau (2003) os pesquisadores trabalham com o conceito da justiça curricular na formação para a cidadania estimulando ações inclusivas em toda a sua abrangência. Assim, esse conceito deve ser ampliado para a compreensão de que as práticas pedagógicas devam ser questionadas e relacionadas às relações de poder existentes na sociedade que favorecem as diferenças sociais e culturais. O conceito de justiça curricular propõe o desenvolvimento de um currículo com estratégias de práticas inclusivas. E dessa forma minimizar os atos de opressão, preconceito e discriminação garantindo espaço na escola e na sala de aula para a diversidade.

> Nosso propósito é: estimular nossos colegas a construírem e desenvolverem novos currículos de forma autônoma, coletiva e criativa. Julgamos ser possível e desejável que as pesquisas realizadas no âmbito das universidades, principalmente as que se desenvolvem sobre e com a escola, possam catalisar experiências que tornem o cotidiano escolar não o espaço da rotina e da repetição, mas o espaço da reflexão, da crítica, da rebeldia, da justiça curricular (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 157).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998), trás em seu bojo os Temas Transversais: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Estes temas fazem parte também do Cardápio de Temas do PLE citados no início desse trabalho e que foi o pontapé inicial para essa pesquisa.

De acordo com os PCNs (1998):

> A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1998, p. 30).

Nesse processo de inclusão, a escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver estruturada para favorecer ao aluno, independentemente de sua etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação de diferença, um ensino significativo, que garanta o acesso ao conhecimento como recurso a ser mobilizado para a transformação social, assim como dos processos discriminatórios.

e- A “importância do trabalho da Sala de Leitura”. Importante ressaltar que a presente pesquisa teve seu início na Sala de Leitura com o PLE (na rede estadual de ensino), e nesse último eixo temático a Sala de Leitura é apontado como uma das possibilidades da legislação e das práticas educativas com o foco na formação continuada dos professores voltado para a valorização da diversidade etnicorracial.

Essa constatação promoveu uma grande satisfação à pesquisadora pela percepção de que o espaço destinado à Leitura pode ser um aliado na luta contra a discriminação e o preconceito assim como servir de termômetro quando as ações discriminatórias, preconceituosas e racistas acontecem no universo escolar. Como foi o caso para o início de um projeto pedagógico voltado para a valorização da pessoa e da cultura negra na U.E em que se deu a origem dessa pesquisa.

A colaboradora Elisa fala sobre sua experiência como coordenadora da Sala de Leitura e aponta o Projeto de Leitura como parceiro na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito:

> A gente tinha muita parceria no Projeto de Leitura. Hoje eu estou na escola, mas eu fiquei dez anos nesse Projeto. A gente coordenava os Projetos de Leitura de todas as U.E da rede [municipal]. E era uma preocupação nossa, fazer isso de fato acontecer [se referindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004]. Nós tínhamos uma assessoria com formação continuada para os professores que atuavam na Sala de Leitura.

Para complementar, apontamos a Sala de Leitura como espaço de atividades culturais que seja muito mais do que um espaço de retirada e devolução de livros. As possibilidades são inúmeras, aqui registramos algumas atividades que foram realizadas e que podem mostrar um pouco o universo de possibilidades deste ambiente formativo:

- convidar um destaque literário da comunidade local para participar de um debate, ou apresentar sua biografia (história de vida) aos alunos;
- organizar um encontro de contação de história em os próprios alunos e alunas individuais ou por turmas podem se revezar para contar uns aos outros. Em algum momento também convidar os pais, a comunidade, ou alguém de destaque na comunidade. No caso do nosso projeto Eu, Tu, Ele e Nosso projeto de vida realizamos a contação da história Griot.
- promover momentos de exibição de filmes relacionados ao assunto etnicorracial. Assim como o debate após a exibição.
- promover concursos de poesias, contos ou de música em que toda a comunidade escolar possa participar: estudantes, professores, funcionários e familiares.
- organizar um sarau. O sarau mistura música, recitação, poesia, dança. É muito rico e abre espaço para que os participantes possam ler e compartilhar seus próprios textos, assim como utilizar material de autores consagrados.

Eis algumas sugestões do quê e como podem ser desenvolvidas as atividades tanto na Sala de Leitura quanto na Sala de Aula nas diversas disciplinas curriculares. E para fechar esse eixo e anunciar o próximo sobre a Formação Continuada destacamos a fala da Ângela sobre a valorização do professor e da professora.

> A primeira coisa que a gente tem que parar de pensar que o professor é qualquer coisa. Ele tem que ser mais valorizado. E ele tem que voltar a se valorizar. Esse é o ponto principal. Por quê? Porque querendo ou não quem esta na ponta, dentro da sala de aula é o professor. E não adianta eu inventar lei (...) se eu não conseguir envolver o professor.

4.9 Eixo VII- As Ações Afirmativas e a Formação Continuada

A Formação Continuada é vista pelos colaboradores como um dado muito importante para que as Ações Afirmativas se consolidem. Assim as palavras chave “cursos de formação”, “a sedução para ensinar” e “um maior empenho da SME” relativo a um acompanhamento para que a legislação se efetive na prática e não fique “apenas no papel” foram ressaltadas.

O Conselho Nacional de Educação explicita no eixo dois do Parecer n. 03/2004, sobre a Política de Formação inicial e continuada para profissionais de educação e gestores (as):

> A Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como forma de cumprir o expresso na 9.394/1996 de Diretrizes e Base da Educação Nacional alterada pela. 10.639/2003 trouxe a necessidade de mudanças substantivas na política de formação inicial e continuada para profissionais de educação e gestores que deverá, de acordo com as prescrições e orientações normativas, contemplar o estudo da diversidade étnico-racial. Tal formação deve habilitá-los a compreendê-la do ponto de vista da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira e como parte das condições concretas de vida dos (as) alunos(as), superando a tendência de hierarquização entre os grupos humanos. O que se objetiva é a construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora na superação dos preconceitos e discriminações étnico-raciais (Parecer CNE, n. 03/2004).

A colaboradora Elisa ressalta a falta da Formação continuada como uma barreira para contemplar as ações necessárias à Educação das Relações etnicorraciais. Assim como não há no município a realização das ações prevista na Política de Formação inicial e continuada descrita no parecer acima citado:

> Não basta você dar um texto para ler. Você tem que fazer todo um trabalho e você esbarra em políticas públicas que não existe. Você tem a legislação, mas a escola não é responsável por uma política municipal. Esbarra na questão da gente não conseguir dar conta dessa formação. É a solução, mas é um impedimento porque às vezes você não tem na carga horária tempo para a formação continuada. Você não tem recursos para contratação de uma pessoa que possa fazer esse discurso.

A capacitação docente, envolvendo as disciplinas existentes nas matrizes curriculares das instituições de ensino deve estar presente como efetiva Ação Afirmativa, principalmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. A realização de minicursos e oficinas, por exemplo, pode permitir o intercâmbio de informações entre os docentes, provenientes de diferentes campos do conhecimento, de diferentes escolas e até mesmo localidades/municípios.

No geral, o aumento de publicações com relatos de experiência e atividades desenvolvidas nas diferentes regiões do país também é significativo. O poder público nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), bem como a iniciativa privada, deve estimular a produção de docentes e pesquisadores para que haja um aprimoramento do conhecimento e das próprias técnicas que envolvem a execução de projetos sobre a temática etnicorracial.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2010), no capítulo IV refere-se ao "Professor e a formação inicial e continuada":

> Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.
>
> § 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor (MEC, 2010. p. 18).

Continuando com a afirmação da Angela sobre a importância da valorização do professor para que ele possa envolver-se na proposta e realizar bem o seu trabalho:

> Se eu não conseguir seduzir o professor para que ele seduza e envolva os alunos em sala de aula... Porque quando ele [o professor] fecha a porta... O papel aceita tudo, mas quando ele entra na sala, o professor faz o que ele quiser. Se você conseguir envolver o professor, ele vai comprar a ideia e vai levar pra dentro da sala de aula.

Por esse e outros motivos aqui explicitados há a necessidade de uma equipe gestora coesa e preocupada tanto com os aspectos pedagógico quanto humanos para que a condução dos aspectos elencados nesse estudo seja vista e encaminhada positivamente para uma educação não discriminatória. A Formação continuada é uma proposta necessária a fim de formar o professor para dimensionar o currículo em uma perspectiva crítica, no sentido de desconstruir as ideologias, os estereótipos e os preconceitos que desumanizam e desqualificam determinados grupos sociais, a fim de contribuir para o processo de reconstrução da identidade etnicorracial e da autoestima dos Afrodescendentes, como um passo fundamental para a aquisição do direito à cidadania.

Após a análise e discussão aqui desenvolvidas cabe ressaltar que a SME Barra Mansa possui em sua grade curricular a componente Ética e Cidadania desde 2012, no Ensino Fundamental II, base dessa pesquisa. A disciplina é composta por objetivos e conteúdos

relativos à Cidadania e Civismo; Ética e Moral; Orientação sexual; Saúde; Pluralidade ética, racial e religiosa, respectivamente, do sexto ao nono anos de escolaridade (Anexo VI). Apontamos também que a referida disciplina foi mencionada como contribuinte ao processo de discussão de inclusão etnicorracial, apenas por dois colaboradores. Entre os dois, uma das referências foi após o questionamento da pesquisadora sobre a disciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui reunimos as considerações que se fazem necessárias relacionadas aos objetivos propostos na presente pesquisa. Não se trata de conclusões ou de um fechamento do trabalho, pois muitos dos questionamentos iniciais não são totalmente respondidos, surgindo outros ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Assim, não se pode dizer que as considerações aqui apresentadas sejam conclusivas, muito ao contrário, não nos permitem finalizar as discussões sobre o tema por sua complexidade e amplitude.

Admitimos que o presente texto relativo à pesquisa possua limitações por vários fatores como as restrições temporais tanto pessoais (por motivo de excesso de trabalho), quanto institucionais impostas; a espera excessiva da devolutiva de autorização para a coleta de dados da SEEDUC/RJ; as recusas dos colaboradores na participação da entrevista e posteriormente, a não autorização para a publicação de dois colaboradores e a posterior autorização de um deles, bem como o cancelamento de entrevistas agendadas sem tempo hábil para outro agendamento.

O objetivo geral proposto foi investigar a forma de trabalho realizado para a inclusão do negro nos processos histórico e educacional amparados pela legislação e levados – ou não – a contento por educadores no ambiente escolar de forma a consolidar as políticas públicas de ações afirmativas voltadas à inclusão etnicorracial.

Como ferramenta de coleta de dados foi utilizada a Entrevista semiestruturada como estratégia para obter informações sobre os desafios enfrentados pelo coletivo escolar por meio dos sujeitos que orientam a prática pedagógica, os orientadores pedagógicos, por considerar que são eles os responsáveis pela mediação entre a proposta legal, o planejamento e a ação realizada pelos professores.

Participaram dessa pesquisa oito sujeitos: sete exercendo a função de orientadores pedagógicos e um na função de diretor geral concursados do município de Barra Mansa, cidade interiorana do Estado do Rio de Janeiro.

Os pontos aqui discutidos apontam para a universalização dos direitos humanos embora a escola ainda precise planejar a fim de consolidar suas ações para a igualdade de direitos nos seus espaços. Assim como reconhecer e problematizar as questões relacionadas à

identidade e à diferença como primordiais para uma educação da diversidade. Constatou-se o apagamento da história e da cultura do negro na educação formal brasileira executado pelo aparelho ideológico do Estado, nesse estudo representado pela escola, que antes se dava na forma de legislação que impedia o negro ao acesso à cultura formal, por meio de sua interdição aos bancos escolares.

Hoje, em pleno século XXI, pesquisas como as de Munanga (1996), Piovesan (2006), Candau (2003), Schwarcz (2012), Sacavino e Candau (2012) e Hall (2014), evidenciam a sutileza do processo de interdição cultural, mesmo após a implementação da Lei 10.639/2003 e As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004. A materialização dessa interdição ocorre tanto pela via do recurso didático utilizado pelo professor, quanto por meio de suas práticas.

A análise das entrevistas nos levou ao estabelecimento dos eixos temáticos que foram desenvolvidos com o auxílio das falas dos colaboradores e do aporte teórico estabelecido para esse trabalho que foi desse modo distribuído:

Eixo I – Aceitação da diversidade humana – Parte do princípio de que somos iguais enquanto humanos, mas somos diferentes nas nossas singularidades. E quanto mais aceitarmos as diferenças individuais, melhor seremos no coletivo. Nesse processo investigativo sobre a identidade e diferença dialogamos com autores como Hall (2014) e Silva (2000). Morin (2001) estabelece os saberes necessários à educação do futuro, entre eles o respeito à complexidade humana com sua diversidade e singularidade.

Eixo II – Ações compatíveis com a escola inclusiva – nesse eixo dialogamos com Bourdieu (2013) que aponta a violência simbólica relacionada entre os bem-sucedidos e os fracassados, os privilegiados e os excluídos como definição de uma luta simbólica própria da classe dominante. A oposição entre frações dominantes e frações dominadas. As autoras Candau (2012), Schwarcz (2012) também são indicadas pela definição de preconceito e a proposta de estratégias concretas como forma de ação para o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito necessário à escola inclusiva tratado nesse estudo.

Eixo III – Negação do preconceito – aqui, debatemos a questão das cotas raciais e outras contradições presentes na pesquisa em que os colaboradores ao mesmo tempo em que concordam que o “preconceito não tem mais lugar na contemporaneidade” afirmam que “a lei de cotas deveria ser para o pobre” ou afirmam ainda que “não há conflitos raciais” em suas

escolas. Assim, Schwarcz (2012) com a negação da ideia de harmonia racial no Brasil, e Goffman (2004) com os aspectos de estigmas, das marcas que foram utilizados ao longo da história como exclusão foram o aporte teórico utilizado. A autora Piovesan (2006) contribui com a discussão propondo que os critérios antes utilizados para a exclusão de afrodescendentes no Brasil que hoje sejam utilizados para a sua inclusão.

Eixo IV- Negritude – esse eixo contamos com Munanga (2012) que define o termo negritude como resgate da identidade negra e como parte da luta pela reconstrução positiva da identidade de descendentes de africanos no país. Também destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana importante passo para o enfrentamento e a valorização das questões raciais.

Eixo V – As ações afirmativas e o atendimento especializado – destacamos nesse eixo o Programa Nacional das Ações Afirmativas para esclarecer o motivo dos entrevistados fazer referência constante ao Atendimento Escolar Especializado (AEE), à pessoa com deficiência no que se refere à inclusão quando o foco da pesquisa, esclarecido desde o início com os colaboradores foi a necessidade de a Educação Básica pensar sobre as questões raciais, em especial as que se referem ao negro e ao racismo, ao preconceito e à discriminação.

Eixo VI – Limites e Possibilidades da legislação – Aqui, discutimos alguns limites e possibilidades relacionadas à legislação e apontados pelos colaboradores como barreiras ou como instrumentos de ações que transformam o cotidiano das relações inter raciais na escola. A autora Piovesan (2006) embasa teoricamente a discussão ao enfocar as perspectivas e desafios para a implementação da igualdade etnicorracial na ordem contemporânea.

Também foi possível notar nas entrevistas aspectos que se figuram como fundamentais para o processo em curso, segundo os relatos dos colaboradores, como a falta de uma Diretriz da Secretaria Municipal de Educação; uma gerência pedagógica mais presente junto aos orientadores pedagógicos para a definição e planejamento de metas a respeito do assunto.

Eixo VII- As ações afirmativas e a Formação Continuada – nesse eixo ficou constatado que é preciso utilizar-se da legislação, principalmente a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004, como instrumentos de contra-hegemonia e resistência para reposicionar o negro no mundo da educação e da cultura. Urge

descolonizar o saber e dar outra possibilidade de visão cultural que não seja eurocêntrica para que esta meta seja atingida. Não se pode apenas acrescentar e ministrar novos conteúdos acerca da África e acreditar, falsamente, que estamos desta forma, contribuindo para a formação escolar livre de discriminações raciais, mas já é um começo para a que mudança ocorra.

Concordamos que a transformação das estruturas sociais passa pela educação estruturada e de qualidade como arma a ser utilizada como mecanismo de enfraquecimento do racismo, da discriminação e do preconceito. Ao se concretizar corretamente a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e Africana pode ser o primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido em busca da superação desses estigmas e estereótipos. Já avançamos com a implementação da lei e podemos avançar a cada passo dado nessa luta.

Esperamos que a pesquisa aqui apresentada possa contribuir para a reflexão e à inserção do trabalho com o tema etnicorracial em sala de aula, assim como na escola como um todo. E que a devolutiva do estudo tanto à Secretaria Municipal de Educação quanto à SEEDUC/RJ, com os dados e análises apresentados se transformem em políticas públicas para a erradicação do racismo, do preconceito e da discriminação através do investimento em ações que efetivem a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira/2004.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. O narrador. *In:* ____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasília: Ed. Brasiliense, 1987. (pp. 197-221)

BORDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2.ed. rev. 1. reimpressa. Porto alegre, RS: Zouk, 2013.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Escritos de Educação.** NOGUEIRA, M. A. CATANI, A. (org). Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A miséria do mundo**. A. Accardo *et al.* Petrópolis: Vozes, 2008.

_____.; PASSERON, J.C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação d as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 26 jul. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf. Acesso: 25 fev. 2016.

CANDAU, V. L. (Org.). **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CEDDHC. **Cartilha cidadania para todos**. Preconceito, racismo e discriminação racial. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/w3/ceddhc/bdados/cartilha14.htm. Acesso em: 01 jun. 2015.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Comitê Impulsor Zumbi +10. **Manifesto Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida.** Brasília, 22 de Dezembro 2005. Disponível em: http://www.históriane t.com.br/conteudo/default.aspx?código=771. Acesso em: 26 jul. 2014.

CUNHA JÚNIOR, H. História africana para compreensão da história do Brasil. *In:* SEED/PR. **História e cultura afro-brasileira e africana:** educando para relações étnico-raciais. Curitiba: SEED/PR, 2006. (p. 45-56)

CUNHA JUNIOR, H. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. *In:* LIMA, I. C. (Org). **Negros e currículo.** Florianópolis: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n. 2)

DAMÁSIO, R. **A Língua Tamazigh.** Buala: cultura contemporânea africana, 2011. Disponível em: http://www.buala.org/pt/a-ler/a-lingua-tamazigh. Acesso em: 26 jul. 2014.

ESCOBAR, G. V.; GOTTERT, M. E. S. **A essência revolucionária em Abayomi**: uma boneca negra de pano em movimento. *In:* SOARES, A. L. R. (org). **Anais**. I Congresso Nacional Memória e Etnicidade. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2010.

FERREIRA, R. F. **Afrodescendente:** identidade em construção. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FREIRE. P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Edição digitalizada, 2004. In: www.disciplinas.stoa.usp.br. Acessos em fevereiro/2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. SILVA, T. T. LOURO, G. L. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MEIHY, J.C.S. RIBEIRO, S.L.S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, família. São Paulo: Contexto, 2011.

MORIM, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUNANGA, K. **Negritude:** Usos e Sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o Racismo na escola.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NETO, J.O.S. **Tempo, desconstrução e política em Jacques Derrida**: rumo a uma política do por-vir. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2015.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) **Pierre Bourdieu: Escritos em Educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação.** 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas e direitos humanos**. REVISTA USP, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc. Acesso em: 08 jul. 2014.

RIBEIRO, M. **Apresentação do SEPPIR.** *In:* _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: [s.n.], 2004.

SACAVINO, S. B.; CANDAU, V. M. (coord.). **Somos todos/as iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

SANT'ANNA, W. **Marco conceitual do projeto "A cor da cultura".** 2005. Disponível em: http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/Marco%20Conceitual.pdf. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANTOS, A.P. **Ponto de vida**: cidadania das mulheres faveladas. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **História e cultura afro-brasileira e africana:** educando para relações étnico-raciais. Curitiba: SEED/PR, 2006. (Cadernos Temáticos)

SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memórias d´África:** a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T (org. e trad.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TAYLOR, C. **El multiculturalismo y la politica del reconocimiento.** Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a colaborar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Eu,_____RG:_ _____ declaro que aceito colaborar por meio de entrevista para consolidação da pesquisa para Dissertação de Mestrado com o título **As políticas públicas das ações afirmativas diante do desafio de uma educação inclusiva**, com o objetivo de investigar quais os desafios enfrentado pelos Orientadores Pedagógicos diante da questão da inclusão do negro frente à diversidade sociocultural no ambiente escolar.

Fui esclarecido (a) quanto à liberdade de aceitação ou não da colaboração na pesquisa, por meio de Entrevista oral temática e que será mantido o sigilo.

Fui informado (a) também: que existe autorização da Direção da Instituição para realização da pesquisa, sem prejuízo algum a minha pessoa; de que os dados coletados não serão utilizados para outros fins que os não previstos neste estudo; que poderei me retirar deste estudo a qualquer momento, sem prejuízo e que a não participação na pesquisa também não me acarretará qualquer problema, sendo este documento elaborado em duas vias, uma minha outra do pesquisador.

_____

Assinatura do (a) entrevistado (a)

_____

Assinatura da pesquisadora - Hilma de Pinho Souza

Universidade de Taubaté – Mestrado em Desenvolvimento Humano e Educação
Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté - SP
Telefone: (12) 3625-4217

ANEXO II – OFÍCIO À INSTITUIÇÃO

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pela Portaria CEE/GP nº. 241/13
CNPJ 45.176.153/0001-22

PRPPG – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4217 Fax: (12) 3632.2947
prppg@unitau.br

Ofício PPG-DH nº **006/2015** Taubaté, 16 de abril de 2015

Prezado (a) Senhor (a)

Somos presentes a V.S. para solicitar informações necessárias à Elaboração de Projeto de Pesquisa para Dissertação de Mestrado da aluna **Hilma de Pinho Souza**, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, intitulado **"O ensino do negro e a história de afro descendentes no Brasil nos séculos XX e XXI e as políticas públicas de ações afirmativas de inclusão da diversidade sociocultural."**, sob orientação da Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.020-040, telefone (12) 36241657.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO- PPGEDH

SME de Barra Mansa
Secretária de Educação Maria Lusia de Resende Melchiades
Rua Pinto Ribeiro, 65 – Centro
Barra Mansa – RJ
(24) 2106-3400

ANEXO III – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Parte 1- Questionário

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome de identificação: _____

Gênero: ( ) feminino ( ) masculino Data do nascimento: ___/___/___

Escola Municipal: _____

( ) efetivo ( ) contratado

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Tempo de atuação profissional na educação: _____

Tempo em que está na função atual? _____

Número de alunos que atende: _____

FORMAÇÃO INICIAL

Curso: _____ ano de conclusão: _____

Na sua formação inicial você estudou sobre a educação inclusiva? ( ) sim ( ) não

Como disciplina específica ( ) como temática ( ). Qual? _____

FORMAÇÃO CONTINUADA

Cursos-áreas/temas Extensão Aperfeiçoamento Especialização Outros

Parte 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Como você ingressou na área da Educação?

2- Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

3- Quais suas atribuições na escola em que atua?

4- Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

5- Você considera que a escola pode/deve ser inclusiva? Como?

6- Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

* Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003 –

* Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana;

* Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

* ou outro (s) (parecer, resolução)?

7- A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

11- Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou.. ? Quais os critérios para organização do trabalho pedagógico?

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Como? Cite exemplos.

15- Agradecimentos da pesquisadora pela colaboração na coleta dos dados.

Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.

ANEXO IV – Lei nº 10.639.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO V – ENTREVISTAS

ENTREVISTA E-01

Escola	Entrevistado	Função	Data	Duração
EM - 01	Willian	Diretor geral	05/05/2105	14 min.

01- Como você ingressou na área da Educação?

Acho que desde pequeno que eu já tinha esse desejo, né. De ser professor, de sempre gostar da profissão e depois as coisas foram se encaminhando com incentivo dos próprios professores ate que eu escolhi um curso de licenciatura cursei esse curso e depois prestei os concursos tanto no estado quanto na prefeitura e hoje eu atuo como professor no estado e como diretor nessa escola aqui da prefeitura.

02- Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

Sou formado, sou bacharel em filosofia. Participo da formação continuada do ensino médio, né porque eu trabalho no estado e além de fazer hoje também a faculdade de direito, né, que de certa forma contribui como uma formação continuada.

03- Quais suas atribuições na escola em que atua?

Hoje sou diretor geral da escola.

04- Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Sim. Sem duvida porque primeiro porque que a gente tem que aprender a lidar com o outro nas suas diferenças e segundo pq tb nos temos uma consciência de que precisamos ajudar as crianças a conviver com os outros nas suas diferenças.

05- Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?

Sim. Primeiro a gente tem que ter uma consciência de que ela é de todos independente da maneira que o outro seja. Então Ela é uma escola de todos e uma escola para todos. A gente tem que ter essa consciência; segundo trabalhando que embora tenhamos características diferentes nós somos iguais enquanto raça humana enquanto seres humanos e o respeito que é devido a um também é respeito ao outro.

06- Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

Tenho... aqui na escola, nas leis e dos incentivos que nos temos dos grupos étnicos da nossa cidade que comumente propõe também atividades como concurso de redação e atividades que valorizam essa diversidade.

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003 –

Sim

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004

Sim

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Sim.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Se eu não me engano tem uma lei da nossa câmara municipal de BM que também nos incentiva a trabalhar esse tema nas escolas da rede municipal.

7- **A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?**

Sim. Elas são um grande incentivo, né. De certa forma por ser uma lei nós não temos como nos esquivar desse trabalho.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Sim. Com as atividades que a gente vem propondo a respeito do tema, coisa muito interessante nessa... a respeito da história e da cultura africana que nos ajuda a saber da onde a gente vem e nos ajuda a entender melhor a formação do nosso povo e a perceber que nós não somos diferentes, pelo contrario, as vezes o fato da pele ser um pouco mais clara não significa que nós não tenhamos raízes e nem um sangue afro correndo nas nossas veias.

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Transversal. Esse é um a tema que a gente tem que trabalhar o tempo todo em todas as disciplinas em todos os conteúdos porque ele esta presente no nosso dia a dia em qualquer situação que nos chama a atenção tem que ser uma situação de aprendizado não só na questão do negro, mas das outras incursões que a gente precisa lidar.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Nós temos uma dívida histórica com os nossos é... Irmãos que vieram traficados da África e que foram responsáveis pela construção do nosso país. Nós temos dados estatísticos que a grande maioria da população pobre é negra, descendentes desse povo que veio, foi escravizado e depois foi supostamente liberto mas liberto pra onde pra que o que iam fazer da vida porque se antes tinha a senzala pra abrigar agora nem a senzala mais tinha pra abrigar. Eles estavam ao relento. Nós temos uma divida. Essa divida precisa ser paga. Isso é inegável e essas ações positivas como as cotas e outras ações que surgem elas tem a sua importância no mundo pra tentar resgatar e claro que as pessoas tem muito preconceito pelo senso comum de achar que esta se beneficiando de maneira desnecessária, não de maneira nenhuma. As cotas elas tem que ter tempo determinado também. As ações afirmativas têm tempo determinado ate o momento em que a gente consiga a paridade que a gente consiga a paridade que a gente precisa, a gente conseguindo a paridade é claro que não vai haver mais a necessidade das cotas precisa mais das cotas, mas nós precisamos caminhar muito no avanço dessas ações afirmativas para garantir o acesso dessas pessoas a uma melhor qualidade de vida.

A própria escola se a gente for olhar o nosso ambiente. O número de professores negros é muito pequeno. O número das pessoas que trabalham na limpeza, que trabalham na cozinha é maior; então isso mostra pra gente claramente que há uma desigualdade de oportunidades, né. Então isso a gente pode observar isso ate dentro do espaço da nossa escola. Não é desmerecendo as outras profissões que eu disse, mas é um dado categórico de pessoas com menos instrução que assumem funções que exigem menos instruções, de pessoas que tiveram mais oportunidades de se qualificar que estão em funções que exige maior qualificação. Isso é visível.

11- Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Incentivar os professores que são os principais agentes que lidam diariamente com os alunos a abordar o tema sem medo, a trabalhar o assunto não só por ocasião do dia da consciência negra, mas um trabalho realmente transversal e contínuo pra gente superar os preconceitos existentes. Foram construídos ao longo de séculos vão demorar séculos para serem descontraídos e em atividades e em atitudes cotidianas.

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações

Na escola nos normalmente trabalhamos com projetos. Nós temos uma disciplina especifica chamada ética e cidadania que trabalha com esse tema diretamente, mas todos os outros professores também estão trabalhando a sua maneira. A professora de português com textos. A professora de ciências explicando quão parecida e a nossa genética. A professora de geografia explicando da onde nos viemos. A professora de história explicando a história da cultura africana o que sofreram esses povos quando chegaram aqui no país; então é um trabalho continuado e sistemático e é claro que nós temos uma culminância por conta desse dia da consciência negra em novembro desse tema. O ano passado nos fizemos um trabalho muito bonito. Fizemos uma exposição dessa história da África, e fizemos uma exposição dessa história da África que renderam muitos trabalhos, muitas mascaras, a professora de artes

fez as mascaras, muitos trabalhos, muitas mascaras, muitas atividades de danças típicas que nos fizeram conhecer um pouco mais da cultura dos nossos antepassados.

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Eu acho que sim. Primeiro que na escola nos não diferenciamos a maneira de ensinar. Nossa meta é uma educação de qualidade para todos; assim sendo em termos de igualdade tanto o negro quanto o branco se a gente pode usar essa forma de falar; a gente esta oferecendo condições iguais para os dois. E estamos tentando também... (e a gente vê fruto disso na nossa prática) reduzir também as práticas de preconceito. No entanto a gente vê que eles se relacionam bem entre si; nós não ouvimos aqui na escola palavras que possam ser de injuria a pessoas negras. A gente não tem esse tipo de ocorrência, esse tipo de situação; pelo contrario, a gente vê uma convivência harmônica entre eles. É até estranho a gente falar em preconceito porque se a gente for olhar as nossas famílias aqui do bairro há uma mistura muito grande, muito clara dentro da casa da gente mesmo, né, então isso ajuda a gente a vivenciar de forma melhor e sem duvida não é hoje aqui na nossa escola um dos maiores problemas de inclusão que nós temos que é o problema de inclusão das pessoas com necessidades especiais é muito mais complexo do que o da inclusão das pessoas negras porque nós já demos grandes passos em relação a isso.

15- (Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.

Quero só ressaltar o que eu disse né. Esse é um trabalho de desconstrução de algo que foi construído há muitos anos de forma muito agressiva, brutal e que vai demorar tempo pra ser desconstruído mas que a gente seja persistente nas ações pra que essas ações possam colaborar para a desconstrução do preconceito e pra consciência de uma sociedade de uma única raça, enquanto professor eu trabalho muito isso com meus alunos quando eu dou aula de sociologia. Nós somos de uma única raça, a raça humana, né. Então isso é o principal que nós temos que levar em consideração.

ENTREVISTA E-02

Escola	Entrevistado	Função	Data	Duração
EM -02	Ângela	Orientadora pedagógica	11/05/2015	52 min.

1- Como você ingressou na área da Educação?

A minha primeira matrícula foi por cadastro tanto na escola particular quanto na antiga FEBAM e depois através de concurso público.

2- Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

- A minha formação inicial foi a formação de professores, né, o antigo normal não sei como esta hoje, tá e atualmente não tem formação continuada na prefeitura. O que eu tenho é a minha busca quando tem alguma coisa do meu próprio interesse, né ou alguma coisa que surge na educação como o nosso caso aqui que nós somos uma escola inclusiva; então cada vez que surge um aluno com uma deficiência a gente corre atrás pra tentar pelo menos ter um entendimento do que esta acontecendo, né, o que aquele aluno na verdade precisa. Hoje por exemplo nós temos um grupo de autistas que ate então no ano passado nós tínhamos dois. Esse ano são nove. Então assim no total hoje a escola tem, são 36 alunos incluídos.

3- Quais suas atribuições na escola em que atua?

Bom, eu sou orientadora pedagógica; então eu faço o acompanhamento do planejamento para os professores. A gente se reúne para o planejamento, para uma discussão pedagógica às vezes quando tem uma necessidade de um tema. Encontro com os professores também para fazer a flexibilização e adaptação curricular dos alunos incluídos. A gente faz todo um estudo, um levantamento qual o laudo daquela criança o que ela tem pra gente poder trabalhar em cima daquilo que normalmente o medico, né, ele manda pra gente necessita de adaptação curricular. Eu tenho uma pratica que o seguinte sempre nos primeiros, no começo do ano eu não faço direto essa intervenção com o professor eu deixo o professor conhecer o aluno porque muitas das vezes você acaba criando assim não é "preconceito do preconceito", mas eu acabo criando um rótulo quando eu recebo aquele aluno: ah fulano, ele tem aquela necessidade especial então eu nunca sei realmente do que ele é capaz. Quando ele esta diante de todo mundo na inclusão, dentro da sala ele vai ter uma limitação que às vezes o outro tem outra limitação. Então eu sempre gosto que eles tenham esse conhecimento primeiro com o aluno depois sim aí eu vou fazendo a intervenção, mostro pra ele se tem o laudo, se não tem a gente senta e quando tem a necessidade, né nos fazemos a adaptação. Eu tenho caso de aluno que tem laudo, na indicação vem pedindo adaptação curricular e, no entanto essa menina não tem adaptação curricular nenhuma, ela não tem necessidade, mas eu mantenho o relatório dela e peço para os professores registrem que ela acompanha a turma normalmente entendeu, que ela não tem essa necessidade e coloquem sempre uma atividade realizada pelo aluno que aí me dá esse respaldo. Essa menina foi uma das que me surpreendeu muito porque ela chegou pra gente dizendo que ela ia repetir porque ela falou que a mãe falou que ela era burra que ela só ia... Ela tinha que fazer de dois em dois anos. Eu falei não. Quem falou pra você? Você e uma criança esperta, uma menina interessada e ela têm baixo nível cognitivo, mas o interesse dela e assim o incentivo que nós demos pra ela foi tão grande que ela comprou isso e os

professores hoje quando eu passo que ela tem esse laudo e precisa da flexibilização eles não acreditam; então assim por isso que eu gosto que primeiro eles tenham um tempo com a criança, um tempo com aluno pra eles conhecerem aí depois sim eu entro com essa parte. Então assim dentro da minha atuação eu faço a vistoria nos diários também, né, auxilio a direção as vezes em alguma reunião que precisa além da reunião do conselho de classe, reunião de pais que a gente participa as vezes de algum projeto; as vezes algum atendimento a família, pais; as vezes principalmente assim aqueles alunos que tem uma deficiência ate pra você conversar com a família. A família às vezes tem uma dificuldade até de se expor então a V sempre pede pra que eu participe junto com a orientação educacional dando esse suporte. Acho que como eu já trabalhei com a educação especial então eu acabo tendo esse olhar diferenciado, né, porque eu falo que a gente aprende mais com eles do que eles com a gente. Auxilio às vezes a secretaria em alguma coisa que seja possível de documentação, de orientação. Eu organizo a progressão parcial. Nós temos aula de quinze em quinze dias aos sábados. Eu que venho pra cá. Eu que monitoro assim a organização dos professores e faço o levantamento e encaminho pra orientação educacional no caso das faltas. Então assim a nossa atuação assim a gente tem hora que não da nem pra separar. Eu atendo aluno, atendo pai e atendo professor porque a gente tem uma questão de horário, divisão de horário quando a orientadora educacional vai embora eu normalmente eu fecho o turno. Teve dia de sair daqui oito, nove horas da noite eu com a Valeria porque as vezes se o aluno briga enquanto a gente não resolve a situação a gente não vai embora fica junto com eles, entendeu? Então assim eu sempre atendo os alunos ao final do turno em qualquer situação.

4- Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Olha, a minha formação inicial ela me deu uma pincelada. Eu tive excelentes professores tanto no meu curso de formação de professores quanto o curso de Pedagogia. É, e professores assim que eu me identifiquei muito porque eram professores exigentes, que cobravam, mas eles te davam algo mais né. Eles queriam um retorno seu né. E eu tive essa graça. Falo que eu não posso reclamar. O que eu não aprendi eu não aprendi porque eu não quis, mas eu tive assim, essa oportunidade. Eu acho que eu aproveitei tudo que eu pude né. Agora, subsídio na verdade eu corri muito atrás porque como eu falei pra você eu trabalho em outro município e nesse outro município eu fui coordenadora da educação especial então foi uma coisa que me chamou muito a atenção porque eu via muitas das vezes os alunos largados, no canto da sala né; então assim eu tive oportunidade de crescer muito mais nesse outro município do que aqui. No entanto aqui eu aplico o que eu aprendi lá. Porque a gente não consegue separar né. Então assim esse olhar eu tenho, tá, mas assim eu corri muito atrás. Eu acho que hoje o serviço público, ele deixa muito a desejar em relação a oferecer suporte não só para equipe pedagógica, educacional como para os professores também. Eu acho que deixa a desejar porque muitas das vezes eles fazem esse curso a distancia. Ah, oferecem! Oferecem, mas o tempo corrido do professor trabalha de manha, de tarde e de noite ele não tem esse tempo pra ele fazer isso; então se a instituição enquanto secretaria de educação ela não tiver esse olhar focado pra isso e efetivamente fazer um levantamento das necessidades e dessas mudanças todas que vem ocorrendo na educação porque na verdade a mudança ta vindo assim, né, antigamente era a cavalo hoje é o computador, on line, você aperta o botão ta do outro lado. Então nós estamos recebendo muitos alunos com uma diversidade, com síndromes que a gente nunca ouviu falar, entendeu? Então eu acho que isso ta deixando a desejar. Mas essa minha atuação assim é mais eu correndo atrás porque eu tenho isso comigo. É da minha característica. De não deixar pra depois.

5- **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

Acho que eu já ate respondi né. Eu acho que ela deve, sim. Eu acho que todos têm direito a educação o sol nasce todos os dias pra todo mundo não nasce só pra mim só pra você. Eu acho que eles têm direito de estar sim. Que eu acho que o que precisa talvez seja o envolvimento maior das pessoas. As pessoas estão acostumadas a ter tudo muito pronto, né, e eu costumo dizer que a educação ela assim como a educação de filhos ela não tem receita pronta. Nós somos só que pra você colocar isso na cabeça dos profissionais hoje é muito difícil. Nós temos um grupo de professores aqui que querem e eles buscam, eles perguntam, eles perseguem e já tem aquele grupo que quer tudo pronto, entendeu, porque já vieram já de uma trajetória que se dava tudo mastigado e hoje não é assim então assim eu acho que a escola ela pode ser inclusiva ela deve ser inclusiva e a melhor forma dela ser inclusiva é eu acho que infelizmente as pessoas só vão entender quando vier assim cumpra-se, entendeu? Nós temos que ter a força da lei pra falar execute e aí ela vai acontecer. Só que paralelamente a isso tem que dar o suporte porque nós temos pessoas das muitas vezes profissionais que chegam pra gente que passam no concurso, saíram de uma faculdade aprenderam assim coisas na faculdade no curso ou de repente na formação de professores, né, no ensino médio muito diferente do que ele vai encontrar na realidade dentro de sala de aula; então eu acho que isso assusta né. Isso dá um, um entrave muito grande na educação porque ele está chegando ele tem que se adaptar a isso também; então é o aluno se adaptando e o professor também se adaptando; então assim eu recebo muitos professores novos, mas recebo os professores também que querem estão naquela ânsia ainda naquela coisa assim de querer aprender então isso é bom. Mas a escola ela tem que ter sim esse olhar de inclusão. Eu acho que hoje nós vivemos O Brasil então é um país que não pode falar que.. ele recebe todo mundo ele recebe estrangeiro ele recebe branco negro, amarelo cor de rosa, de bolinha ele recebe tudo. Só que ta faltando hoje eu acho que nas pessoas ainda é um pouco de relembrar os valores universais. Eu acho que quando a gente começar a partir desse campo eu acho que e resgatar na verdade esses valores. Eu acho que você vai conseguir ter uma educação mais inclusiva, você vai conseguir ter uma educação mais participativa porque as pessoas cobram muito os direitos, mas elas se esquecem dos deveres, entendeu? E é esses deveres na verdade que nós aprendemos desde pequeno, né, que nos dá que nos impulsionou pra chegar ate aqui e ter esse olhar que se você for ver é as pessoas que tem esse olhar de querer aprender, de ... Foram pessoas que a vida inteira foi cobrada e, no entanto não se sente frustrada. Eu não me sinto frustrada muito pelo contrario. Eu acho que cada cobrança que veio pra mim me impulsionou pra querer aprender, pra querer buscar, entendeu? Eu acho que muita das vezes é isso. Agora a escola ela tem que ser inclusiva sim agora que tem que ter um suporte pra ela, tem. Suporte que eu digo é o que... A lei fala, por exemplo, que tem que tem que ter agente pra estar cuidando, agente pra acompanhar os autistas então esse suporte a escola tem que ter, mas aí não é a escola que vai contratar é a secretaria de educação através da prefeitura; então nós temos que ter porque nós temos alunos que não tem condições de estar aqui, entendeu. Então a escola tem que ter esse suporte, mas o olhar de inclusão eu acho que aqui nos já temos e muito. Ate os próprios alunos tem às vezes quando chegam alunos de fora e eles percebem que tem uma situação assim... Algo diferente, né, mas eles começam a debochar e tudo e ai a gente vai conversa e tal e daqui a pouquinho eles já se adaptam porque veem o tempo inteiro alunos diferentes dentro da escola.

6- Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

sim

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

Tenho.

6.2- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004**

Tenho também.

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Conheço também.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Olha, tem outras, mas agora eu não me lembro. Como eu falei pra você eu trabalhei com isso há muito tempo; então assim eu tinha tudo isso na ponta da língua, mas hoje eu já não... Mas eu tenho conhecimento que teve vários pareceres do conselho nacional de educação e resoluções especificas inclusive de conselhos municipais já em relação a essa situação quando eu me lembro que foi um fórum de volta redonda que eu fui uma vez eles tinham que responder se eles já estavam aplicando as diretrizes curriculares se já tinha alguma coisa relacionado a isso entendeu, então assim os conselhos municipais tiveram que se posicionar, entendeu. Então eu lembro, mas assim de imediato, especifico e tal eu não me lembro agora porque aí é muita coisa.

7. **A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?**

olha a legislação na verdade ela da o pontapé inicial. Agora garantir a prática pedagógica, garantir como um todo não necessariamente porque eu falo que o Brasil e um país que ele tem muita lei só que não vale vamos colocar na execução, efetivamente ela não e cumprida. A gente vê nos pequenos detalhes, em pequenas ações do dia-a-dia. Fala ai do aluno que vota do aluno que tira a carteira de habilitação e, no entanto eles continuam desrespeitando do mesmo jeito, né, então assim a legislação ela só te dá o pontapé inicial, mas a minha pratica pedagógica ela vai depender muito da linha que a secretaria... da espinha dorsal porque nós na verdade nós fazemos parte de uma rede, né, então a secretaria é a espinha dorsal. Qual é o olhar da secretaria pra que a lei seja cumprida; então ela que vai direcionar. Agora quando chega na unidade escolar cada unidade escolar faz a sua pratica pedagógica dentro daquilo que você acredita. Eu falo que aqui graças a deus assim... a nossa equipe pedagógica e diretiva a gente tem a mesma linha de pensamento, então a gente acha importante que essas coisas aconteçam, mas não é característica de toda a rede. A gente sabe que não é, entendeu. Então a legislação ela vem só te falar, agora a prática pedagógica ela não garante. Sabe por quê? Porque vai muito em cima daquilo que as pessoas acreditam daquilo que as pessoas defendem. Se eu acredito nessa lei eu vou fazer cumprir. Se eu acredito que aquilo é interessante para que as... os alunos conheçam, os professores participem, os professores

invistam eu vou atuar e consequentemente é uma bola de neve: os professores vão entender, vão comprar a minha ideia e os alunos vão receber o fruto dessa ideia. Agora ela não garante. O que que eu posso...como eu posso garantir que uma lei seja cumprida ou não? Existe uma fiscalização pra saber se ela está sendo cumprida ou não? Não. Então fica tudo muito no ar, fica tudo muito solto. Vai em cima do bom senso mesmo. De quem está orientando, de quem está na direção da escola, se acredita, se investe, entendeu, então a meu ver ela não garante, não. A gente faz por nossa conta porque nós acreditamos.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Eu acredito que sim porque eu acho que a primeira coisa que acontece pra você saber se a sua atuação esta atingindo é o relacionamento entre você e os professores entre os alunos, entendeu? Então assim isso a gente, graças a deus a gente tem. Assim é... Existe o respeito, tá? A regra é pra todos. Não é só pro branco ou só pro negro. É pra todos eles, então já começa por aí. Acho que isso já é um grande diferencial, né, porque se fosse... Se nós tivéssemos uma escola que não abraçasse essa ideia o que ia acontecer? Ia ter segregação. Isso aqui vale pra esse grupo e não vale pra esse, não. A cobrança é igual pra todo mundo, tá. Agora o que ela tem feito para valer as questões relacionadas à inclusão? Olha nos fazemos vários projetos, vários trabalho voltado para essa questão da inclusão e de um modo geral não necessariamente, só do negro, tá, vai falar assim. Nós fazemos já há vários anos a Gincana da solidariedade. Nós trabalhamos com os nonos anos. Damos as tarefas pra eles. As outras turmas entram como suporte. Eles recolhem alimentos, recolhem roupas, calçados e depois nós fazemos, juntamos fazemos uma premiação. Damos uma premiação pra esses alunos. A turma vencedora, a turma que leva e depois tudo que foi arrecadado nós levamos para as instituições. Então é legal porque é um momento em que as crianças participam como um todo, eles ali se veem como um todo. Não importa se tem deficiência, se é negro, vai todo mundo. Todo mundo participa. Outra coisa que nós fazemos é a tarde Show de talentos. O show de talentos a gente abre espaço para todo mundo se apresentar. Então é legal por que... O ano passado nós tivemos um aluno que ele tem visão subnormal ele teve uma... Alguma coisa relacionada ao parto e ele praticamente não enxerga, né? Mas ele desenha divinamente bem. Ate hoje nós não conseguimos entender como que ele consegue desenhar. Ele para o ponto e continua aonde... Com expressão. Os desenhos dele têm expressão. Aí no Show de talentos ele quis se inscrever e perguntou se ele poderia. Nós, claro, prontamente; então ele desenhou e ele levou para apresentar para os alunos os desenhos que ele fazia. E foi muito legal. Todos os alunos ficaram assim, de boca aberta. Como que ele conseguia desenhar se ele não conseguia enxergar. É baixa visão, né, é baixa visão que a gente fala. E ele fez isso. Então assim eu acho que o show de talentos também abre essa oportunidade porque você dá... Abre pra todo mundo que quer que interessa... A única coisa que a gente seleciona. Não seleciona, mas orienta... Funk com baixo nível, não. Aí a gente da uma brecada. Tirando isso... E ainda os projetos que nós desenvolvemos né? Todo ano no mês de novembro nós fazemos uma semana com atividades focadas porque entra a proclamação da republica, o dia da bandeira e tal e tem o dia da consciência negra; então nós já fazemos várias coisas. Várias ações para a culminância ser nessa semana. Então durante o ano os professores vão trabalhando as questões e os trabalhos que eles acham que ficou assim mais... Que chamou mais a atenção a gente apresenta nessa semana; então por isso que eu te falo não é feito só naquele momento porque ele vai trabalhar durante o ano mas apresentação é em novembro. Então quer dizer, são projetos que nós desenvolvemos já há vários anos. O ano passado nos fizemos a nossa

primeira feira integrada e os professores de história trabalharam com o túnel do tempo. Então foi muito interessante porque pegou coisas que eram usadas há muito tempo, né? Aí teve pessoas que trouxe objetos que eram usados pelos negros, entendeu? Então assim... Você vê que existe um olhar, diferenciado, tá?

Como? Eu já te falei né? As práticas são incentivadas? São. Toda vez que um professor chega com uma ideia a gente compra rapidamente. Ele chega com uma ideia a gente investe e ainda manda enfiar mais um pouco (risos) Só que eles não podem dar muita ideia pra gente não, porque a gente compra a ideia, entendeu? Eles chegam assim... Posso fazer isso, posso...? Pode e o que mais você vai fazer? Ah então vamos envolver o professor tal... Imediatamente a gente já tenta envolver outras disciplinas, entendeu? Nós fizemos aqui o projeto também da musica popular brasileira então que ai a gente já entra com o samba, com o pagode e aí é muito legal porque eles colocam... Se vestem, caracterizam então assim... São coisas gostosas. Dá trabalho, não é fácil não; mas é gostoso! A gente... Quando você vê o resultado você fala assim: nossa gente, nem acredito que os alunos fizeram isso tudo porque tem muitos pais que não acredita porque você vê aquele aluno que faz tudo quanto é coisa que você pode imaginar na sala de aula quando chegam depois eles apresentam aquele trabalho e te deixa assim... Né? O ano passado eles apresentaram uma peça nessa semana que foi apresentada no Sesc. Foi uma peça mesmo o professor ensaiou mesmo teve todo aquele trâmite de autorização dos pais, de imagem e tudo porque o Sesc é muito exigente nessas questões, né? E eles apresentaram no palco do Sesc. Então foi assim fantástico! Eles fizeram duas apresentações. Uma no turno da manha e no turno da tarde. Então assim o professor chega pra gente pode? Pode. Pode e o que mais? Está precisando de alguma coisa? Se tiver a gente corre atrás.

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Olha, eu não posso falar por toda a rede, né? Eu posso falar pela minha realidade aqui. Na minha realidade eu acho que ela passa sim por todo o currículo como eu te falei porque a gente desenvolve durante ... Nós temos a data pontual, mas eles vem trabalhando durante o ano. Se você parar ali na frente da escola você vai ver que já esta exposto ali o que nós pensamos lá em fevereiro no início do ano o que nós íamos trabalhar esse ano. E esse ano o foco foi a água e a energia; então assim... nós trabalhamos com isso tudo que vai ser o foco. Agora independente disso nos temos as atividades que eles vão trabalhar e que soa projetos mesmo, mas não é só o projeto isolado. Nós temos as datas pontuais, mas elas se desenvolvem durante o ano todo.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

De certa forma eu já respondi. Eu acho que nós precisamos retomar... Primeira coisa eu acho que a gente tem que parar de pensar que o professor é qualquer coisa. Ele tem que ser mais valorizado. E ele tem que voltar a se valorizar. Eu acho que esse é o ponto principal. Por quê? Porque querendo ou não querendo quem está na ponta, na porta, dentro de sala de aula é o professor. E não adianta eu inventar lei, inventar nada se eu não conseguir envolver o professor. Se eu não conseguir seduzi-lo para que ele seduza e envolva os alunos em sala de aula porque quando ele fecha a porta... O papel... Antigamente, o melhor amigo do homem era o cachorro, né? Eu falo que é o papel porque o papel aceita tudo, mas quando ele entra na

sala, o professor faz o que ele quiser, indiretamente, né, vamos colocar assim. Se você conseguir envolver o professor ele vai comprar aquela, essa ideia e ele vai levar isso pra dentro da sala de aula. Agora se ele não conseguir... Como assim? Você fala miscigenação. É. Nós temos a miscigenação no Brasil. Qual seria a ação afirmativa? Você sabe a inserção? Hã? Só direitos da lei. A lei ela já tem. Nós já temos a lei. Nos já passamos por momento de escravidão. Nos já passamos por momento de fazer valer a lei. Passamos por momento de exclusão mesmo. Negro não entra. Eu sei por que meu avô era negro. Era da cor dessa cadeira. Nesse lugar você não entra. Nesse lugar você... Não é permitida a sua entrada. De ser parado pela polícia achar que era bandido. As piadinhas. Porque eu acho assim nós passamos por isso. Só que eu acho que as pessoas têm que parar de viver no passado. Isso foi parte do processo. E o que eu percebo é que hoje muitas das vezes muitas pessoas ainda estão nesse processo. A discriminação ainda existe? Existe. Eu não vou dizer que ela não existe, não. Ela existe e a gente percebe isso. E isso é visível às vezes ate algumas pessoas. E muitas das vezes, é... Posso até ser criticada pelo que eu vou falar agora. Mas como eu tenho muitos amigos negros, então eu posso falar assim com certa tranquilidade. E venho de uma família onde meu avô era negro. Muitas das vezes o próprio negro ele é racista porque ele as vezes, ele se junta apenas aos amigos brancos. Eu presenciei isso varias vezes, ta? É... Eles também talvez por uma questão de querer ser mais aceitos, não sei. Eu tenho amigos que falam pra mim a respeito da cota que eles não concordam. Porque é como se eles fossem menos inteligentes. Eles se sentem afrontados, entendeu? Então é uma coisa assim que vai muito... Eu vejo que isso tudo vai muito à cima de uma política, não de uma política correta, mas de uma politicagem. As pessoas usam isso para se beneficiar de alguma forma e infelizmente as pessoas se deixam levar por elas. E aí essa prática do dia-a-dia ela acaba sendo penalizada. Por quê? Porque às vezes você vê aquele profissional excelente que tem assim... Como eu tenho aqui, professores excelentes que entram na sala de aula e arrasam que não consegue passar no concurso e eu tenho aqueles que passam de primeiro lugar e não fazem essa prática assim... Seja de uma inclusão, seja em relação a educação especial, entendeu? Então assim é muito difícil de você julgar, né? É muito difícil. Eu me lembro de uma fala da Marilene Ribeiro.

A Marilene Ribeiro num daqueles cursos que eu estava falando que eu fiz com ela na época que ela foi secretária nacional de educação especial que ela fala o seguinte: que a gente fala que nós não somos preconceituosos em relação ao negro porque nós temos certeza que nós nunca vamos ser negros porque nós somos brancos. Então que nós temos que ter um olhar diferenciado por que... Agora, é... Eu posso me tornar uma pessoa deficiente. Eu posso sair daqui e ser atropelado e ficar paraplégico. Então muitas das vezes é muito mais fácil você dizer que você não tem preconceito contra um aluno deficiente do que contra um negro, entendeu? Então existe toda essa coisa... Assim é muito difícil de você conceituar efetivamente. No meu entendimento é isso, tá? Eu vejo muitas pessoas que usam, usam o ser negro é... Para... Vou dizer que a pessoa ta sendo preconceituoso comigo, ah fulano está me assediando. Usam isso como... Uma... Um trampolim. E ao mesmo tempo eu vejo pessoas que o fato de ser negro os torna cada vez mais bonito porque eles deixaram a história. Eles marcam a sua vida com ações. Eu falo isso do meu avô (pausa prolongada; choro) deixou história em Barra Mansa... Que tem o busto dele ali na... Didácio... Perto da prefeitura... Que foi uma pessoa que... Fez assim... É... Coisas no município. A gente que conviveu com a família, a gente sabe. Nunca fez questão do Doutor, DR. Ele era respeitado como DR. Muitas das vezes ate assim... Ele era... Como que eu vou te falar... As pessoas se assustavam que esperavam chegar lá e encontrar um homem branco e chegava e encontrava um homem negro; então ele deixou história. Ele deixou história em Barra Mansa. Ele deixou história em Rio Claro. Em Rio Claro o centro médico lá tem o nome dele; então assim, foi uma pessoa que

deixou história. E recentemente uma pessoa que eu vi, que mexeu com toda Barra mansa que foi o Natanael. Um negro que sempre foi respeitado por todo mundo. Eu nunca vi ninguém falar mal dele. Uma pessoa que era extremamente educada, uma pessoa que era extremamente risonha. Uma pessoa que era extremamente feliz com a vida. E o fato dele ser negro não alterou em nada a vida dele. Por que o ele era estava dentro dele. E a gente viu isso no enterro dele, no velório dele. Foi uma coisa assim... Que parou Barra Mansa. Então eu acho que a gente tem que parar de começar a achar que... É isso, é aquilo. Eu acho que o Brasil ele faz as leis, mas se não mudar o ser humano não vai adiantar nada. A lei não tá... Se nós tivéssemos tanta necessidade assim das leis... A nossa constituição esta toda cheia de emendas e não vale nada; então é o ser humano. Eu acho que está precisando resgatar os valores. Sabe por quê? Porque a nossa prática de ação está na lei. E daí? Ela está numa lei que eu te obrigo e você faz porque é obrigado, mas se você não respeita o outro... Então eu vou te respeitar porque você é uma pessoa negra e você esta na minha frente e porque a lei diz que eu não posso te afrontar porque se eu te afrontar eu vou responder um processo, mas o que isso está me modificando enquanto pessoa no meu dia-a-dia? Nada. Então se eu não trabalhar em cima dessas questões, desses valores nada vai adiantar uma lei porque a gente liga a televisão e a gente observa que é falcatrua em cima de falcatrua. As pessoas passando a perna passam a perna... As pessoas afrontam. As pessoas... O que mais a gente observa hoje são pessoas utilizando assédio e preconceito como trampolim pra processo... Então pra mim isso aqui...

11- Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Já respondi (risos). Não tem como você falar da lei quando você está na prática pedagógica dentro da escola, sabe, a gente é... você faz... é uma coisa assim a gente organiza a escola já toda dentro de um planejamento que nós recebemos. Que é aquilo que eu falei quando a equipe pedagógica, a equipe diretiva ela acredita no que ela faz a lei sai e você vai abraçar, a gente vai criar mecanismos pra você fazer, entendeu? Mas a lei não garante nada. O que garante é quem recebe isso. Se vai acreditar, se vai investir...

12- **Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações**

A inclusão... Nossa! Não tem nem como não falar, aqui nós não temos por que ... Aqui já tem um histórico. A escola tem um histórico de inclusão. Começou com os surdos, né, e... Tinha aqui (nome da escola), que era uma escolinha antiga que tinha ali de alunos especiais. E veio depois a questão dos surdos, eles eram trabalhados. As pessoas adoram dizer que aqui é um pólo, que o (nome da escola) é um pólo. Aqui não é pólo de nada porque a lei é bem clara: são todas as escolas. Nós não temos mais pólo. Acabou com isso, né, então a partir do momento que nós recebemos esses alunos nos já nos organizamos para estar fazendo encontro com os professores, ta, ou eu passo sempre alguma coisa; fechamento mesmo é no conselho de classe. No conselho de classe já pede, mas eu faço pelo menos bimestralmente esse encontro com os professores nem que seja assim... O que difere o que assim que complica um pouco porque como eu tenho muitas turmas, são 15 turmas. Então eu tenho um grupo de professores do nono ano praticamente são os professores do nono, mas os outros eu tenho professores que dá aula no sexto e dá aula no oitavo então quando eu dispenso, eu não tenho como dispensar só um. Eu tenho que mexer com a vida de todos os alunos. Então eu tenho, procuro fazer assim, vou fazendo grupos com os professores. Reúno... O professor uma passa uma atividade... Porque eu não posso ficar dispensando os alunos porque você

compromete a carga horária. Se eu dispenso, eu estou prejudicando os demais alunos em prol de um grupo. Embora esse grupo tenha os mesmos direitos enquanto os outros entendeu? Então assim, é muito complicado... Então eu sempre peço ao professore olha dia tal nós vamos nos reunir e tal tragam atividades aí eles deixam uma atividade. Eles vão fazendo na sala enquanto eu me reúno com os professores. Eu tento fazer isso pelo menos bimestralmente e no conselho de classe a gente tenta acertar as arestas. Mas se for possível a gente faz outras intervenções, entendeu? E sempre que eles precisam, eles me procuram. Eu sempre combino com eles, olha deixem uma atividade na sala e venham conversar comigo. Então assim bimestralmente, com certeza, tá. É... Temos a agenda anual que é aquilo que eu falei dos projetos que nós organizamos, nós fazemos o nosso projeto anual depois vou te mostrar até o anual da escola que nós fizemos esse ano, tá. Existe um tempo para planejamento, sim. Esse planejamento na verdade nós fazemos uma readequação porque na verdade o planejamento ele é da secretaria de educação, tá. Nós ainda estamos seguindo o planejamento de 2011, até agora... Falaram que iam fazer que iam mexer, mas não mexeu. Então nós estamos usamos o mesmo planejamento, tá.

Critério de organização. A gente, em cima do que a gente pensou enquanto equipe pedagógica equipe de diretiva nós organizamos a escola de um jeito em relação às atividades, ao planejamento, ao sistema de avaliação, então a gente senta com os professores, a gente faz uma pesquisa de sondagem, fazemos um levantamento, chegamos num consenso. A maioria olha a maioria pensa assim... Tal, tal... Aí a gente fecha o consenso então nós agimos dessa forma. A gente faz uma pesquisa com eles pra gente ter uma noção da forma que deve ser organizado.

A frequência das ações olha, se você olhar ali naquele cronograma você vai ver que é quase que quinzenal sempre tem uma atividade. Por exemplo, nós iniciamos esse ano a primeira semana todinha foi... Um dia foi falar sobre a questão da água, um dia foi sobre energia, outro dia foi sobre as regras da escola, as normas disciplinares da escola, então a cada dia... Fizemos um questionário de sondagem já com os alunos logo no início do ano, o que eles pensam da escola o que eles queriam, o que eles... Assim... A gente já se organiza assim, tá, e em cima disso a gente vai desenvolvendo as ações no decorrer do ano. Se houver a necessidade de replanejar, a gente replaneja. Olha isso não da para acontecer agora nesse período. Podemos remarcar? Podemos. A gente não amarra. A gente faz um planejamento para que a gente possa ter um norte, tá, mas se eu tiver que mudar uma data de uma culminância de uma atividade, sem problema; olha isso não deu tempo. Teve prova de português, tem Saerj, tem que fazer matemática... Sem problema. Mas todos os professores apresentam uma atividade do projeto, alguma coisa. Todos os professores, tá. Todas as disciplinas.

13- **As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?**

Olha de certa forma, sim. Eu acredito que sim. Como eu falei: eu acredito; então quando eu passo pra eles, eles sabem que eu acredito. Eu acho que o fato de eu acreditar talvez por ter vivido, né, como eu te falei (se referindo ao avô negro). Eu acho que isso dá um peso, entendeu? Quando a gente joga pra eles, eu jogo porque eu acredito, eu jogo com paixão e eles sabem disso. Então eu acho que as minhas ações, lógico que às vezes... A gente não é perfeita... A gente tem as nossas falhas, nossos erros, as vezes eu tenho que repensar, eu tenho que refazer, as vezes quando não sai da forma como a gente gostaria mas eu tenho certeza que quando eu passo pros meus professores eu não vou dizer 100% mas que a maioria executa... Executa porque a gente vê o resultado pregado nas paredes do colégio. A gente vê essas ações refletidas nas atividades no convívio deles. Às vezes no modelo de avaliação que eles

entregam, no contrato didático que eu estabeleço com eles. Eu peço que eles façam um contrato didático com as turmas. Cada professor estabelece o seu com as turmas da forma que ele vai trabalhar isso eu me esqueci de falar: é uma das ações também da escola. Então assim... O que é legal porque você põe a família a par de como o professor trabalha, né; então eu acredito que as ações elas são atingidas, sim e... Não é só o negro. Eu acho que... Não sei... Isso pra mim é muito tranquilo. Eu não tenho... Pra mim é natural... A gente costuma dizer por que a minha irmã também é igual... O meu avô, né, porque o meu avô era negro e a minha avó era branca de olhos azuis e minha irmã é... Branca de olhos azuis e o meu cunhado é um negão, como ele fala, né, eu sou negão (rindo); então eu acho que isso já tá mais que internalizado, né, eu acho que isso a gente lida com muita tranquilidade, né. Eu tenho dois sobrinhos: um é bem mulato da bunda bem rechonchuda, né, e o outro é um moreno, um mulatão lindo meu sobrinho... Então quer dizer... Pra gente isso... Você trata com tanta naturalidade que não tem diferença e eu acho que isso é legal por que... Eu acho não, eu tenho certeza que quando eu passo qualquer coisa para os professores, eles cumprem bem. Já está internalizada.

14- **Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?**

Olha de certa forma, sim. Eu acredito que sim. Como eu falei: eu acredito; então quando eu passo pra eles, eles sabem que eu acredito. Eu acho que o fato de eu acreditar talvez por ter vivido, né, como eu te falei (se referindo ao avô negro). Eu acho que isso dá um peso, entendeu? Quando a gente joga pra eles, eu jogo porque eu acredito, eu jogo com paixão e eles sabem disso. Então eu acho que as minhas ações, lógico que às vezes... a gente não é perfeita... a gente tem as nossas falhas, nossos erros, as vezes eu tenho que repensar, eu tenho que refazer, as vezes quando não sai da forma como a gente gostaria mas eu tenho certeza que quando eu passo pros meus professores eu não vou dizer 100% mas que a maioria executa... Executa porque a gente vê o resultado pregado nas paredes do colégio. A gente vê essas ações refletidas nas atividades no convívio deles. Às vezes no modelo de avaliação que eles entregam, no contrato didático que eu estabeleço com eles. Eu peço que eles façam um contrato didático com as turmas. Cada professor estabelece o seu com as turmas da forma que ele vai trabalhar isso eu me esqueci de falar: é uma das ações também da escola. Então assim... O que é legal porque você põe a família a par de como o professor trabalha, né; então eu acredito que as ações elas são atingidas, sim e... Não é só o negro. Eu acho que... Não sei... Isso pra mim é muito tranquilo. Eu não tenho... Pra mim é natural... A gente costuma dizer por que a minha irmã também é igual... O meu avô, né, porque o meu avô era negro e a minha avó era branca de olhos azuis e minha irmã é... Branca de olhos azuis e o meu cunhado é um negão, como ele fala, né, eu sou negão (rindo); então eu acho que isso já tá mais que internalizado, né, eu acho que isso a gente lida com muita tranquilidade, né. Eu tenho dois sobrinhos: um é bem mulato da bunda bem rechonchuda, né, e o outro é um moreno, um mulatão lindo meu sobrinho... Então quer dizer... Pra gente isso... Você trata com tanta naturalidade que não tem diferença e eu acho que isso é legal por que... Eu acho não, eu tenho certeza que quando eu passo qualquer coisa para os professores, eles cumprem bem. Já está internalizado.

15- **(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas? A palavra é sua.**

Bom, eu acredito muito na educação, né. Tem horas que a gente se decepciona a gente fica meio injuriada com as coisas que vão acontecendo, mas eu acredito ainda realmente que a educação ela pode mudar... Nós conversávamos sábado aqui com as meninas que a gente tem momentos de reflexão pedagógica aos sábados, então a gente senta porque são menos alunos e eu tenho intervalo aí a gente vai conversando... aí eu perguntei pra elas assim: gente na educação nós temos duas... nós podemos ser, escolher ser dois animais ou nós somos a galinha ou nós somos o porco. O que vocês querem ser? E eles falaram por quê? Não. O porco nos dá o bacon, a galinha nos dá os ovos. Eu adoro um ovo mexido com bacon e você? Ah, eu também! Quem gosta de ovo? Quem gosta de bacon? Aí eu comecei a perguntar brincando com eles aí eles começaram a falar por quê? Eu falei não. Porque a galinha ela é envolvida, mas o porco ele é comprometido. Ele da a vida pra você ter o bacon; então você quer ser o quê: o porco ou a galinha? Você quer se comprometer ou você quer estar só envolvido, né, então assim... eu acho que o que esta faltando mais nas pessoas é esse comprometimento real enquanto educador, enquanto pessoas, sabe, enquanto pessoas mesmo porque eu percebo que as pessoas entram muitas vezes na educação, usam a educação como trampolim pra algo pessoal, entendeu, ou uma questão de politicagem. Que pra mim não é política, é politicagem ou uma questão de vontade, de desejo, uma questão interna das pessoas... não sei... síndrome do pequeno poder, entendeu. Aquela coisa de querer mandar... não sei. Eu acho que hoje a educação ela sai perdendo muito por essas questões. Eu acho que as pessoas estão precisando acreditar mais na educação. Acreditar no potencial que eles enquanto professores entram numa sala de aula e eles conseguem transformar. Infelizmente, o Brasil ainda não conseguiu... a nossa política ainda não conseguiu perceber efetivamente o que que é a educação. A gente observa no Canadá e em outros lugares aí que você vê que eles investem efetivamente no profissional da educação e aqui a gente apenas é mais um. E... enquanto as pessoas não tiverem essa visão fica meio difícil. Eu falo que eu já estou mais pra lá do que pra cá, eu to quase na minha linha de aposentar, mas assim... eu brigo pela educação, brigo direito dos alunos, brigo pelo direito do professor, mas tem hora que a gente dá uma desanimada, sabe (voz cansada). Eu estou bem desanimada, mas eu acho isso legal quando a gente percebe que as pessoas estão tirando já... tem a sua pesquisa de mestrado é... estão tirando essas idéias, essas coisas... vindo pra escola, né, e começar a mexer porque as pessoas ficam com medo até de responder. Ai eu tô falando certo, tô falando errado, né, então... não existe certo. Assim... eu to falando a minha posição, o que eu penso, no que eu acredito. É lógico que você vai encontrar outras pessoas, mas se as pessoas tivessem na educação pelo menos, o acreditar na educação a gente já estava com meio caminho andado, mas infelizmente as pessoas as vezes estão na educação, muitas das vezes não são da educação. Vêem a educação assim: ah, eu vou conseguir trabalhar.

ENTREVISTA E-03

Escola	Entrevistado	Função	Data	Duração
EM -03	Leo	Orientador Pedagógico	14/05/2015	22 min.

1. Como você ingressou na área da Educação?

Eu já trabalhava primeiro na área da saúde, trabalhei onze anos. Trabalhava na secretaria de saúde, educação sanitária então era comum a gente... Tinha um programa de educação continuada na secretaria de saúde eu coordenava esse projeto e a partir dali fui tendo uma ligação maior com a educação devido a alguns cursos que eu fiz eu fui chamado pra dar aula de educação religiosa e isso me motivou a trabalhar na educação propriamente dita iniciei um curso de ciências biológicas. A partir desse curso fui me especializando em algumas áreas e entre elas a formação pedagógica a que me estar aqui hoje como O.P mas essa transição foi tranquila veio acontecendo ao decorrer dos anos e eu me identifiquei com a educação e acho que aqui é realmente aonde eu deva trabalhar, onde eu devo estar pelos melhores resultados.

2. Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

A minha formação inicial foi em ciências biológicas mas continuo participando constantemente em formação continuada já fiz algumas especializações, curso de extensões... na ultima vez que eu contei já tinha mais de 200 cursos de extensão nas mais diversas áreas. Estou sempre buscando, né, depois da graduação de biologia já fiz a pedagogia quase concluída, graduação em física, fiz cursos na área de administração sempre buscando atender a minha demanda. O mestrado também já iniciei, né, ainda falta concluir a maior parte dos créditos já estão acabados e pretendo continuar essa linha do mestrado inclusive agora no processo para a educação especial.

3. Quais suas atribuições na escola em que atua?

No momento eu estou como orientador pedagógico do 4º, 6º e 7º anos e há uma possibilidade de ser O.E da EJA nos anos finais.

4. Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

com a educação especial e a educação, né, inclusiva de modo geral, né, com a diversidade eu acredito que sim. Tanto na graduaçao, na primeira graduação foi trabalhado a questão de gênero, a questão da educação esepcail propriamente dito depois com as formações continuadas já participei de congressos, participei de seminários, oficinas... na época ainda da secretaria de saúde... muito essa parte da diversidade, feiras municipais de saúde sempre trabalhava esse assunto. Então é um assunto que eu posso dizer que hoje em dia eu posso dizer que eu tenho uma segurança de trabalhar.

5. **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

A escola pode ser inclusiva. Desde que as pessoas que nela trabalha entendam que cada ser humano é único que você não pode padronizar, criar estereótipos para com teu aluno. A partir do momento que a escola entende que a escola existe por causa do aluno e que não existe escola sem o aprendizado do aluno tudo é possível. Eu acho assim... a escola tem que se adequar. Ficar culpando o governo, colocando a culpa no outro não vai resolver o problema da inclusão. A inclusão existe e os professores têm que fazer a diferença.

6. Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

sim. Eu venho já pesquisando e desenvolvendo ações nesse sentido para para estar divulgando a história, né, do negro. A história do negro americano... também, né, com as atribuições que eu já tive como professor também a religião, a cultura do negro principalmente aqui no Brasil como também da África.

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

Conheço a lei que instituiu, né**.** O ensino de história e cultura afro em todos esses segmentos da educação.

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004

sim. Através dos pareceres, né. Alguns deles instituídos pela superintendência regional aqui do estado do Rio de... Tanto também de materiais, né, de ONGS que fazem essas [oficinas]... Como ensinar nas escolas.

6.3 - Lei de cotas nas universidades publicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Conheço. Dentro das políticas afirmativas já tenho conhecimento a respeito disso.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

não. Entre os pareceres específicos... eu conheço alguns pareceres específicos da legislação mineira que institui, né, a obrigatoriedade inclusive faz parâmetros curriculares estaduais, bem como apostilas, material didático, orientações pedagógicas, cursos de formação amplamente amparados pela legislação mineira. No Estado de Minas.

7 - A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

A lei ela dá um bom embasamento, mas só a lei, não. Eu acho assim, não basta se criar uma lei para falar como deve ser a educação, qual o caminho a se fazer. Acredito que o melhor caminho para ser cumprido é através de informação, conscientização. Você mostrar para os profissionais, eles fazerem parte, ver que aquilo realmente é importante. Se os professores não ver significado na lei, não ver significado e porque fazer essa ação, ele não vai fazer. E se for uma coisa muito automático os próprios alunos não vão ter essa consciência. Eu acho que o

melhor caminho é a conscientização, é a educação para se reconhecer a importância desse ensino.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Acredito assim... o melhor caminho é você entender que o negro faz parte da formação brasileira. È você negar que o negro esta na sociedade que ele é igual a qualquer outro é um erro. A partir do momento que você entende que o negro... Você não precisa classificar como uma raça diferente porque todos somos iguais. Somos cidadãos de direito. Isso é o melhor caminho. Então a gente trabalha aqui na escola valorizando toda a diversidade, seja o negro, seja o indígena, seja o não negro. É justamente falando que todo mundo... Todos temos valores e todos os valores devem ser respeitados. Com relação ao negro existe, né, um déficit histórico de negação da sua cultura. Então realmente vale a pena, né, dentro de essa estimativa a gente buscar esse resgate de valorização das suas tradições, da sua cultura. Eu acredito que quando... Dentro da minha pratica profissional a gente promove uma reflexão com os professores para estar repensando e valorizando essa cultura que é rica, acredito que nós estamos no caminho certo e que essas práticas devem ser incentivadas para ate mesmo o próprio aluno se reconheça como cidadão de direito e que possa ter uma vivencia plena realmente como qualquer um se desenvolvendo e sabendo da sua cultura.

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Há um tempo ele realmente se dava pontualmente. Era o professor de história que ficava lutando na escola para se debater esses assuntos e os outros professores realmente não se interessavam em nada por esse assunto; mais uma vez eu falo a importância de você envolver toda a equipe; o que eu chamo de transversalidade porque é a partir do momento que esses assuntos é trabalhado transversal assim foge à caixinha de cada disciplina realmente você trabalha de forma mais completa o assunto. Você pode explorar cada riqueza do tema. Isso é o que é importante: a transversalidade e não simplesmente ser isolado. E a escola vem conseguindo isso através desses projetos. Então através dos projetos esses assuntos, eles sempre são abordados em diferentes épocas do ano. Lógico que em novembro tem uma ênfase especial, mas a intenção é que não se estude apenas em novembro esse assunto, e sim, no decorrer do ano em todas as disciplinas de uma forma integrada.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Eu acredito assim... Que você possa trabalhar a diversidade como um todo. Pro brasileiro se reconhecer como um país de diferentes culturas, diferentes costumes, diferentes religiões. E que todos são importantes. Você não trabalhando que uma cultura é superior a outra e sim que cada cultura são diferentes e a legislação vem atinando para você realmente se trabalhar com os temas que eram esquecidos pela escola, mas... como eu já falei, não basta ter a lei. Eu acho que você deve realmente educar que isso é importante independente se se tem uma lei que te obriga ou não você a fazer isso para que possa nascer também do profissional a vontade de fazer diferença, a vontade realmente de se trabalhar o tema que é importante para a formação

dos valores. E dentro das politicas acredito que todas as culturas são importantes de ser trabalhadas porque negar também as outras culturas e focar exclusivamente a cultura negra também seria um erro.

11- Quais são os limites e as possiblidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Na verdade assim... É, não creio que haja um limite. O limite seria por exemplo, você ter que trabalhar esse conteúdo, né, na escola de forma integrada. É nos vários níveis da educação, mas não negando a riqueza da cultura brasileira como um todo. Você vai trabalhar a cultura do negro, mas também a cultura do índio, dos demais povos que fazem parte da formação do Brasil. Você negar que houve orientais também aqui na nossa cultura, ou negar que isso foi importante para a formação do povo brasileiro é errado. Então acredito que as possibilidades dessa lei é realmente você abordar um assunto que andava esquecido que a cultura que é todo poder que tinha por atrás de uma cultura de massa que o negro não é importante e que as suas tradições eram inferiores ao do branco. Isso que nós temos que mudar. Que não há uma cultura dominante. Isso que eu acredito.

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual; b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização? d) frequência das ações?

As ações elas são planejadas dentro da proposta curricular da escola pra ser trabalhadas em todas as disciplinas no decorrer do ano. A ideia é que todas as disciplinas num determinado momento ela vai estar enfocando esse assunto de um modo geral e que temos algumas datas pontuais também que são os projetos maiores. Entre esses projetos tem a semana da consciência negra que é um dos projetos que já vem sendo construído ao longo dos anos e que a cada ano ele se amplia mais cada vez pontuando uma área dentro da cultura negra e a intenção é que não fique também só nessa semana. Simples, que todo aluno sabe que estudar, valorizar as tradições é uma coisa constante e não existe uma data para estudar e uma data para terminar. É de acordo com a demanda que surge, você aproveita essa oportunidade e seja através de normal na aula, seja através de projeto especifico e vá trabalhando esse tema no decorrer do ano.

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Há um certo tempo atrás ficava basicamente para o professor de história. Hoje em dia e uma coisa da escola. A escola já vem se organizando através dos EPs que são os Encontros Pedagógicos. Então o grupo em conjunto vão propondo e sugerindo ações para serem desempenhadas e ate mesmo estar elencando as prioridades para aquele ano. Um ano pode-se dar uma ênfase às danças, outro ano às religiões, um ano às tradições de um modo geral. Então assim... Essa ênfase é coletiva. Todo o grupo participa junto, em especial nos EPs, nos Encontros Pedagógicos.

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Eu acredito que sim porque até então o negro era tido como inferior. É... as escolas de um modo geral que faz concurso de miss, concurso de beleza geralmente eram mais pessoas

brancas, né, que participavam desses desfiles e que eram premiadas as rainhas dos bailes. Não se tinha representante negra nesses eventos. Quando tinha era ainda aquele negro meio em forma de caricatura. Não reconhecendo a beleza em si, mas entravam como para ser o diferente, causar um impacto negativo ali da sua imagem. Hoje em dia você vê que não. Que existe toda uma cultura. Uma cultura bela, uma cultura que é valorizada e os alunos negros não se sentem mais é... Menos que alunos não negros. Lógico que ainda temos uma população carente de alunos que até mesmo no cunho social nem tanto racial, ainda se sentem inferiores. Não sentem perspectivas ainda de assumir os mesmos cargos que o branco assume, mas os avanços são nítidos. É possível observar que há uma valorização não só pela beleza, mas também pelos debates que são promovidos. Debates temáticos aqui na escola em que o negro fala assim: eu posso participar, minha cultura é igual a qualquer uma. Eu posso professar aquilo que eu acredito que não é uma cultura inferior. Eu não tenho que me esconder porque a minha cultura é diferente. Eu acredito que houve muitos avanços, sim. E esses avanços tendem a aumentar.

15- (Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas? A palavra é sua.

Na verdade é só pra gente estar fechando esse assunto. É o assunto da inclusão do negro na escola. É um assunto pertinente, é um assunto atual. Entendeu? E se faz necessário trabalhar esse assunto porque a nossa cultura é a cultura do negro então aos poucos a gente vai nos reconhecer, valorizar o que é nacional. A gente sempre acredita que a cultura do outro é mais importante e não nos reconhecemos como cidadãos e temos direitos. E como reconhecer isso? Nos conhecendo. Toda vez que nós nos conhecemos, nós podemos decidir mais. Exigir da mesma forma uma educação melhor. Ter acessos a uma saúde melhor; aos meios sociais melhores. Tudo isso é pertinente. Essa valorização da cultura nas escolas é fundamental porque é na escola que você inicia essa questão de se trabalhar em sala. Acredito que a sociedade ainda precisa avançar em muitos assuntos, mas a escola pode fazer a função que cabe a ela. Por que a escola também é social. Se a gente não... Enquanto não se socializa... Então eu acredito que investir nessa formação de exclusão do negro, reconhecer como esse processo acontece e o efeito que isso está causando na sociedade realmente é pertinente para que novas ações possam ser planejadas e inclusive também com outras demandas.

ENTREVISTA E-04

Escola	Entrevistado	Função	Data	Duração
EM -04	Rosa	Orientadora Pedagógica	19/05/2015	22 min.

1- Como você ingressou na área da Educação?

ingressei na área da educação... eu já dava aula em casa quando eu estava no meu 9º ano pras minhas colegas que tinham dificuldades e eu tive uma boa sorte de ser uma aluna modelo e eu gostava muito da aula e me espelhando nos professores que eu tinha. Eu terminei o magistério com 17 anos.

2- Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

minha formação inicial é o magistério, né, o antigo normal em 1980 e fiz Letras, Pedagogia, Psicopedagogia clinica e institucional. Todo ano faço curso de atualização. Esse ano estou fazendo uma pós em políticas publicas e estou fazendo o curso de conselheiro municipal e atualização em terapia holística.

3- Quais suas atribuições na escola em que atua?

Sou orientadora pedagógica do turno matutino.

4- Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

no magistério eu tive uma disciplina chamada IAE atendimento a criança especial naquela época. Eu entrei no Estado em 1986, trabalhando com classe especial. Foi a minha primeira experiência de regência de turma, fiquei dois anos e por isso que eu fui buscar, fazer psicopedagogia, fazer terapia e ainda sinto necessidade de estar estudando porque é importante a inclusão mas que a gente faça essa inclusão acontecer realmente na pratica. É preciso outras estruturas e mais estudos.

5- Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?

o direito de todos a escola é importante, a socialização, a convivência, mas não podemos deixar de dar o direito tambem a diversidade quando ele necessita da especialização; então estar na escola regular é importantíssimo assim como estar nos seus momentos de especialidade. É preciso ampliar o atendimento para essas crianças e não apenas fingir que estamos trabalhando as suas necessidades. A escola publica, laica, para todos é importante mas é importante que uma criança com deficiência auditiva a nível de necessidade de aprender a linguagem de sinais que o tenha assim como baixa cognição. A psicopedagogia e outros profissionais existem então existem porque eles precisam; então é direito deles.

6- Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

Eu como militante do movimento negro em (19)86 fui um dos que escrevemos a legislação e lutamos pela implementação desta lei... Os agentes de pastoral do negro. A promoção da igualdade racial tem sido e é uma das questões que nós avançamos e precisamos ainda reconhecer e ajudar a fazer a releitura da história do Brasil porque ainda temos muitos professores, muitos profissionais que desconhecem a verdadeira história do Brasil.

6.2- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004**

Nesses 20 anos de magistério já participei de dois cursos de história da África e alguns professores participaram e existe uma situação muito complicatória que ainda se faz uma exclusão sobre as matrizes africanas e religiões de matrizes africanas... tanto o docente quanto também os pais. Não é um tema fácil de se trabalhar porque há discriminação, o preconceito ele existe e ele é forte seja discriminar é uma coisa, ter preconceito racial é outra

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Assim como as outras cotas, né, a gente sabe que os militares deixaram pras suas filhas... tiveram cotas salariais. Existem varias cotas no Brasil que nunca foram questionadas. A cota para os indígenas e a população afrodescendente é muito mais do que legitima porque o direito a educação só foi a partir de 1930 e o que nós da comunidade negra, nós professores digamos que somos professores inclusos também (se referindo a si mesma, professora negra), abordamos é que o ensinar, o aprender se faz necessário a gente entender que esse processo de cotas não é um processo de "coitadinho". É buscar dar uma qualidade de ensino igual; nós ainda temos necessidade de fazer os nossos pré vestibulares sociais. Aí fica uma pergunta por que? Se nós temos os mesmos... temos a legislação e ainda a comunidade negra para estar inserida num curso superior precisa dos vestibulares sociais?

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

você falou da promoção da igualdade racial, o Estatuto da igualdade racial você o conhece?

7- A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

A lei ela oculta uma luta como eu disse, de uma classe, de um movimento organizado no Brasil e para legalizar aquilo que está ainda não sendo atendido. Agora só a lei não garante, não. O que nós precisamos é estar sempre buscando dar competências e habilidades principalmente no setor da educação para que esses profissionais possam realmente conhecer e ter condições de estudar sobre o assunto e os cursos de história da África desenvolvidos valendo a... horas... que foram realizados por causa da legislação instantânea; os cursos instantâneos não forma um profissional para trabalhar com esse tema, para trabalhar com qualquer tema de ensino. Nós precisamos de coisas mais sérias, precisamos de ações mais... Ações afirmativas mais canalizadas e voltadas para aferir, para instrumentalizar e avaliar.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Olha com os professores... tem uns professores aqui que já fizeram a história da África e esse ano eu recebi um grupo de professores concursados que vem assim de uma etapa da mudança do próprio currículo, né, na universidade que a gente ganhou um pouco; então há uma facilidade de eles buscarem nas datas. A gente quer sair de datas: 20 de novembro, a gente quer sair de 13 de maio, dia 21 e trabalhar no dia-a-dia e trabalhar o currículo oculto. Nós tínhamos... Temos assim um avanço por que... Principalmente é interessante porque nós temos assim... Eu sou uma orientadora negra, uma orientadora pedagógica negra. Assim como eu vejo, né... sinto a diferença como terapeuta. Trabalho em clínica, uma medica, né, uma negra. E na escola nós temos um número muito interessante de professores negros e a orientadora educacional. Isso faz uma diferença muito significativa. Não que nós queiramos fazer um apartheid, mas a mesma coisa que eu falo a criança inclusa quando ela encontra com uma professora que tem ou... um familiar ou que vive a inclusão mais próxima ela tem mais experiência; então ela tem uma experiência não só o emocional, cultural e nós temos assim... uma maioria que também uma resistência também devido a situação porque quando você vai fazer um culto ecumênico as religiões de matrizes africanas elas não são bem aceitas. A escola ainda tem uma dificuldade em trabalhar essas questões. Até de vamos dizer assim... Vamos ver as contribuições que o negro tem na parte das plantas, né, então aí, aonde que a gente vai buscar aquela sabedoria popular? Ah, a gente vai buscar assim como vou buscar na minha avó, na minha bisavó, a mãe de santo, né, não é uma questão de buscar práticas religiosas. Assim como dentro da escola eu encontro santas, imagens de santas, mas eu não posso trazer nenhum pai de santo para fazer uma palestra.

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Projetos isolados e quando há. Interessante que alunos que estão fazendo capoeira, alunos que estão participando do movimento negro eles é que estão dando um toque na gente. Eles é que tem chegado a mim, chegado a orientadora dizendo: oh ta tendo problema lá, eu fui... É discriminação mesmo professora. Então de sexto ao nono ano a gente tem um trabalho assim diferente, de conscientização de representante de turma e é interessante que na verdade que é que puxa o projeto. A gente tem conseguido. A gente vai lá, o aluno buscar e o professor... Como eu disse tem muitos professores que são militantes do movimento negro. Então este ano está muito melhor.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

É esse... É o grande entrave que nós estamos querendo discutir. Nós temos uma secretaria de promoção da igualdade na prefeitura e que a gente não conhece quem é a pessoa que está lá. Então a educação a nível de sistema governamental a gente tem a nível nacional as Diretrizes. A gente tem uma secretaria Assepir, mas quando ela chega a nível de município... O município tem a sua autonomia a gente encontra barreiras porque vai tudo no bojo do cultural... cultural na verdade as nossas experiências são os professores que buscam no seu isolado aprender, fazer cursos, né, de pós graduação, de mestrado. Aquele que vai buscar por conta própria, do seu salario, seu dinheiro é que acaba fazendo um trabalho. Então nós temos

assim uma cobrança a fazer, né, que politicas afirmativas são essas se elas não... dentro de municípios a obrigatoriedade ou parâmetro referencial é nacional, mas os conselhos municipais e os setores de sistematização de lei e de ensino não aplicam o que o MEC e as Diretrizes Nacionais encaminham.

11- Quais são os limites e as possiblidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Limitar um conhecimento, vamos dizer assim... A lei ela vem dar um amparo para que se faça porque tem resistência a fazer. Muitas pessoas não... Resistem ainda. Existem porque eu já oportunizei trabalhos sobre Hitler, trabalho sobre a II Guerra Mundial, em projetos... E quando a gente vai dizer assim: então agora no próximo bimestre a gente vai ter então 20 de novembro ou trazer a temática de história. A história da África, aí o que nós vamos fazer? Nós vamos trabalhar Zumbi, vamos trabalhar a África? E na verdade fica aquela matéria para 4º bimestre. Ah! Não deu tempo de trabalhar a África porque teve muito feriado... Então se não tiver realmente uma capacitação, um trabalho em nível de rede, em nível de escola, de polos... Nós não atingiremos. Enquanto por exemplo: se não tiver uma orientadora que seja militante do movimento negro ou que seja uma pessoa que está junto às organizações não governamentais trabalhando a cultura negra, a cultura afro, a cultura indígena as escolas vão fazer simplesmente uma festa. E trabalhar história afro-brasileira, afrodescendente e indígena não é só pintar de índio. Não é pintar a criança e fazer comidas típicas. Tem gente fazendo comidas típicas, fazendo festa e dizendo que trabalhou a história afro-brasileira. E aí?

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual; b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização? d) frequência das ações?

Tempo para planejar dentro de escola é... Nos 200 dias letivos... Eu vou falar pra você que é assim impossível. A gente tem os TDs (Tempos de Estudos) e os TDs não são TDs fixos e não TDs que a gente consegue estar com todos os professores, né, cada... Há uma rotatividade muito grande. Então a gente faz isso em momentos assim... pega no inicio do ano sem aula e elabora assim... O que que a gente... Vai ser o norte principal. Esse ano nós tiramos... Continuamos né. Com o meio ambiente com uma vertente de agua por causa do problema da água e aí a gente coloca como a matriz africana estaria... lida... como os nossos antepassados africanos, indígenas lidavam com essa água, como a comunidade negra hoje esta inserida nessa situação dos muitos problemas da água. E na verdade não existe um trabalho que a gente chama de sistemático que seria o projeto do ano da escola, mas alguns professores em alguns momentos são... Voltam em datas cívicas e a gente tem a grande preocupação... Todo mundo lembra dia de Zumbi: capoeira, festa e comida africana. Dia 13. 13 de maio não é nem pra festejar, pelo contrario, né?

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Como eu havia falado né, ela filtra transversando com o tema, o eixo central de um projeto. Nosso projeto esse ano é a água e a gente vai entrando, vai verificando como a comunidade indígena e negra de ontem e de hoje esta lidando com esse assunto. Por exemplo: porque falta mais água no centro ou na periferia? Na periferia eu tenho mais negro ou mais branco? Por que a maioria das pessoas que moram na periferia se você for olhar qual é... Não é a cor da

pele. Se você for olhar qual é a etnia desse povo que mora nos subúrbios, nas periferias com certeza você vai ver que são muitos descendentes afro-brasileiros e indígenas.

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Com certeza porque hoje nós temos né... Ser negro hoje é muito mais visível a pessoa querer dizer que é negro. Nós temos uma facilidade hoje de ser aceito, né, um penteado, uma trança, um jongo, uma capoeira... e a conquista que se faz em termos culturais ela tem um reflexo na autoestima. Ela tem um reflexo na parte emocional. Agora, a gente esta com um problema porque as pessoas estão caracterizando a cota como baixa. Baixo desempenho. Como facilitador. É a dualidade que existe. Existe vencer e perder e a gente não vai dizer que nesse momento foi uma solução que ela é para a eterna vida, mas que ela é necessária e de direito, né?

15-(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas? A palavra é sua.

Eu acredito que... eu fico feliz que você tenha me convidado para fazer parte dessa pesquisa, do seu trabalho e convidar você pra que esteja aqui. Nosso trabalho é bem próximo. Boa Sorte. Nós recebemos muitos alunos de vocês então que a comunidade... Nova Esperança e Boa Sorte é uma comunidade de maioria negra e a gente esteja junta pra fazer algumas atividades que possa promover mesmo essa... Superar essa questão da discriminação e da baixa estima. Parabéns pelo seu trabalho. Obrigada.

ENTREVISTA E-05

Escola	Entrevistada	Função	Data	Duração
E.M - 05	Celia	Orientadora Pedagógica	20/05/2015	22 min.

1. Como você ingressou na área da Educação?

Eu estudava num colégio particular como aluna bolsista e lá a única opção que eu tinha para o ensino médio que na época era o 2º grau era fazer o magistério. E então fiquei. Comecei a fazer o magistério porque era a única opção. Fazendo o magistério, logo no 1º ano do magistério eu tive a oportunidade de participar de uma palestra com a professora Nilda Teles do Rio e ela falou de educação de uma maneira tão positiva que me encantou, né, o quanto que a educação poderia mudar o mundo. O quanto a gente poderia fazer a diferença pela educação. Eu achei que aquilo era o que eu queria. Então foi assim... Terminei o magistério, fiz faculdade de educação na área da pedagogia e continuei estudando nessa área.

2. Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

Eu participo né. Assim, eu fiz magistério, fiz o curso normal. Depois fiz pedagogia com habilitação para deficientes mentais. Depois fiz as pós e continuei fazendo minha formação e continuei sempre lendo, participando de congressos, seminários, e sempre me aprimorando.

3. Quais suas atribuições na escola em que atua?

aqui eu sou orientadora pedagógica. Como orientadora pedagógica meu papel: orientar os professores; então toda a... o planejamento da escola, das atividades, das ações passam por mim. Não só sob a minha orientação, mas também o controle e a avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas pela escola.

4. Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Sim. Eu fiz faculdade de magistério para deficiente mental. A gente falava basicamente... é lógico que lá no inicio... a gente ainda não tinha... Quando eu fiz faculdade a gente ainda estava lá discutindo a questão da integração ainda não se falava de inclusão, né, e essa formação veio continuando e veio acompanhando a mudança da educação e a mudança dos discursos, né. Nós saímos de um paradigma que tinha lá como filosofia a questão da integração, hoje estamos vivendo a inclusão e a minha formação veio me dando subsidio, aporte teórico para lidar com essas questões.

5. **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

Sempre. Eu respeito a diversidade. A escola não é única. A escola é um todo. Como diz a metáfora do caleidoscópio, né, ela é formada de pequenos grãos coloridos, lindos, belos, mas diferentes que se complementam.

6. Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

na questão 6.

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

É aquela que torna o ensino é... Das questões relacionadas ao negro obrigatório no currículo? É isso. O que eu sei é isso. Que ela torna obrigatório o ensino no currículo.

6.2- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004**

Essa também eu vi. Já tive oportunidade de ler, até porque aqui eu sou orientadora pedagógica na outra escola eu sou professora. Eu tenho uma outra matrícula numa outra rede como professora. A gente conhece para poder ver como é que a gente pode trabalhar com essas questões de maneira transversal.

6.3 Lei de cotas nas universidades publicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Eu conheço a lei de cotas, já sei dela então... Apesar de que eu sou contra. Eu acho que todas as políticas afirmativas em termos de universidade e tal é... No Brasil eu acho que a primeira coisa de cota que deveria ser é para a pessoa pobre, que é ela que precisaria, né, independente da cor. Porque se nós formos olhar no Brasil todos nós temos um pé na África. Todos nós. Nós somos um povo miscigenado. Não somos um povo puro, né, assim... mesmo eu que tenho essa pele assim branquinha, quase transparente que quando toma sol fica roxa é... Eu tenho uma avó negra que foi escrava, uma bisavó negra que foi escrava. Uma outra avó, uma outra bisavó índia pega a laço pelo português com quem ele teve filhos. Então, nós somos um povo de miscigenação. Agora a grande questão não está em relação ao acesso a cultura, ao acesso aos bens, à questão econômica; então para fazer a diferença eu acho que nós deveríamos atrelar então a questão etnicorracial com a questão socioeconômica porque só etnicorracial eu acho muito pouco para as questões afirmativas. O que nós deveríamos fazer é inverter a pirâmide então nós teríamos que trazer a população mais desfavorecida para dentro da universidade para acesso a informação e cultura.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Todas as Diretrizes, por exemplo, as Diretrizes da educação infantil ela trás uma parte específica sobre o negro, sobre o índio, né. Então assim... Nas diretrizes dos outros segmentos tem capítulos específicos sobre a questão etnicorracial e sobre a questão indígena.

7. A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

Não. Só ter uma lei não garante nada. Se a escola não se propõe a fazer um trabalho diferenciado é... por projetos, por planejamento... uma outra discussão, ela fica só sendo lei que em algum momento do ano se lança alguma coisa nesse sentido, mas isso não quer dizer que mude uma filosofia. Que mude uma postura.

8. Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Aqui, a escola a gente trabalha com projetos. Então nós usamos em alguns momentos do ano alguns projetos trabalhando de maneira transversal com a questão do negro, como a questão indígena, como outros temas também de inclusão, né, essas discussões; então ele é trabalhado desta forma. Então dentro de projetos de forma transversal.

(Desculpa repete a pergunta que eu me perdi aí na...) agora com o primeiro ao quinto acontece esses projetos cotidianamente. De sexto ao nono o professor de ética e cidadania ele faz uma ênfase nessa questão, isso é o papel dele com o professor de história e o professor de geografia. Eles estão atentos a isso. E... também de sexto ao nono também trabalha com projetos sempre com algum tema transversal que... Relacionado com a questão etnicorracial.

9 - A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

A escola trabalha com projetos, mas não são projetos isolados. A escola trabalha... nós tiramos um tema anual e esse tema anual vai perpassar todas as atividades da escola e toda a ação pedagógica. Então esse ano, por exemplo, nós tiramos como tema a cultura da paz. Então tudo o que nós estamos fazendo perpassa por discutir a cultura da paz. E alguns temas são mais próximos da questão da diversidade étnico, outros menos; não em relação ao negro, mas em relação ao índio, por exemplo. A professora da Sala de Leitura esta trabalhando esse ano só com autores indígenas. Por quê? Porque quando a gente fala de cultura da paz um exemplo pra gente é o índio pelo respeito que ele tem à mãe terra. Então nós estamos trabalhando a partir disso, né, mas tem um a turma de um ano de escolaridade que agora eu não sei, não vou me lembrar de qual porque não está diretamente ligado ao meu trabalho, eles estão trabalhando com a questão da violência contra o jovem. Trabalhando com essa questão: qual é o grupo de jovens que mais são atingidos pela violência, estão mais... A característica desses jovens que estão na marginalidade. Eles estão fazendo um trabalho de pesquisa nessa área. Então é lógico que esse grupo está trabalhando com a questão do negro de uma maneira transversal ao projeto deles que é vendo, por exemplo, a maior parte do... fazendo levantamento de estatística, de notícias que saem na mídia vinculando ao assassinato de jovens. Quem são esses jovens que estão sendo assassinados? E é lógico que sempre acaba caindo na questão do negro.

10 – Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Eu acredito muito num trabalho com valores. Eu li um material que diz... Eu to terminando de ler, estudando que é um livro que são alguns artigos de autores que estão defendendo uma questão que eles colocam assim: toda a nossa politica atual, a nossa estrutura de democracia ela parte da revolução francesa que tinha como lema liberdade, igualdade, fraternidade. A liberdade está aí, a igualdade defendida nas leis e a fraternidade foi esquecida, excluída. Nós esquecemos a fraternidade. Quando nós esquecemos a fraternidade o tripé ruiu e aí nós não conseguimos fazer valer uma igualdade porque falta a fraternidade. Então eu particularmente acredito que na hora que nós trabalharmos mais a fraternidade que aí trabalhar a fraternidade

quer dizer, trabalhar mais os valores, o respeito. É... Você mantém o equilíbrio entre liberdade e igualdade, mas enquanto a fraternidade ficar de fora... E aí a gente tiver aí esse capitalismo e todos esses valores positivistas que vieram junto aí atrelados a questão da liberdade nós não vamos ter condições de realmente ter uma politica de igualdade. Uma política de inclusão social porque vai sempre ficar na questão de classe. Vai sempre esbarrar na questão de classe: dos que tem muito, daqueles que não tem absolutamente nada.

11-**Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?**

Os limites... A gente esbarra sempre aqui na escola na rotarividade dos professores que a gente não consegue dar continuidade tanto na formação do quadro e também na continuidade ds atividades. Você faz um projeto, mas no ano seguinte você não consegue aprimorar, aprofundar, nbem dar continuidade a ele. Então essa falta de continuidade na educação de um a maneira geral eu acho que atrapalha muito o trabalho da gente. É ... por outro lado, o desrespeito a vida humana, ao humano, à pessoa tem sido tão grande mesmo quando a gente discute a questão do professor. O desrespeito ao professor, ao que é a educação. Ao ser professor é tão grande que fica muito difícil você falar para o professor: professor, você precisa trabalhar o desrespeito ao negro; e ele não é respeitado. Ele não é respeitado pelas políticas públicas, pelo... Então, assim, a gente fala de um respeito que eu tenho que ensinar, mas ao mesmo tempo eu não recebo esse respeito. Então enquanto o valor humano, à vida humana, os valores humanos, a fraternidade não for valorizada em todos os âmbitos das relações sociais, a escola vai sempre esbarrar nas dificuldades próprias da sociedade. Nas dificuldades que estão fora dos muros da escola porque elas vão entrar em contato dentro da escola.

12-Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual; b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização? d) frequência das ações?

A gente trabalha dentro dos projetos. Aí dentro do... A gente faz um planejamento anual pensando ao longo... Cada grupo que vai trabalhar, quais são os projetos que serão desenvolvidos. A gente tem uma culminância final que é a Feira Integrada onde todos os projetos são apresentados. Os relatórios do que foi feito. E aqueles professores que eu citei, ética história e geografia eles também acrescentam essas questões dentro do seu planejamento anual.

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Ah! A gente organiza por segmento. Num primeiro momento assim... É a escola como um todo porque as grandes metas, as ações elas são pensadas na escola como um todo. Depois tem os pequenos grupos que trabalham e por ultimo a ação individual de cada um. Como é que eu vou participar do projeto? Como é que eu vou me integrar ao projeto?

14-Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Eu acho assim. Eu precisaria ter dados de análise Brasil que eu não tenho, mas eu não sei se isso tem feito tanta diferença assim nas relações. É porque a gente continua ouvindo ainda as piadinhas, as brincadeiras. E hoje as pessoas falam assim: não pode falar isso porque é preconceito. É crime de racismo, mas assim quando eu não faço porque é crime não quer dizer que eu não concorde. Não quer dizer que eu mudei a minha postura. Então eu não tenho certeza se os efeitos da lei ainda... Ou se as pessoas não fazem... Nós tivemos aí há poucos dias uma... Divulgada na mídia uma questão que aconteceu da equipe de ginastica. Não sei se você viu? A equipe de ginastica. Quatro ginastas de ponta, de elite, representantes do Brasil. Três fazendo piadinhas raciais. A questão do branco com o preto com um que era negro. E isso foi divulgado na mídia. E aí eles disseram: não! E depois eles vieram a público e tal. Ah! Foi uma brincadeira, a gente fica junto todo dia. Somos amigos, tal... E o próprio negro antes, ele tinha colocado que ele se sentia discriminado ainda porque ser ginasta ainda não é uma coisa que tenha negro participando e tal. Não é um esporte em que os negros estejam inseridos. Então a partir do momento que a gente ainda tem esse tipo de “brincadeira”, ou então que as pessoas não falam e í dizem assim: não pode falar disso porque é crime. Isso não quer dizer que mudou a postura. E eu não sei se com leis a gente muda essa raiz. Isso que está mais entranhado. Eu acho que se muda com atitudes, não com leis.

15- (Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas? A palavra é sua.

Não.

ENTREVISTA E-06

Escola	Entrevistada	Função	Data	Duração
E.M -06	Taís	Orientadora Pedagógica	03/06/2015	12 min.

- **A parte inicial do questionário não foi autorizada para publicação.**

1. Como você ingressou na área da Educação?

2. Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

3. Quais suas atribuições na escola em que atua?

4. Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Nem sempre. Nem tudo o que está escrito né. Nem tudo que é legislação acaba sendo colocado em prática nos diversos locais em que a gente trabalha. É... Faz parte sim, do currículo escolar do município. É um tema que tem uma abrangência também no livro didático que são trabalhados, mas nem sempre, né. Eu acredito que nem todos os locais façam jus àquilo que é legislação.

5. Você tem conhecimento da legislação referente à inclusão do negro no ambiente escolar?

A escola precisa ser inclusiva, né. E a inclusão de diferentes formas. A inclusão do aluno com necessidades especiais, a inclusão do negro, a inclusão da diversidade.

6-Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

Sim. Conheço

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

A lei 10.639/2013 eu conheço. Inclusive fiz um curso de extensão pelo município de Quatis. Foi uma formação continuada de 100 horas que era justamente sobre os afrodescendentes brasileiros. E aí lá muito foi falado sobre essa legislação e as demais também.

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004

Então... Eu não sei te precisar. Se eu... Nesse curso eu tive acesso a essa legislação. Assim como eu não sei te precisar... Não lembro se foi também se eu tive acesso a lei de cotas nas universidades públicas, mas foi um curso bem amplo. Assim a gente teve grandes aprendizagens lá. De como lidar, de como organizar um currículo com relação a esse tema, a essa inclusão etnicorracial.

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Assim como eu não sei te precisar... Não lembro se foi também se eu tive acesso a lei de cotas nas universidades públicas, mas foi um curso bem amplo. Assim a gente teve grandes aprendizagens lá. De como lidar, de como organizar um currículo com relação a esse tema, a essa inclusão etnicorracial.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s): lei, parecer, resolução, sobre o assunto?

Não. Não conheço

7- A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

Nem sempre. Nem tudo o que está escrito né. Nem tudo que é legislação acaba sendo colocado em prática nos diversos locais em que a gente trabalha. É... Faz parte sim, do currículo escolar do município. É um tema que tem uma abrangência também no livro didático que são trabalhados, mas nem sempre, né. Eu acredito que nem todos os locais façam jus àquilo que é legislação.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Então na nossa escola como a grande maioria são negros, não temos muitas dificuldades pra lidar com essa questão da inclusão. A grande parte dos nossos alunos é negra e a escola faz valer essas questões relacionadas à inclusão quando recebe bem essa criança, quando tem... Nós não temos problema nenhum quanto à discriminação entre eles; pelo menos não que a gente saiba, que chegue ate nós. Os alunos costumam vir, né. Sempre que acontece algo de diferente, algo que incomoda, eles veem ao SOE para conversar com a orientação educacional e pedagógica. Assim, não é um assunto que seja uma pauta nas nossas conversas porque eles não se sentem desvalorizados ou discriminados por causa da cor, por causa da cor do cabelo, por causa dessas questões que envolvem... Então a gente faz valer a legislação a partir do momento que a gente da conta do que é previsto pela rede municipal e quando a gente também enfoca as questões lá que estão nos livros didáticos que são ferramentas, né. Instrumentos que são utilizados pelos professores.

9- **A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?**

Eu acho que é a partir da transversalidade do currículo porque assim, sempre que houver necessidade, se for fora dessas questões como eu falei: ah, o conteúdo é esse e agora a gente vai trabalhar isso. Se houver necessidade, se a gente perceber com certeza vai acontecer essa transversalidade porque o tempo todo a gente lida com as diferenças na sala de aula.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

(Retornando após uma pausa de uns 5 min para pensar na resposta). Eu penso que é receber bem o aluno. Garantir que ele seja respeitado que tenha todos os seus direitos garantidos por lei respeitada. É atuar, se necessário, fazendo intervenções com a turma, com o grupo caso haja algum caso de discriminação. Caso haja algum caso de preconceito, de inclusão... Não, exclusão desse aluno na escola.

11- Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Eu acho que a escola tem que fazer o que é possível e o impossível pra garantir que o adolescente, que a criança tenha os seus direitos respeitados. Os direitos que são previstos em lei respeitados. E a gente trabalha dessa forma, é... Trabalhando a respeito da diversidade, da aceitação do próximo, mediando a aprendizagem a partir do que a sociedade nos coloca e do que esta previsto no currículo. Então sempre durante a prática pedagógica esse trabalho é feito.

12- **Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações**

Eu entendo essa agenda anual como algo que faz parte do que está prevista no currículo, na grade, na proposta curricular do aluno. Então além de fazer parte dessa agenda anual, é... Durante os nossos planejamentos que são bimestrais a gente também trata dessas questões da inclusão. Seja a inclusão do negro, seja a inclusão do aluno especial. Seja a inclusão que for. A partir da diversidade que a gente tem na escola

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Normalmente essas ações são no coletivo, né. Vai haver uma organização específica em pequenos grupos ou individualizada a partir do momento que houver necessidade. Que alguma coisa for apontada. Que algum aluno fizer um registro, alguma queixa e aí sim, o trabalho é feito através também das Sessões Coletivas que a orientadora educacional faz pra suprir a necessidade daquele grupo, daquele individuo.

14- **Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?**

Eu acredito que sim, apesar da gente não ter nenhum projeto voltado pra esse tema. A gente não... Não ter ações afirmativas específicas, né. Porque já faz parte do dia-a-dia, do cotidiano. Nós não temos registro de ocorrências com relação a essa situação de exclusão do negro na escola. Então eu acredito que a forma como a gente está fazendo, a forma como a gente vem trabalhando está dando resultado. A partir do momento que a gente começar a perceber que existem situações que precisam ser resolvidas aí sim, o enfoque vai ser maior.

15- **(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.**

Não. Tudo certo.

ENTREVISTA E-07

Escola	Entrevistada	Função	Data	Duração
E.M -06	Elisa	Orientadora Pedagógica	20/05/2015	12 min.

1- Como você ingressou na área da Educação?

Fiz concurso. Concurso primeiro foi pro magistério. Atuei três anos como professora de 1ª a 4ª. Na época a gente poderia ser nomeada. Fui nomeada a supervisora, não precisava de concurso pra nível superior, né, fui nomeada como supervisora e atuo ate hoje nessa matricula como supervisora.

2- Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

Sempre que possível. Às vezes oferecido pelo poder publico e às vezes por... Particular mesmo. Fiz, foi realizado varias. Fiz pós graduação na área que foi de interesse que foi de letramento e de educação infantil. Minha formação inicial sou professora de 1º ao 5º ano.

3- Quais suas atribuições na escola em que atua?

Aqui eu sou orientadora pedagógica. Só que eu não executo só a orientação pedagógica. A orientadora educacional ela não atua todos os dias então eu acabo executando o serviço da orientadora educacional e o serviço da orientação pedagógica.

4- Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Porque na época que eu estudei... isso eu fui aprendendo ao longo da minha formação porque quando eu estudei não tinha esse componente. A gente não tinha esse componente curricular, né? Não tinha. Não me lembro da matriz ter esse componente curricular. Não tenho esse registro. A discussão era muito superficial. Eu acho que ela avançou nos últimos anos, mas ela não era ponto de discussão.

5- **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

A primeira questão é que a diferença, pra mim, é a beleza da vida, né. Então acho que se a gente aceita a diferença e aceita todo mundo, todos com direitos enquanto cidadão, como agente de direito, né. Aí eu acho que se justifica. Se justifica e é difícil manter essa discussão porque as vezes você enquanto equipe técnica tem que fazer a integração entre uma criança e o corpo docente acha ali não é o lugar dele, então é delicado, mas é necessário porque é o direito dele e é o lugar que ele tem que estar. Ele não tem que estar separado.

6- Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

Sei

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

Sei.

6.2- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004**

A prefeitura de Barra Mansa ela teve um momento que ela teve uma assessoria. Nessa época eu trabalhava lá, a gente tinha muita parceria. No entanto que na... no projeto de Leitura porque hoje eu estou na escola, mas eu fiquei dez anos no projeto de Leitura. A gente coordenava os projetos de Leitura de todas as Unidades da rede. E era uma preocupação nossa. Fazer isso de fato acontecer. No entanto que a assessoria desse grupo pertencia ao nosso projeto. Tinha uma participação no nosso projeto com formação continuada aos professores que atuavam na sala de leitura.

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012

Eu respeito né, mas agora dizer... Eu respeito, sei que é direito, acho que tem que ser... A gente que tem filho, né. Que está prestando vestibular, eles não aceitam muito, né. Ele acha que não tem que ser, mas se a gente for analisar a história percebe que é necessário. Não dá pra fazer esse discurso... É o direito de eles terem a lei, né, mas eu não conheço ela tão a fundo assim. Eu sei que ela existe que efetivamente está acontecendo. A gente tem acompanhado isso, mas efetivamente conhecer e ter trabalhado em algum momento, não. Porque eu dei aula na universidade por alguns anos só que na minha época isso de fato não era lei. A legislação é de quando? 2012, então nessa época eu já tinha saído. Sei que na minha época esse discurso não ocorria.

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Com relação ao que estamos discutindo, não.

7- A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

Não. Ela só por si, não. Porque não adianta você ter a legislação se você não tem a compreensão. E ferir, lei fere, né. Aí você tem a conseqüência de ferir a lei. É obvio que ela é necessária. Ela tem que ter. Você tem que ter o amparo da lei, mas ela só por si ela não... Você tem que dar uma continuidade a essa discussão. Você tem que ter a legislação junto com esse debate, com essa formação de compreensão da necessidade da legislação. Porque o respeito ele tem que vir... porque o respeito ele não vem por decreto, né, não aprende a respeitar e fazer por decreto. Você sabe que tem a legislação, mas você pode ferir; mas se você tem a consciência de que o outro tem o direito... O mesmo direito que você tem de estar naquele espaço aí é completamente diferente.

8- Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual prática pedagógicas são incentivadas?

Eu não sinto muita dificuldade com relação... eu acho mais dificuldade com relação ao aluno portador de necessidade especial, mas com relação ao negro eu acho que já tem uma compreensão melhor. Não tem assim é... distanciamento. Os alunos eles convivem em harmonia, não tem tanto conflito com relação a isso. Não percebo. Não tem tanto... a gente não tem que ter tanta interferência em relação a esse assunto. As nossas interferências são mais com os alunos portadores de necessidades.

9- A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

(risos preciso responder?) É obvio que não é por projetos né... não tem jeito de ser. É o que eu falei, né, a questão da continuidade, da organização disso, da formação continuada desse professor. Não dá pra ser isolado. Não é o projeto num dia e isso não... Tem que ter uma seqüência tem que ter ações seguidas, ações... E tem que fazer parte do currículo mesmo.

10- Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Quais são as alternativas? Só seguir a lei? Vou voltar na formação continuada. Voltar na compreensão do que é direito, na compreensão do que é cidadão, na compreensão que a escola é pra todos; que a escola não pode fazer esse tipo de separação. E eu acho que essa discussão é uma discussão diária. Que as pessoas tem (fomos interrompidas pela direção).

11- Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

quais são os limites? No caso da escola, né, da instituição? Eu acho que o limite é a questão da formação. Você esbarra... não se dá uma formação continuada... não basta você dar um texto pra ler. Você tem que fazer todo um trabalho e você esbarra em políticas publicas que não existem. Você tem a legislação, mas a escola não é responsável por uma política municipal. Eu acho que esbarra na questão da gente não conseguir dar conta dessa formação. É a solução, mas... é um impedimento porque as vezes você não tem na carga horária tempo para a formação continuada. Você não tem recursos pra contratação de uma pessoa que pode fazer esse discurso.

As possibilidades? O que que é possível fazer? É possível ir atuando em cada caso, nos casos que vão aparecendo. Tentando fazer uma distinção de não aceitar nem entre alunos, nem entre os professores que esse tipo de preconceito aconteça. Que o que fere a lei aconteça dentro da escola.

12- **Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações**

Exatamente, eu até já respondi essa pergunta. A gente não tem fixado... o calendário é fixado pela secretaria municipal de educação e nesse calendário não esta previsto essa informação. A

gente não tem liberação de aluno pra fazer essa formação com os professores. Não tem. E não tem uma política publica do município pra atender esse item. Não tem. Já teve uma acessoria, hoje se tem eu desconheço. Já teve em outro momento, já teve uma acessória própria pra tratar desse assunto. Hoje eu não sei, não tenho visto isso acontecer. Antes tinha, mas não tinha na proposta, no calendário dias previstos pra isso, não. A escola é que tem que se organizar pra tentar buscar essa data, esse dia pra essa informação.

Tem a ética e cidadania, tem! Da pra encaixar, dá, mais aí é mais abrangente porque você pegou na lei, no lance especifico da lei. A gente não tem pra esse assunto especifico, mas a ética ela abrange tudo. Ela abrange tanto o respeito que a gente considera que não esta protegido por lei, né, que são os portadores de necessidades especiais, que não são os negros, mas como qualquer pessoa. Então a ética é uma discussão de cidadania. Isso tem, mas ela não é especifica pra discutir esse lance que você me perguntou. Ela existe, a ética e cidadania existe.

13- As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Não tem uma política pra discutir. Você esta falando de qual assunto? Do negro? Não tem. Não tem uma política, não tem um cuidado. Essa discussão não acontece. Ela acontece como eu te falei, acontece o preconceito então eu vou resolver isso. São pontuais. Mas não existe uma política da secretaria pra escola e nem na escola. Não existe na escola, mas a organização de propostas pra se trabalhar essa lei, não existe. A gente trabalha a questão do respeito de um pelo outro, né, mas não especifico.

14- **Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?**

Acho que sim. A gente, né, não tem... Como você toma uma medida de proteção ou outra você espera que isso tenha efeito, né, a gente não pode aceitar mais o preconceito. O mundo não cabe mais isso. Se o mundo não cabe é lógico que se esse preconceito existe e a gente esta assistindo as ações são imediatas, as vezes com pais, um mãe para ajudar a responder, se comunica com o conselho tutelar e conversa com a criança e também não é só o preconceito do negro. Os outros preconceitos acontecem: você é incapaz, você é burro, né, outros tipos de bulliyng acontecem. Da incapacidade as vezes cognitiva de responder uma tarefa as vezes ele acaba perseguido e todos... o que acontece na equipe da orientação educacional e pedagógica tenta fazer o seguinte: procurar investigar não é a palavra, procurar analisar tudo isso que esta acontecendo e não deixar ninguém sem resposta e também não pode tomar partido tem que ouvir todos que estão envolvidos. Eu acho que é uma atitude que pode melhorar pra mais tarde a gente não banalizar uma situação pequena e ela crescer. Isso a gente tem feito, mas é tudo com muita dificuldade porque é uma equipe pequena. Uma política que eu falei pra você que às vezes a escola fica assim muito sozinha pra resolver tudo e o cotidiano da escola não é só você pensar no pedagógico. Você tem uma clientela... Eu tenho três crianças passando mal ali. Tenho três. A gente não tem um celular pra ligar. A gente tem só o telefone fixo. Todo mundo já emprestou o celular aqui, não achamos uma mãe o menino esta passando mal uma hora você tem que correr pra levar pra casa, outra hora você leva pro hospital; então a escola não é o pedagógico só que... Quem esta na equipe técnica não faz só um papel. Acaba abraçando outros... e acaba sobrando pouco tempo.

15- **(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.**

Não. Tudo tranquilo**.**

ENTREVISTA E-08

Escola	Entrevistada	Função	Data	Duração
E.M -07	Mariana Não autorizada	Orientadora Pedagógica	03/06/2015	20 min.

- **Entrevista concedida, mas não autorizada para análise.**

ENTREVISTA E-09

Escola	Entrevistada	Função	Data
E.M -09	Ana	Orientadora pedagógica	03/06/2015

1. **Como você ingressou na área da Educação?**

Através do magistério eu comecei a... Me interessei muito. Sempre quis muito ser professora aí resolvi fazer o magistério em 91 [1991], fiz dois anos porque eu já tinha feito o 1 ano básico aí fiz dois anos e me formei em 92.

2. **Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?**

A minha formação inicial é o Normal. O Normal que eu fiz há muito tempo atrás. Há mais de 20 anos atrás e sempre que tem formação eu participo. Fiz pós em supervisão escolar.

3. **Quais suas atribuições na escola em que atua?**

Eu sou orientadora pedagógica. Eu trabalho diretamente com os professores na proposta da proposta curricular. A elaboração a gente faz de acordo com a proposta da rede, em cima disso a gente faz as adaptações necessárias. E organizo as reuniões pedagógicas. Organizo as reuniões pedagógicas. O básico, né.

4. **Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?**

Sim. Toda formação ela fala muito a questão da inclusão

5. **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

Com certeza. A escola precisa ser inclusiva. Eu acho que no dia-a-dia. A prática dos professores aqui da nossa escola já favorece isso. A gente não tem problema aqui de discriminação. Não... Não trabalhamos assim diretamente esse tema porque não temos nenhum problema relacionado a isso. Os nossos alunos são muito amigáveis, muito parceiros, respeitosos.

6. **Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?**

Sim, do currículo**.**

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

Sim, do currículo.

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004;

Sim.

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Sim. Conheço

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Sim. Nós recebemos na semana passada um parecer da câmara dos vereadores com relação a inclusão dos negros. No momento eu não estou com ela, mas a diretora está procurando pra mim pra falar exatamente o número do parecer.

7 - A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

Sim.

8 - Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Aqui na nossa escola não há necessidade de cotas. É uma escola pequena, nós conseguimos atender todos os alunos que nos procuram. E a questão da inclusão ela é trabalhada no dia-a-dia, na colaboração, no respeito ao próximo. Nos não temos problemas em relação a inclusão aqui, dos negros.

9 - A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Através da transversalidade do currículo.

10 - Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Então a questão da inclusão ela deve acontecer desde cedo. Na verdade isso tem que vir ser trabalhado desde quando a criança entra na escola para que se respeite, valorize o negro para que não aconteçam... Na minha opinião o respeito, os direitos deveriam ser todos iguais.

11 - Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Trabalhar através do currículo, das aulas, do planejamento das atividades que vão ser trabalhadas.

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações

São trabalhadas de acordo com o currículo e com a proposta curricular eu em projetos durante o ano.

13 - As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Em grupos. Temos reunião no início do ano e quando necessário. Se for preciso eu convoco uma reunião para discutir o que for preciso.

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Sim. Não há necessidade de trabalhar com cotas nos porque nós atendemos todos os alunos que nos procuram e justamente por não ter problemas com relação à inclusão do negro pode-se observar que o trabalho em relação a inclusão é bem feito pois não temos problemas raciais.

15- **(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.**

Agradeço por ter me convidado para participar da entrevista e espero ter contribuído para a sua pesquisa. Obrigada.

ENTREVISTA E-09

Escola	Entrevistada	Função	Data
E.M -09	Ana	Orientadora pedagógica	03/06/2015

1. Como você ingressou na área da Educação?

Através do magistério eu comecei a... Me interessei muito. Sempre quis muito ser professora aí resolvi fazer o magistério em 91 [1991], fiz dois anos porque eu já tinha feito o 1 ano básico aí fiz dois anos e me formei em 92.

2. Qual sua formação inicial? Participa de formação continuada?

A minha formação inicial é o Normal. O Normal que eu fiz há muito tempo atrás. Há mais de 20 anos atrás e sempre que tem formação eu participo. Fiz pós em supervisão escolar.

3. Quais suas atribuições na escola em que atua?

Eu sou orientadora pedagógica. Eu trabalho diretamente com os professores na proposta da proposta curricular. A elaboração a gente faz de acordo com a proposta da rede, em cima disso a gente faz as adaptações necessárias. E organizo as reuniões pedagógicas. Organizo as reuniões pedagógicas. O básico, né.

4. Sua formação inicial ou continuada deu subsídios para atuar com a inclusão da diversidade?

Sim. Toda formação ela fala muito a questão da inclusão

5. **Você considera que a escola pode ou deve ser inclusiva? Como ela deve proceder para que a inclusão ocorra?**

Com certeza. A escola precisa ser inclusiva. Eu acho que no dia-a-dia. A prática dos professores aqui da nossa escola já favorece isso. A gente não tem problema aqui de discriminação. Não... Não trabalhamos assim diretamente esse tema porque não temos nenhum problema relacionado a isso. Os nossos alunos são muito amigáveis, muito parceiros, respeitosos.

6. Você tem conhecimento da legislação referente a inclusão do negro no ambiente escolar?

Sim, do currículo**.**

6.1- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro/2003

Sim, do currículo.

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História, Cultura afro-brasileira e africana/2004;

Sim.

6.3 Lei de cotas nas universidades públicas para alunos afrodescendentes, n. 12.711, de 29 de agosto de 2012;

Sim. Conheço

6.4 - Você tem conhecimento de outro(s) documento(s) parecer, resolução... ?

Sim. Nós recebemos na semana passada um parecer da câmara dos vereadores com relação a inclusão dos negros. No momento eu não estou com ela, mas a diretora está procurando pra mim pra falar exatamente o número do parecer.

7 - A existência da legislação acima garante a sua aplicação nas práticas pedagógicas?

Sim.

8 - Como você avalia a sua atuação e da sua equipe a respeito da inclusão do negro no universo escolar. Sua escola tem feito valer as questões relacionadas à inclusão implícitas na legislação? Como? Qual pratica pedagógicas são incentivadas?

Aqui na nossa escola não há necessidade de cotas. É uma escola pequena, nós conseguimos atender todos os alunos que nos procuram. E a questão da inclusão ela é trabalhada no dia-a-dia, na colaboração, no respeito ao próximo. Nos não temos problemas em relação a inclusão aqui, dos negros.

9 - A seu ver a aplicação da legislação se dá por meio da transversalidade do currículo ou de forma pontual em projetos isolados?

Através da transversalidade do currículo.

10 - Considerando que o Brasil é um país miscigenado, qual seria a ação afirmativa de inclusão necessária para a inserção da diversidade na pratica e ações cotidianas e não apenas de direito (na lei)?

Então a questão da inclusão ela deve acontecer desde cedo. Na verdade isso tem que vir ser trabalhado desde quando a criança entra na escola para que se respeite, valorize o negro para que não aconteçam... Na minha opinião o respeito, os direitos deveriam ser todos iguais.

11 - Quais são os limites e as possibilidades que a escola pode oferecer para o atendimento satisfatório da Lei 10.639/2003?

Trabalhar através do currículo, das aulas, do planejamento das atividades que vão ser trabalhadas.

12- Como são organizadas as ações afirmativas de inclusão? a) agenda anual b) há tempo para planejamento? c) critérios de organização d) frequência das ações

São trabalhadas de acordo com o currículo e com a proposta curricular eu em projetos durante o ano.

13 - As ações afirmativas são planejadas de forma individualizada, em pequenos grupos, ou seja, quais são os critérios para organização do trabalho pedagógico?

Em grupos. Temos reunião no início do ano e quando necessário. Se for preciso eu convoco uma reunião para discutir o que for preciso.

14- Do ponto de vista profissional você acredita que os resultados de suas ações desenvolvidas na escola têm atingido os objetivos de inclusão do negro propostos pela legislação? Por quê?

Sim. Não há necessidade de trabalhar com cotas nos porque nós atendemos todos os alunos que nos procuram e justamente por não ter problemas com relação à inclusão do negro pode-se observar que o trabalho em relação a inclusão é bem feito pois não temos problemas raciais.

15- **(Agradecimentos da pesquisadora). Algo a mais que tenha a dizer, que não tenha sido contemplado nas perguntas. A palavra é sua.**

Agradeço por ter me convidado para participar da entrevista e espero ter contribuído para a sua pesquisa. Obrigada.

ENTREVISTA E-10

Escola	Entrevistada	Função	Data
EM -10	Isa e Dora Cancelada na data agendada	Orientadora pedagógica	03/06/2015

- **A entrevista foi agendada pela orientadora Isa que passou a incumbência a orientadora Dora. A Dora remarcou a data, mas não compareceu ao agendamento alegando problema familiar.**

ÉTICA E CIDADANIA

6º ANO

Proposta Curricular 2012	
Objetivos	**Conteúdos**
Cidadania e Civismo • Conhecer e conviver harmonicamente com os direitos e os deveres da sociedade civilizada; • Desenvolver a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade do ser humano e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; • Preservar, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; • O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; • O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; • O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; • O culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade; • Resgatar os valores da boa conduta, conceito cívico e o respeito às diversidades culturais, religiosas e étnicas; • Promover o aprendizado dos hinos Nacional, da Bandeira, da Independência, de Barra Mansa, do Estado do Rio de Janeiro; **Ética e Moral** • Buscar para si e para os seus o melhor, trilhando o prisma da respeitabilidade mútua, justa, fraterna e solidária; • Discutir sobre o conceito de homem, espírito e matéria, a harmonia do universo e Deus; • Trabalhar os deveres e direitos morais, as virtudes e o hábito;Resgatar os valores da boa conduta, conceito cívico e o respeito às diversidades culturais, religiosas	**Cidadania e Civismo** • Valores e atitudes perante a família e a sociedade; • Liberdade com seus direitos e deveres. • Normas e regras na convivência em sociedade organizada; • Culto à pátria e seus símbolos. • Respeitar a decisão da maioria como regra básica de democracia; • Reconhecer a existência do bem público e a necessidade de sua preservação; • Conhecimento dos Direitos e Deveres na Sociedade civilizada; **Ética e Moral** • O universo, Deus e o homem; • Convívio escolar com seus direitos e deveres; • Valores da boa conduta; Respeito mútuo; • Justiça; • Diálogo; • Solidariedade; **Orientação sexual** • A diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; • O respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive; • Entendimento e compreensão de atitudes acerca das DST/AIDS; • Recolher, analisar e processar informações sobre AIDS, por meio de folhetos ilustrados, textos e artigos de jornais e revistas; • O conhecimento e a doação dos procedimentos necessários em situações de

- Definir princípios de condutas sociais dentro do espaço "escola" e fora dela, e prevenir contra o bulliyng.
- Favorecer o relacionamento diário expressando os princípios de respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

Orientação Sexual

- Respeitar e garantir a dignidade do ser humano.
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde.
- Reconhecer as determinações culturais, religiosas e as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino.
- Identificar e expressar seus sentimentos, respeitando os sentimentos do outro

Pluralidade étnica, racial e religiosa

- A importância e a contribuição das culturas pré-colombianas e demais etnias, contando a história de cada povo e sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira;
- Reconhecer a qualidade da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania;
- Desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação;
- Repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo, e outras características individuais ou sociais;
- Exigir respeito para si, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão

- O repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e doentes de AIDS;
- O respeito e a solidariedade na relação com pessoas portadoras do vírus HIV ou doentes de AIDS;

Pluralidade étnica, racial e religiosa

- Antropologia
- A transformação do ser humano em adaptação ao ambiente em que vive adaptabilidade de seu corpo: nariz, olhos, pele, etc., a região em que vive sua migração a partir do continente africano para outros lugares e sua passagem para a agricultura;
- Folclore
- Conhecimento do folclore brasileiro e valorização de seus personagens.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Educação

ÉTICA E CIDADANIA
7º ANO

OBJETIVOS	CONTEÚDOS
Cidadania e Civismo • Revisar os direitos e os deveres da sociedade civilizada. • Relembrar a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus. • Preservar o fortalecimento e a projeção valores espirituais e éticos da nacionalidade. • O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história. • Desenvolver o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade. • Preparar o cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum. • Desenvolver o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. • Relembrar os valores da boa conduta, conceito cívico e o respeito às diversidades culturais, religiosas e étnicas. **Ética e Moral** • Buscar para si e para os seus o melhor, trilhando o prisma da respeitabilidade mútua, justa, fraterna e solidária. • Revisar a discussão sobre o conceito de homem, espírito e matéria, pessoa humana, a harmonia do universo e Deus. • Relembrar os deveres e direitos morais, as virtudes e o hábito. **Pluralidade étnica, racial e religiosa** • A importância e a contribuição das culturas pré-colombianas e demais etnias, contando a história de cada povo e sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira; • Valorizar as diversas culturas atuais presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira. • Valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural; **Saúde** • Compreender que a saúde é um direito de todos e uma dimensão essencial do ~~crescimento e desenvolvimento do ser humano;~~	**Cidadania e Civismo** • Valores e atitudes perante a família e a sociedade; • Liberdade com seus direitos e deveres; • Normas e regras na convivência em sociedade organizada; • Culto à pátria e seus símbolos; • Respeitar a decisão da maioria como regra básica de democracia; • Reconhecer a existência do bem público e a necessidade de sua preservação; • Conhecimento dos Direitos e Deveres na Sociedade civilizada; **Ética e Moral** • Convívio escolar com seus direitos e deveres; • Valores da boa conduta; • Respeito mútuo; • Justiça; • Diálogo solidariedade; **Pluralidade étnica, racial e religiosa** • Conhecimento da formação das características dos seres humanos, vermelho, amarelo, negro e branco, numa visão antropológica, geográfica e histórica; **Saúde** • Identificação de necessidades e características pessoais, semelhanças e diferenças entre as pessoas, pelo estudo do crescimento e de desenvolvimento humano nas diferentes fases da vida (concepção, crescimento intra-uterino, nascimento/recém-nascido, criança e adolescente, adulto, idoso); • Identificação, no próprio corpo, da localização e da função simplificada dos principais órgãos e aparelhos, relacionando-os aos aspectos básicos das funções de relação (sensações e movimentos), nutrição (digestão, circulação, respiração e excreção) e reprodução; • Adoção de postura física adequada; • Identificação e expressão de sensações de dor e desconforto (fome, sede, frio, prisão de ventre, febre, cansaço, diminuição da acuidade visual ou auditiva):

Compreender que a condição de saúde é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural, identificando fatores desfavoráveis à saúde, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde da comunidade;

Conhecer formas de acesso aos recursos da comunidade e as possibilidades de utilização dos serviços voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

Identificar as necessidades e características pessoais, semelhanças e diferenças entre as pessoas;

Conhecer o próprio corpo e suas funções;

Identificar a importância da alimentação na vida diária do homem.

Responsabilidade social

Desenvolver a conscientização de nossas responsabilidades perante nós mesmos, a sociedade e a natureza, formar cidadãos conscientes, solidários, responsáveis e livres.

saúde;

- Finalidade de alimentação incluídas as necessidades corporais, socioculturais e emocionais) relacionadas ao processo orgânico de nutrição;
- Identificação dos alimentos disponíveis na comunidade e de seu valor nutricional;
- Valorização da alimentação;

Responsabilidade social

- Com o ensino de moral e civismo procura-se alcançar o progresso humano e social. Os alunos devem aprender que deverão tornar o Brasil uma grande nação, um país desenvolvido. Entenderão que devem tornar-se seres produtivos, úteis e ágeis. É importante conhecer o País e principalmente seus problemas, tendo em vista organizar formas de resolvê-los;

ÉTICA E CIDADANIA

8º ANO

Proposta Curricular 2012		Proposta Curricular 2014	
Objetivos	**Conteúdos**	**Objetivos**	**Conteúdos**
Pluralidade étnica, racial e religiosa • Conhecer a diversidade do patrimônio étnico, cultural e religioso brasileiro, reconhecendo a cultura, a história africana e afro-brasileira na formação da nação brasileira, tendo atitude de respeito para pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo ainda a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia; • Valorizar as diversas culturas atuais presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira. O ser humano e o ambiente • Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao ambiente; • Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levam a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis; • Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a	Pluralidade étnica, racial e religiosa • Estudo da cultura afro-brasileira, africana, indígena e demais minorias étnicas, contando a história de cada povo e sua contribuição na formação da nação brasileira; • O homem brasileiro, formação étnica e cultural. A comunicação. Regiões brasileiras, as diversas religiões, noções de valores subjetivos e objetivos e cívicos; • O ser humano e o ambiente • O ser humano, a natureza e a sociedade e maneiras de preservação; • As formas de estar atento e crítico com relação ao consumismo; • A valorização e a proteção das diferentes formas de vida; • A valorização e o cultivo de atitudes		

necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um ambiente saudável e a boa qualidade de vida; • Perceber, em diversos fenômenos naturais encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio; • Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo de recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia. • Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural; • Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao ambiente; Responsabilidade social • Desenvolver a conscientização de nossas responsabilidades perante nós mesmos, a sociedade e a natureza, formando cidadãos conscientes, solidários,	de proteção e conservação dos ambientes e da diversidade biológica e sociocultural; • O zelo pelos direitos próprios e alheios a um ambiente cuidado, limpo e saudável na escola, em casa e na comunidade; • O cumprimento das responsabilidades de cidadão, com relação ao meio ambiente. • O repúdio ao desperdício em suas diferentes formas; • A apreciação dos aspectos estéticos da natureza, incluindo os produtos da cultura humana; • A participação em atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local. • Responsabilidade social • Levar o estudante a adquirir hábitos morais e cívicos, através da consciência de princípios e do desenvolvimento da vontade, para a prática constante dos atos		

responsáveis e livres; • Formar cidadãos livres e conscientes de si e da realidade aprendendo a viver em sociedade, incentivar a opinião a ação dos estudantes e incentivar a organização de atividades extraclasse, como a organização de jornais e dos Grêmios Estudantis;	decorrentes, fazendo-o feliz e útil à comunidade. É importante ressaltar o fato de o aluno ter que tornar-se útil à sociedade, ter que aprender a agir pela sua Cidade, pelo seu Estado e pela sua Pátria. • O aluno deve buscar condicionamentos sadios e hábitos desejados. • O aluno aprenderá coisas sobre o homem, em função de seus atributos pessoais e sociais. Aprenderá também importantes noções sobre o povo brasileiro e a realidade nacional, desde os seus problemas básicos de habitação, alimentação e saúde, até os relativos a trabalho, turismo, desenvolvimento tecnológico, segurança, educação e simbologia.		

ÉTICA E CIDADANIA
9º ANO

Proposta Curricular 2012	
Objetivos	**Conteúdos**
Cidadania e Civismo • Definir princípios de condutas sociais dentro do espaço "escola" e fora dela, e prevenir contra o bulliyng; • Garantir o conhecimento da organização social e política brasileira, bem como o funcionamento dos Poderes da República, nas diferentes esferas de governo; • Garantir o conhecimento de elementos da fauna e da flora considerados símbolos nacionais; • Conhecer o papel institucional das forças armadas; • Garantir o conhecimento do folclore brasileiro valorizando seus personagens e conhecer as cores nacionais; Ética e Moral • Revisar o prisma da respeitabilidade mútua, justa, fraterna e solidária; • Relembrar a discussão sobre o conceito de homem, espírito e matéria, pessoa humana, a harmonia do universo e Deus; • Revisar os deveres e direitos morais, as virtudes e o hábito; **Pluralidade étnica, racial e religiosa** • Relembrar a diversidade do patrimônio étnico, cultural e religioso brasileiro, reconhecendo a cultura, a história africana e afro-brasileira na formação da nação brasileira, tendo atitude de respeito para pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo ainda a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia; • Desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação;	**Cidadania e Civismo** - A democracia e demais regimes de governo. - O Brasil e o mundo; os símbolos nacionais; os problemas brasileiros. - Brasil, sua Constituição, a Pátria brasileira – ideais, características físicas e históricas. Ética e Moral - Os valores morais e cívicos; os elementos da nacionalidade; a Constituição do Brasil e a democracia; a Pátria brasileira; a organização social, política e econômica do Brasil; a relação do Brasil com o mundo. - Os assuntos que compõem: educação, saúde, saneamento básico, ciência e tecnologia, trabalho e previdência social, mercado de trabalho e comunicação; **Pluralidade étnica, racial e religiosa.** - Estudo da cultura afro-brasileira, africana, indígena e demais minorias étnicas, contando a história de cada povo e sua contribuição na formação da nação brasileira. **Orientação sexual** - As transformações físicas e emocionais do homem e da mulher. - A diversidade de comportamento de homens e

• Repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo, e outras características individuais ou sociais; • Exigir respeito para si, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão; • Valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural; • Compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade de mudanças; **Orientação sexual** • Identificar e expressar seus sentimentos, respeitando os sentimentos do outro; • Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; • Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para uma relação a dois; **Saúde** • Revisar a condição de saúde que é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural, identificando fatores desfavoráveis à saúde, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde da comunidade; • Relembrar as formas de acesso aos recursos da comunidade e as possibilidades de utilização dos serviços voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde; • Relembrar a importância de uma boa alimentação; • Revisar a importância dos órgãos e suas funções. **O ser humano e o ambiente** • Relembrar as noções básicas relacionadas ao ambiente. • Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levam a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis. • Relembrar as situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e	mulheres em função da época e do local onde vivem. - O respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive. **Saúde** - Adoção de postura física adequada; - Valorização do exame de saúde periódico como fator de proteção à saúde; - Finalidade de alimentação (incluídas as necessidades corporais, socioculturais e emocionais) relacionada ao processo orgânico de nutrição; - Identificação dos alimentos disponíveis na comunidade e de seu valor nutricional; - Valorização da alimentação; - Identificar a doação de órgãos como uma ação de solidariedade do ser humano; **O ser Humano e o ambiente** - O ser humano, a natureza e a sociedade e maneiras de preservação, a valorização e a proteção das diferentes formas de vida; - As formas de estar atento e crítico com relação ao consumismo; - A valorização e o cultivo de atitudes de proteção e conservação dos ambientes e da diversidade biológica e sociocultural; - O zelo pelos direitos próprios e alheios a um ambiente cuidado, limpo e saudável na escola, em casa e na comunidade;

propositivo para garantir um ambiente saudável e a boa qualidade de vida; • Revisar os diversos fenômenos naturais encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio; • Recordar a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo de recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia; • Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural; Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao ambiente.	- O cumprimento das responsabilidades de cidadão, com relação ao meio ambiente. - A apreciação dos aspectos estéticos da natureza, incluindo os produtos da cultura humana. - A participação em atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local.